

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	5

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	17
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	18
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	23
4.7 - Outras contingências relevantes	24
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	25

## 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	26
--	----

## Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	29
5.4 - Outras informações relevantes	30
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	31
6.3 - Breve histórico	32
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	33
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	35
6.7 - Outras informações relevantes	36
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	37
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	38
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	44
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	45
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	51
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	52
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	53
7.9 - Outras informações relevantes	54
<b>8. Grupo econômico</b>	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	56
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	57
8.3 - Operações de reestruturação	58
8.4 - Outras informações relevantes	59
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	62
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	63

## Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	64
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	65
9.2 - Outras informações relevantes	66
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	67
10.2 - Resultado operacional e financeiro	74
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	77
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	79
10.5 - Políticas contábeis críticas	80
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	81
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	84
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	85
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	86
10.10 - Plano de negócios	87
10.11 - Outros fatores com influência relevante	89
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	90
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	91
<b>12. Assembleia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	92
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	95
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	97
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	98
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	99
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	100
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	107
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	108

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	109
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	110
12.12 - Outras informações relevantes	111

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	112
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	114
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	123
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	124
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	125
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	126
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	127
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	128
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	129
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	130
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	131
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	132
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	133
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	134
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	135
13.16 - Outras informações relevantes	136

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	137
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	138
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	139

## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	142
<b>15. Controle</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	143
15.3 - Distribuição de capital	148
15.4 - Organograma dos acionistas	149
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	150
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	151
15.7 - Outras informações relevantes	152
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	153
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	154
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	158
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	159
17.2 - Aumentos do capital social	160
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	161
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	162
17.5 - Outras informações relevantes	163
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	164
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	165
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	166
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	167
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	168
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	169

## Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	170
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	171
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	172
18.10 - Outras informações relevantes	173
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	174
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	175
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	176
19.4 - Outras informações relevantes	177
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	178
20.2 - Outras informações relevantes	179
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	180
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	181
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	183
21.4 - Outras informações relevantes	184
<b>22. Negócios extraordinários</b>	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	185
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	186
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	187
22.4 - Outras informações relevantes	188

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Bruno Armbrust**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Jorge Henrique da Silva Baeta**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

### **Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0001-20
<b>Período de prestação de serviço</b>	20/04/2007 a 23/03/2012
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 334.641,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)
<b>Justificativa da substituição</b>	Não houve substituição do auditor independente em 2011 e nos três exercícios anteriores, além do rodízio mandatório. Em 23/03/2012, em razão do rodízio mandatório, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve substituição do auditor independente além do rodízio mandatório, assim, não houve razão apresentada pelo auditor independente, não havendo discordância quanto à substituição ocorrida em 2007 face à necessidade decorrente do rodízio.

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Período de prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Cláudia Eliza Medeiros de Miranda	20/04/2007 a 31/12/2010	998.676.997-34	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326116, Fax (021) 32326112, e-mail: claudia.eliza@br.pwc.com
Maria Salete Garcia Pinheiro	01/01/2011 a 23/03/2012	299.484.367-68	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326083, Fax (021) 32326591, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com



<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	567-3
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Performance Auditoria e Consultoria S/S
<b>CPF/CNPJ</b>	41.968.512/0001-23
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/04/2012 a 16/04/2015
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviço de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 159.734,45 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)
<b>Justificativa da substituição</b>	Não houve substituição do auditor desde 01/04/2012
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve qualquer discordância sendo mantido o auditor desde o início de sua prestação do serviço em 01/04/2012.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Renato Andrade Mendonça	01/04/2012 a 16/04/2015	083.901.935-15	Av. Tancredo Neves nº 1632, Torre Sul CJ 1301, Caminho das árvores, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-020, Telefone (71) 31134530, Fax (71) 311345000, e-mail: renato.medonca@performanceonline.com.br

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0001-20
<b>Período de prestação de serviço</b>	29/04/2015
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
<b>Justificativa da substituição</b>	Realizado o rodízio legal obrigatório do auditor externo em 2012 e cumprido o prazo mínimo estabelecido, retorna-se ao auditor externo anterior a fim de manter no país apenas uma empresa de auditoria prestando serviço para o controlador.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve discordância do auditor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Maria Salete Garcia Pinheiro	29/04/2015	299.484.367-68	Av. Jose da Silva de Azevedo Neto, 200, Evolution, 2and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-056, Telefone (21) 32326169, Fax (21) 32326113, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com

## 2.3 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 2. Auditores Independentes

#### 2.3. Outras informações relevantes.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não houve substituição do auditor independente em 2011 ou nos três exercícios anteriores, sendo o auditor independente a PricewaterhouseCoopers, pelo período de 2007 a 2011.

Em 23/03/2012, em razão do rodízio legal mandatário, ocorreu a substituição da PricewaterhouseCoopers com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012. Em cumprimento da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM, a Companhia comunicou ao mercado a respeito da substituição e, a informação também foi prestada ao Conselho Fiscal, que, em reunião realizada no dia 10/05/2012 verificou o correto cumprimento pelos administradores, da obrigação de informar a CVM sobre a troca dos auditores independentes e de sua regularidade perante o órgão. Conforme determina a Lei 11.638/2011 e a Instrução Normativa da CVM nº 381/2003, a Companhia informou também em seu Relatório Anual da Administração, referente ao Exercício findo em 2014, a respeito do contrato de prestação de serviços exclusivamente de auditoria externa contábil mantido com a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S.

Cumprido o prazo legal mínimo obrigatório previsto para o rodízio do serviço de auditoria externa, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 28/04/2015, foi aprovada a troca do auditor Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S pela PricewaterhouseCoopers, que volta a prestar serviços exclusivamente de auditoria externa contábil para a Companhia.

Cumpra esclarecer que o auditor externo PricewaterhouseCoopers, durante o cumprimento do período mínimo previsto para o rodízio legal obrigatório para companhias de capital aberto, permaneceu responsável pela realização do serviço de auditoria externa do grupo Gás Natural Fenosa – controlador da CEG – e das demais empresas controladas pelo grupo no Brasil. Desta forma, a contratação da PricewaterhouseCoopers tem o objetivo de manter apenas um único auditor externo realizando os serviços de auditoria das empresas do grupo no Brasil.

Assim, no dia 08/05/2015, em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM, a Companhia comunicou ao mercado a respeito da substituição, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião realizada em 28/04/2015.

A informação também foi prestada aos Conselheiros Fiscais da Companhia, no dia 30/04/2015, para verificação do correto cumprimento pelos administradores, da obrigação de informar a CVM sobre a troca dos auditores independentes e de sua regularidade perante o órgão, em cumprimento ao disposto no artigo 29 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM.

O auditor externo PricewaterhouseCoopers, inscrito no CNPJ sob o nº 61.562.112/0002-01, possui endereço sito à Av. Jose da Silva de Azevedo Neto, 200 – Torre Evolution IV, - 2º andar, Rio de Janeiro, RJ, é inscrito no CRC 2SP000160/0-5"R"RJ, possui Código CVM nº 00287-9, cujo responsável técnico é Maria Salete Garcia Pinheiro inscrita no CPF sob o nº CPF 299.484.367/68 e no CRC/RJ sob o nº 1RJ048568/0-7.

**3.1 - Informações Financeiras - Individual**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2014)</b>	<b>Exercício social (31/12/2013)</b>	<b>Exercício social (31/12/2012)</b>
Patrimônio Líquido	943.805.310,29	951.724.343,70	885.982.446,97
Ativo Total	2.515.968.723,88	2.146.315.115,83	2.057.089.423,84
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.524.104.284,07	3.117.739.079,82	2.735.832.136,35
Resultado Bruto	0,00	950.984.436,16	423.347.725,61
Resultado Líquido	320.928.231,70	341.257.529,02	290.377.389,74
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	51.925.105.325	51.925.105.325	51.925.105.325
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,018175	0,018300	0,017062
Resultado Líquido por Ação	6,180308	6,571800	5,592000

### 3.2 - Medições não contábeis

#### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

##### 3. Informações financeiras selecionadas

**3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.**

A Comissão de Valores Mobiliários editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, possibilitando a correta comparação do dado entre os exercícios.

Assim, o Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 630.805 mil do ano de 2014 foi inferior em 2,33% ao obtido em 2013. Esse resultado – que interrompeu um crescimento de 07 anos seguidos deste índice – é reflexo do impacto gerado pela redução das margens nas tarifas da Companhia (Determinada na 3º Revisão Quinquenal de Tarifas); pelo aumento do custo do gás verificado em 2014 e, pela redução do volume de vendas para o mercado convencional (em razão das altas temperaturas e da queda da produção industrial ocorrida em 2014).

LAJIDA	2014	2013	Variação (R\$)	Variação (%)
<b>Lajida (R\$ mil)</b>	630.805	645.875	-15.070	-2,33%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	320.928	341.258	-20.330	-5,96%
<b>Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)</b>	151.415	159.919	-8.504	-5,32%
<b>Resultado Financeiro</b>	-59.162	-43.101	-16.061	37,26%
<b>Depreciação e amortização</b>	99.299	101.597	-2.298	-2,26%

A Companhia entende que, por eliminar os efeitos dos financiamentos e dos impostos, a utilização do LAJIDA (EBITDA) como medição não contábil, oferece ao leitor das demonstrações uma boa fonte de comparação, pois mede com maior precisão a produtividade e a eficiência do negócio.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **3. Informações financeiras selecionadas**

##### **3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social, que as altere substancialmente.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

#### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 3. Informações financeiras selecionadas

##### 3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais, indicando:

###### a. regras sobre retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária e com o Estatuto da Companhia, são constituídas reservas de capital e de lucros. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 não houve retenção de lucros, sendo distribuídos 100% (cem por cento) do lucro do exercício após as deduções legais.

###### b. regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

###### c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos anualmente. Em 2012 o pagamento dos dividendos foi efetuado em parcela única no mês de julho de 2012, Em 2013 o pagamento dos dividendos foi parcelado em duas vezes, sendo efetuado o pagamento da primeira parcela em julho de 2013 e da segunda em dezembro de 2013. O mesmo ocorrerá em 2014, quando o pagamento dos dividendos será efetuado em duas parcelas, também nos meses de julho e de dezembro de 2014.

O pagamento de juros sobre o capital próprio foi efetuado em parcela única nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, sempre no mês de julho de cada ano, o que também ocorrerá em 2014.

###### d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado	320.928.231,70	340.770.665,55	285.508.755,04
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	50,000000	100,000000	100,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,340036	0,358568	0,327746
Dividendo distribuído total	160.439.772,70	340.770.665,55	285.508.755,04
Lucro líquido retido	160.488.459,01	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	28/04/2015		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>						
Ordinária	36.356.079,26	30/07/2015	36.343.907,67	31/07/2014	41.513.381,30	31/07/2013
<b>Dividendo Obrigatório</b>						
Ordinária	62.041.846,72	30/07/2015	304.426.757,88	31/07/2014	243.995.373,74	31/07/2013
Ordinária	62.041.846,72	18/12/2015				



### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **3. Informações financeiras selecionadas**

##### **3.6 Informar se, nos 03 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores**

Nos últimos 03 exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2014</b>	0,00	Outros índices	0,43757289	Método utilizado para calcular este índice: Dívida Financeira/(Divida Financeira + Patrimônio Líquido) *100=XX - 43,76% Motivo de utilização deste índice: Mostra a participação do capital de terceiros no financiamento total (capital próprio + capital de terceiro).

**3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento**

<b>Exercício social (31/12/2014)</b>					
<b>Tipo de dívida</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Três a cinco anos</b>	<b>Superior a cinco anos</b>	<b>Total</b>
<b>Quirografárias</b>	129.804.536,60	590.232.125,06	14.252.235,04	0,00	734.288.896,70
<b>Total</b>	129.804.536,60	590.232.125,06	14.252.235,04	0,00	734.288.896,70
<b>Observação</b>					

### 3.9 - Outras informações relevantes

#### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 3. Informações financeiras selecionadas

##### 3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.

Nas Demonstrações Financeiras de encerramento do exercício findo em 31.12.2014 foram descritas as seguintes informações adicionais, que não as alteram, mas julgamos importante destacar:

No dia 16 de junho de 2014 a Gas Natural Fenosa, controladora da CEG, e a CEMIG divulgaram para os mercados onde negociam seus papéis, fato relevante comunicando sobre uma negociação realizada diretamente entre ambas as empresas.

De acordo com o comunicado da Gas Natural Fenosa:

- A Gas Natural Fenosa e a CEMIG firmaram um acordo para potencializar o desenvolvimento da rede de distribuição de gás natural no Brasil. Em razão deste acordo condicionado, ambas as empresas concentrarão, durante os próximos meses, esforços para constituir uma holding de distribuição de gás natural no Brasil e empreender possíveis novos investimentos. A holding terá um acordo de acionistas e terá participação majoritária da Gás Natural Fenosa.
- A possível constituição da Holding não representará um impacto significativo nas contas da Gás Natural Fenosa a curto prazo e nem no controle de suas distribuidoras no Rio de Janeiro e São Paulo.
- O acordo ainda será submetido, no devido momento, às correspondentes autorizações regulatórias e administrativas das autoridades pertinentes.

No dia 17/06/2014 a Bovespa solicitou à CEG informações acerca de notícia publicada no Jornal Valor econômico sobre tal negociação.

No dia 18/06/2014, prazo concedido para a resposta, a CEG informou que teve conhecimento do comunicado realizado pela Gas Natural Fenosa na Espanha, que o acordo, ainda não concluído, não refletiria impactos no controle ou estrutura administrativa da Companhia e, que, caso seja comunicada de seu envolvimento, informará tempestivamente ao mercado em cumprimento a legislação vigente e em atendimento aos princípios que norteiam a Governança Corporativa.

Ainda em relação ao referido acordo a CEG informa que as partes envolvidas ainda estão buscando uma forma de potencializar o desenvolvimento de redes de gás no Brasil.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 4. Fatores de risco

##### 4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

###### a. ao emissor

A Companhia é concessionária do serviço público de distribuição de gás canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, possuindo exclusividade para a distribuição do gás natural canalizado na sua área de concessão.

No Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta), foram fixadas obrigações e assumidos determinados compromissos com o poder concedente, que, caso não sejam cumpridos, podem resultar na perda da concessão. A exemplo de causa da perda da concessão citamos o descumprimento da obrigação de expandir o fornecimento aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro e prestar o serviço com defeito de qualidade e/ou segurança.

Determinados serviços são prestados por meio do apoio de empresas terceirizadas, o que pode gerar passivos trabalhistas. Assim, a companhia adota diversas medidas para minimizar eventual risco decorrente de tais relações, que integram a sua Política de Redução de Passivos Trabalhistas, de acordo com a qual:

- (i) mantém um grupo de trabalho interno com as diretorias de Compras, Financeira, Recursos Humanos e Jurídica para análise mensal das altas e baixas de processos e, proposição de ações de melhoria;
- (ii) retenção de cauções contratuais das empresas terceirizadas para deduzir das provisões trabalhistas, liberando somente, com o compromisso de fazer acordos nos processos trabalhistas com seus empregados;
- (iii) realização de acordos nos processos de ex-empregados de empresas terceirizadas, quando a empresa deixa de trabalhar para a CEG e encerra suas atividades;
- (iv) contratação pela área de compras de empresa para auditoria permanente nas empresas terceirizadas, para verificação do cumprimento da legislação fiscal e trabalhista;
- (v) revisão de critérios de avaliação e seleção de empresas terceirizadas, buscando empresas sólidas e que tenham uma amplitude maior de atuação, não prestando serviços exclusivamente para a CEG.

Além do passivo judicial trabalhista, os demais passivos judiciais e administrativos também são acompanhados nos mesmos moldes e com objetivos acima descritos.

A Companhia mantém uma área de gestão fiscal que atua dentro dos limites tributários e visa aprimorar a capacidade de gestão das diferentes unidades de negócios, fornecendo orientação para a correta aplicação da legislação e desenvolvimento de oportunidades.

###### b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O grupo Gas Natural Fenosa adquiriu o controle da Companhia no curso da privatização, assumindo determinados compromissos por meio do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de gás natural, estando sujeito ao prazo da concessão de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta) e a outras obrigações, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Trata-se de um sólido grupo espanhol que atua na área de energia, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina. Em 2009 passou por um processo de fusão com o grupo Union Fenosa, também espanhol, que atua no mercado de energia elétrica. Após a fusão, o grupo está presente em 26 países em todo mundo, onde oferece serviços a cerca de 20 milhões de clientes dos cinco continentes. As ações da Gas Natural Fenosa são negociadas no mercado espanhol e formam parte do índice Ibex 35 e em particular do índice Ibex Utilities. Assim, as ações do grupo estão sujeitas às variações do mercado espanhol.

###### c. a seus acionistas

A Companhia teve seu capital aberto, com a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM no período da privatização, em 1997, em atendimento às regras impostas pelo Edital de Desestatização. Naquela oportunidade, parte das ações foi oferecida ao grupo de controle e parte aos empregados da companhia à época.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atualmente os principais acionistas são o BNDESPAR, o Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica Energia – ambos investidores institucionais – e o grupo controlador Gás Natural Fenosa, responsável pelo funcionamento operacional da companhia, não se verificando a pulverização do controle. A atual participação dos adquirentes das ações da companhia na qualidade de então empregados é parte do *free float* que corresponde a 0,22% do capital social.

Esta estrutura vem sendo mantida há cerca de quinze (15) anos. Resultado desta configuração societária é um reduzido volume de negociação das ações da Companhia, se comparado com outras companhias do mesmo setor, cujas ações apresentam maior liquidez.

### d. a suas controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

### e. a seus fornecedores

Em razão da própria natureza do negócio, a Companhia possui como única fornecedora a Petrobrás, estando sujeita às políticas públicas relacionadas à Estatal.

### f. a seus clientes

A companhia possui uma carteira diversificada de clientes distribuídos entre os segmentos industrial, comercial, veicular, residencial e geração de energia elétrica (térmico), minimizando assim eventuais riscos relacionados a impactos decorrentes de crises enfrentadas por determinado segmento.

### g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Como acima descrito, parte da carteira de clientes é representada pelo segmento industrial, assim, a Companhia está sujeita às eventuais crises enfrentadas pelo setor, como a que ocorreu ao final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009, cujos reflexos vêm sendo seguidos nos anos seguintes, atingindo a economia mundial, com reflexos no setor produtivo no país.

Além disso, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas ao setor de energia. A exemplo, podemos citar os leilões de gás realizados pela Petrobras entre 2009 e 2012, que culminaram na queda da tarifa do gás para os segmentos não térmicos (sobretudo industrial e comercial), bem como, eventuais consequências de determinações do Órgão Nacional do Sistema – ONS, que afetam a necessidade de acionamento das térmicas, resultando num aumento do volume de consumo de gás natural pelo setor.

### h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulação por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e aos órgãos de fiscalização e regulamentação e à legislação ambientais.

### i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não atua em países estrangeiros.

## 4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 4. Fatores de risco

##### 4.2 Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Do ponto de vista das relações laborais, a partir de 2007, observou-se um aumento de reclamações trabalhistas propostas por terceiros em face da Companhia após o fim do projeto de conversão do gás manufaturado para gás natural, o que resultou no término de grandes contratos mantidos pela área Comercial e de Conversão com empresas que prestavam serviços exclusivamente para a CEG. Tais empresas encerraram suas atividades, deixando um passivo Trabalhista.

O conjunto de ações com o objetivo de redução do passivo trabalhista que têm sido implementadas pela Companhia desde o segundo semestre de 2008, representou uma redução do passivo trabalhista em 3%, com relação ao ano de 2007. Em 2009 comparado com 2008 houve uma redução na ordem de 8,9%, já em 2010 comparado com 2009 houve um acréscimo de 19%, apesar de serem mantidas as ações já iniciadas em 2008. Com esse acréscimo houve incremento de novas ações para que continuasse a redução planejada. Já no ano de 2011 comparado com 2009 a redução foi na ordem de 9,1%. Já em 2012 comparado com 2011, houve um acréscimo de 15,36%. No ano de 2013 comparado a 2012, houve uma redução de 9,51%. Já no ano de 2014 comparado a 2013, ocorreu uma redução de 4,92%, essa redução ocorreu, devido a implementação das seguintes ações:

- a) Retenção de caução das empresas prestadoras de serviços;
- b) elaboração de acordos na Justiça do Trabalho logo na primeira audiência;
- c) Contratação de empresa para realizar auditoria nas terceirizadas, a fim de verificar o cumprimento da legislação;
- d) Revisão dos critérios de avaliação e seleção de terceiros, buscando empresas maiores e que tenham maior amplitude nos serviços prestados.

Do ponto de vista dos passivos judiciais cíveis, a Companhia mantém Políticas de Redução dos Passivos, inclusive com busca pela realização de acordos, cujo objetivo é a redução do passivo para 10% das previsões de condenação, observando-se a realização de acordos em média em 40% dos casos nos últimos anos.

Do ponto de vista da regulamentação do setor e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Do ponto de vista dos segmentos de mercados, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações).

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

**4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.**

Fatores de Risco - Ações Trabalhistas de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Ministério Público do Trabalho / RJ	CEG	58ª VT/RJ	24/05/2007	Suspensão de atividade terceirizada	Suspensão da contratação pela CEG, com empresas especializadas, de todos os serviços que, segundo a inicial, estão ligados a atividade fim da CEG.	Remota	Suspensão de atividade terceirizada	Não há

(1) Possível; provável; remoto

Fatores de Risco - Ações judiciais da Área Fiscal de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG (2)	Fazenda	28ª Vara Federal	08/10/2007	327.132.192,26	Anular débitos	Remota	Pagamento	Não há
Fazenda	CEG (2)	7ª Vara de Execução Fiscal	20/07/2006	54.401.073,68	Execução Fiscal	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/10/2002	19.690,59	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	23/06/2008	2.007.534,11	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.753.852,45	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG	INSS	2ª Vara Federal	29/07/2005	14.320.064,95	Anular débitos	Possível	Pagamento	Não há
CEG	Fazenda	7ª Vara Federal	10/09/2001	9.813.825,55	Anular débitos	Possível / Remota	Pagamento	7.551.333,47

(1) Possível; provável; remoto

(2) Em conexão

Fatores de Risco - Ações judiciais Cíveis de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG	AGENERSA	3ª VFP	24/06/2004	R\$ 20.000,00	Anular a deliberação proferida no processo administrativo, de forma a assegurar a manutenção do critério, até então adotado, de repasse do ônus financeiro da CPMF às tarifas de gás praticadas pela CEG.	ALTO	Prevalecer a deliberação da AGENERSA que alterou o critério de repasse da CPMF para as tarifas, trazendo significativos ônus financeiros para a CEG.	N/A
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/07/2004	R\$ 133.552.547,64	Anular as deliberações AGENERSA-RJ 298/2002 e 324/2003, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que as concessionárias possam: a) repassar para as tarifas a Taxa AGENERSA, os custos da CPF e os custos do	REMOTO	Prevalecerem as deliberações nº 298/02 e 324/03, o que acarretará graves prejuízos	N/A



**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

					aumento da alíquota da COFINS; b) restabelecer a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; c) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.		para a CEG.	
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/08/2004	R\$ 7.286.099,85	Anular deliberações da ASEP, para que as Companhias possam: a) repassar para as tarifas os tributos incidentes (Taxa ASEP, CPMF e Cofins), restabelecendo a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; e b) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalerem as deliberações AGENERSA, o que acarretará graves prejuízos para a CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	8ª VFP	10/07/2006	R\$ 4.469.825,80	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 13/06 e 15/06, que dispuseram sobre o repasse de variações no custo de aquisição do gás natural nos meses de setembro de 2005 e novembro de 2005, assim como determinaram que doravante os repasses somente poderiam ser procedidos após 30 dias contados da publicação de avisos na imprensa.	REMOTO	Prevaler as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
Ministério Público RJ	CEG	8ª VFP	31/08/2005	Este feito se encontra reunido com o descrito na linha acima. A contingência está sendo feita no processo acima.	Ação Civil Pública em que o MP/RJ alega que a Companhia somente poderia praticar tarifas reajustadas 30 dias após a publicação de aviso na imprensa (diferentemente do disposto no Contrato de Concessão).	REMOTO	Suportar os custos financeiros de aquisição do gás, por 30 dias contados da data em que efetuassem a publicação dos reajustes.	N/A
Petrobrás	CEG	13ª VFP	29/07/2009	4.619.037,51	Declaração de ilegalidade das Deliberações nº 370 e 371 da AGENERSA, tornando inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	REMOTO	Tornar inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	N/A
AGRAGET – Assoc. Bras. de Geradoras Termelétricas	CEG	14ª VFP	25/05/2009	R\$ 1.000,00	Anular as Deliberações nº 370/2009 e nº 371/2009 da AGENERSA, que homologaram os aumentos das tarifas cobradas pela CEG e pela CEG RIO em 2009	REMOTO	Restituir para as termelétricas os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
CEG	União Federal	28ª Vara Federal RJ	04/10/2007	R\$ 266.871.167,00	COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PIS/CONFINS. Impugnar os efeitos retroativos atribuídos pela Receita Federal à decisão administrativa que declarou “sem efeito” decisão proferida 2 (dois) anos antes, por meio da qual a própria Receita havia deferido pedido de restituição de indébito tributário.	REMOTO	Pagamento do imposto relativo ao tempo em que foi feita a compensação com juros e multa.	N/A
Ministério Público Federal	CEG	29ª Vara Federal RJ	17/12/2008	s/valor definido (obrigação de fazer)	Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da CEG e outros, por meio da qual pretende o Autor (i) a decretação liminar da indisponibilidade dos bens pertencentes aos Réus; (ii) a condenação solidária dos Réus ao ressarcimento integral dos supostos danos materiais causados ao patrimônio público, no valor de R\$ 133.144.795,25, correspondente ao valor de compensação que alega ter sido indevidamente deferido pelos Réus em favor da empresa CEG nos autos de processo administrativo em 2003; bem como (iii) a condenação solidária dos Réus aos danos morais causados à coletividade; (iii) a proibição dos Réus de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de dez	REMOTO	Pagamento das verbas pleiteadas	N/A

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

					anos; e (iv) o pagamento de multa civil em valor estabelecido pelo Juízo.			
CEG	Estado do Rio de Janeiro	11ª VFP	27/08/2002	R\$ 1.564.106,00	Anular o ato declaratório da suposta dívida fiscal, cancelando-se, por conseguinte, a exigência fiscal a que se refere o auto de infração, determinando o arquivamento do processo administrativo referente ao auto de infração.	REMOTO	Valor de R\$1.182.167,43 já depositado em juízo e que no caso de improcedência da ação será repassado ao Estado.	N/A
UFRJ	CEG	6ª Vara Federal RJ	17/11/2000	R\$ 1.606.830,09	Ação ajuizada pela UFRJ, em 2000, pleiteando não ser tributada pelo ICMS incidente em suas faturas de fornecimento de energia elétrica, gás e telefone, por entender gozar de imunidade de impostos (com base no art. 150, VI, "a" da Constituição). A UFRJ pleiteia também a devolução, pelo Estado e pelas concessionárias, do valor pago a maior.	REMOTO	A CEG ser condenada a não cobrar o ICMS, e ainda ressarcir a UFRJ em R\$5.738.678,91.	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	12/11/2004	R\$ 1.654.114,39	Processo instaurado para avaliar reclamação de moradores quanto a supostas inadequações no Conjunto IAPI, na Penha.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
GERDAU AÇOS LONGOS	CEG	6ª VFP	30/06/2009	R\$ 9.042.367,19	Declarar a nulidade da deliberação nº 371/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG em 11,32% e condenar a CEG a restituir à GERDAU aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para este cliente os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**4. Fatores de risco**

**4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a . juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.**

Não há ações cíveis, fiscais e trabalhistas a serem apontadas em relação aos critérios acima apontados.

## **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **4. Fatores de risco**

**4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Não há processos sigilosos relevantes em que a companhia seja parte.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas.

#### 4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### 4. Fatores de risco

**4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando: a. valores envolvidos; b. valor provisionado, se houver; c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:**

Fatores de Risco - Ações judiciais, administrativas ou arbitrais, repetitivos ou conexos, baseados em causas semelhantes, que não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes			
Valores envolvidos	Valor provisionado	Causa das ações (prática que causou a contingência)	Trabalhista / Tributário / Cível / PROCON / Outros
R\$ 7.559.915,00	R\$ 6.236.930,00	Equiparação salarial, horas extras e adicionais de salários	Trabalhista – processos de ex-empregados da CEG
R\$ 35.674.106,00	R\$ 29.431.138,00	Responsabilidade subsidiária	Trabalhista – processos de ex-empregados de empresas Terceirizadas
R\$ 3.544.941,40	Não há, em razão da baixa possibilidade de perda	Cobrança de multas por supostas irregularidades nas obras de manutenção realizadas em vias públicas.	Tributário
R\$56.270.001,40	R\$ 19.598.760,77	1613 ações de menor complexidade por diversos motivos de natureza consumerista	Cível

## **4.7 - Outras contingências relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **4. Fatores de risco**

#### **4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores**

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

**4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:**

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro**
- d. outras questões do interesse dos investidores**

Este item não se aplica à Companhia, que não se trata de emissora de valores estrangeira.

Além disso, vale ressaltar que a Companhia não emite valores mobiliários em outros países, estando sujeita somente à regulamentação posta pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pois suas ações são negociadas no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 5. Riscos de mercado

##### 5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A gestão dos riscos financeiros da Companhia é descrita na Nota Explicativa 4.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme destacamos no item 5.2 a seguir deste Formulário de Referência.

Fatores de Risco

##### (a) Risco de mercado

(i) Risco cambial: O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 5.2 a seguir deste Formulário de Referência. Em 31 de dezembro de 2014, e na presente data, não há empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### (b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada após 30 dias de atraso no pagamento da fatura para clientes residenciais e comerciais e após 10 dias de atraso para clientes industriais. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

##### (c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>			
Fornecedores	381.395	-	-
Empréstimos e financiamentos	129.804	162.793	441.691
Contas a pagar - assunção de dívida	12.138	1.011	-
Contas a pagar - partes relacionadas	579	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>			
Fornecedores	247.807	-	-
Empréstimos e financiamentos	154.361	173.583	150.750
Contas a pagar - assunção de dívida	11.415	951	-
Contas a pagar - partes relacionadas	257	-	-



## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 5. Riscos de mercado

**5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: a. riscos para os quais se busca proteção; b. estratégia de proteção patrimonial (hedge); c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

#### Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: (a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão quinzenal tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Nos últimos três exercícios não foi contratado nenhum derivativo com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **5. Riscos de mercado**

**5.3** Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

## **5.4 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **5. Riscos de mercado**

##### **5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre riscos de mercado**

Não há outras informações relevantes sobre os riscos de mercado, além daquelas já descritas nos demais itens deste Formulário de Referência.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	02/06/1969
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Constituída sob a forma de empresa pública em 1969, a CEG foi privatizada em 1997, quando o Programa Estadual de Desestatização - PED (Decreto nº 21.985/1996 e Lei Estadual de nº 2.470/1995), adotou a modalidade de abertura de capital para oferta das ações ao novo grupo de controle da Companhia.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	17/11/1977

## 6.3 - Breve histórico

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 6. Histórico do emissor

##### 6.3. Breve Histórico do emissor

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, anteriormente denominada Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro, foi constituída através do decreto-lei nº 29, de 28 de maio de 1969, com a finalidade de operar os serviços de gás canalizado na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação, em 1975, do novo estado do Rio de Janeiro, foi editado o decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, que ampliou o seu objeto social e área de distribuição, que passou a ser toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 64, de 21 de setembro de 1990, a CEG passou a atuar na distribuição de gás para os municípios que integram a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A CEG foi incluída no Programa Estadual de Desestatização – PED através do Decreto n.º 21.985, de 16 de janeiro de 1996, por enquadrar-se nos objetivos do PED previstos no artigo 1º da lei estadual de n.º 2.470, de 28 de novembro de 1995.

Em 14 de julho de 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, alienou, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 65,41% do capital social da CEG. Desse total, 56,41% foi oferecido em lote único ao novo Grupo Controlador e 9,0% foi ofertado aos empregados da Companhia.

Em 21 de julho de 1997 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de gás canalizado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG.

Em 17 de novembro de 1997, a companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme processo CVM n.º RJ 97/3178, o registro de Companhia Aberta para negociação de ações em Bolsa.

A razão social da Companhia foi alterada, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29/04/98, passando a se chamar COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG.

Além da ampliação do número de clientes e da expansão das suas redes, outro compromisso assumido no Contrato de Concessão foi o de fazer a conversão do gás manufaturado para gás natural em toda a cidade do Rio de Janeiro, projeto que foi concluído em meados de 2007.

Atualmente a CEG atende, dentro de sua área de concessão, aos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Maricá, sendo este último atendido com GNC – Gás Natural Comprimido. O município de Japerí já possui rede de gás canalizado, cuja atividade comercial já está pronta para ter início. Quando isso ocorrer, passarão a ser 18 os municípios abastecidos com gás natural.

**6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****6. Histórico do emissor****6.5. Principais Eventos Societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**

Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação.

Em 16/07/2004 a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual informou ao mercado acerca da aquisição, pela Gas Natural Internacional SDG S/A, da integralidade da participação acionária de Enron International Brazil Gas Holding LLC, passando a sua participação acionária a 35,26%. Com a aquisição, o grupo controlador da Companhia, formado pela Gas Natural Internacional SDG S/A e por sua controladora Gas Natural SDG S/A, passou a deter 54,16% da participação acionária.

No início de 2013, conforme Comunicado divulgado ao Mercado em 28/03/2013, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, concentrando na Gas Natural Internacional SDG, as participações que detém na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG.

Desta forma, a Gas Natural SDG S/A, que detinha 18,90% de participação na CEG, deixou de ser acionista, e a sua subsidiária integral, empresa Gas Natural Internacional SDG S.A passou a deter sozinha a participação de 54,16% na Companhia, concentrando a participação do grupo. Tal alteração não representa nenhum efeito relevante para a Companhia, tendo em vista que não houve alteração no controle e tomadas de decisões, nem, tampouco houve alteração administrativa ou no quadro de administradores da CEG, mantendo-se a participação acionária e a representatividade de todos os demais acionistas, inclusive os minoritários, no Conselho de Administração.

O objetivo da referida reorganização é, tão somente, simplificar a estrutura dos investimentos do Grupo nas sociedades das quais participa no Brasil, inclusive da CEG, sem, contudo, que haja qualquer alteração no controlador indireto da mesma, o qual continuará sendo a Gas Natural SDG S/A.

O procedimento operacional da transferência das ações no Brasil já foi regularizado junto ao custodiante.

A CEG não possui empresas por ela controladas.

**Quadro Societário antes da reorganização concluída em Março de 2013**

<b>Acionistas</b>	<b>Participação no capital social (%)</b>
Grupo Gas Natural	54,16
<b>Gas Natural Internacional SDG S.A</b>	35,26
<b>Gas Natural SDG S.A</b>	18,90
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Quadro Societário depois da reorganização concluída em Março de 2013**

<b>Acionistas</b>	<b>Participação no capital social (%)</b>
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
<b>Total</b>	<b>100</b>

## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 27 de Abril de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, todas ordinárias, sem alteração do valor do capital social, o qual atualmente corresponde a R\$ 544.499.820,60. Não houve alteração no controle acionário ou alteração das participações acionárias em decorrência das alterações acima informadas.

O grupamento visou a atender ao Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da BM&FBOVESPA. Além disso, a Gas Natural Internacional SDG S/A teve alterada sua denominação passando a denominar-se Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

Com a decisão da Assembleia, que adotou um fator de grupamento de 200 (duzentas) ações de mesma espécie para 01 (uma), a CEG que possuía 51.927.546.473 passou a possuir 259.637.744 ações, que antes eram negociadas ao valor de cerca de R\$100,00 em lotes de mil e passam a ser negociadas ao valor de R\$ 22,86 por unidade. Os principais acionistas da Companhia são indicados no quadro abaixo.

### Quadro Societário atualizado após operação de Grupamento da totalidade das Ações Ordinárias

Acionista	Participação no capital social (%)
Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.	54,16%
BNDESPAR	34,56%
FIA Dinâmica Energia	8,84%
Pluspetrol Energy	2,26%
Outros	0,18%
Ações em Tesouraria	0,0047%
Total	100%

OBS: Existem 13 ações em posse de Conselheiros de Administração



**6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**6. Histórico do emissor**

**6.6. Informações de pedidos de falência fundados em valor relevante ou e recuperação judicial ou extrajudicial.**

Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não foram feitos pedidos de tais naturezas.

## 6.7 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 6. Histórico do emissor

#### 6.7. Outras informações relevantes.

##### História da Distribuição de Gás no Rio de Janeiro

A história do gás canalizado no Rio de Janeiro teve início em 1851, quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, assinou um contrato para iluminação a gás no Rio de Janeiro. O contrato determinava a construção de uma fábrica de gás no centro da cidade e a instalação de canalizações em perímetros determinados, o que mudou radicalmente os hábitos e costumes da população carioca.

Assim surgiu, em 1854, a Companhia de Iluminação a Gás. Três anos mais tarde, a Companhia já iluminava a cidade através de 3.027 lâmpadas públicas, 3.200 residências e três teatros. Em 1865, a Companhia de Iluminação a Gás foi vendida para uma empresa inglesa que assumiu os serviços de gás através da Rio de Janeiro Gas Company Limited.

A partir de 1870 ocorreu a expansão do uso de gás canalizado em outras cidades brasileiras. Já em 1874, a empresa abastecia na capital do Império 10 mil residências, 5 mil estabelecimentos públicos e 6 mil lâmpadas. Para tanto eram destiladas 25 mil toneladas de carvão, produzindo 7 milhões de m<sup>3</sup> de gás por ano. Em 1876, a concessão dos serviços de gás passou para a empresa belga Société Anonyme du Gaz - SAG.

Em 1910, a The Rio de Janeiro Traway Light and Power Company Limited passou a deter o controle do capital da SAG. Foi a própria SAG que procurou ampliar o emprego de gás e decidiu construir uma nova fábrica no bairro de São Cristóvão. Esta fábrica foi construída em 1911, com maior capacidade de fornecimento (cerca de 180 mil m<sup>3</sup> por dia) permitindo inclusive estender o uso de gás a fogões e aquecedores domésticos.

Inversamente    tendência mundial, ocorreu no País um declínio do uso do gás canalizado, do início do século até 1967, permanecendo somente em duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, representando naquele último ano, apenas 0,3% da demanda brasileira de energia primária.

Em 1967, a SAG inicia o craqueamento catalítico de nafta, abandonando o uso do carvão como matéria-prima. Em maio de 1969, o então Estado da Guanabara, assume a opera  o do serviço de gás canalizado. É criada a Companhia Estadual de Gás da Guanabara - CEG GB. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em julho de 1974, a Ceg passa a se denominar Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em 1982 a Ceg entra na era do gás natural substituindo a nafta como matéria prima da produ  o do gás manufaturado e passando também a distribuí-lo diretamente.

Em julho de 1997, através do Programa Estadual de Desestatiza  o, a Companhia Estadual de Gás foi privatizada, devendo atender a 19 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro listados no Contrato de Concessão, e, em 1998, a Ceg mudou sua razão social para Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em janeiro de 1997 foi criada a CEG RIO S.A, sociedade an  nima de capital fechado, que visa distribuir gás canalizado a 65 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi privatizada, juntamente com a Ceg, em julho de 1997, quando seu controle também passou para o Grupo Gas Natural Fenosa.

Em 2007 foi concluída a conversão do gás manufaturado para o gás natural, que passou a ser distribuído exclusivamente. Atualmente a Ceg possui mais de 840 mil clientes e realiza sua atividade de distribu  o de gás natural em 17 municípios com rede de gás natural canalizado e com gás natural comprimido – GNC na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, atendendo aos mercados residencial, comercial (que inclui pequenos e grandes comércios); industrial, postos de gasolina (com o gás natural veicular – GNV) e às termelétricas.

## **7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **7. Atividades do emissor**

##### **7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.**

A companhia opera serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, na área de sua concessão (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro); explora com exclusividade a distribuição de gás canalizado, GNC e GNL e seus subprodutos, no âmbito da concessão; pode produzir, importar; comercializar e distribuir produtos relacionados à sua atividade principal e de produtos gasodomésticos; pode exercer atividades correlatas à sua finalidade principal como a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviço de consultoria técnica à terceiros e pode participar no capital de outras sociedades.

A Companhia não possui empresas controladas.

**7.2 - Informações sobre segmentos operacionais****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****7. Atividades do emissor**

**7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:**

**a. produtos e serviços comercializados**

Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida				
	2014	2013	2012	2011	2010
GÁS NATURAL	93,3	93,9	94,5	95,6	96,9
GLP	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
SERVIÇOS	6,6	6,0	5,3	4,3	2,9

**b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**

Seguimento Operacional	2014		2013		2012	
	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida
Residencial	579.734	14,3	602.829	16,6	562.103	17,3
Comercial	214.693	5,3	266.059	7,3	251.604	7,8
Automotivo	890.460	22,0	862.482	23,7	844.659	26,0
Petroquímico	12.647	0,3	29.945	0,8	48.428	1,5
Cogeração	74.439	1,8	52.574	1,4	63.226	1,9
Industrial	606.698	15,0	602.332	16,5	624.317	19,2
Termelétrica	1.397.939	34,6	1.007.119	27,7	678.021	20,9
Serviços	267.727	6,6	216.916	6,0	173.323	5,3
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	4.044.338	100,0	3.640.257	100,0	3.245.682	100,0

**c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Seguimento Operacional	2014		2013		2012	
	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido
Residencial	122.831	43,2	135.662	44,5	111.862	44,9
Comercial	35.130	12,3	51.261	16,8	42.496	17,1
Automotivo	36.835	12,9	36.498	12,0	30.966	12,4
Petroquímico	806	0,3	1.997	0,7	3.121	1,3
Cogeração	4.721	1,7	3.597	1,2	3.658	1,5
Industrial	37.034	13,0	40.621	13,3	36.814	14,8
Termelétrica	46.795	16,4	34.985	11,5	19.529	7,8
Serviços	419	0,1	293	0,1	418	0,2
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	284.572	100	304.913	100,0	248.864	100,0

## 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do Emissor.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

##### a. características do processo de produção

O gás natural distribuído pela CEG é fornecido pela Petrobrás – Petróleos Brasileiros S/A nos Pontos de Entrega Japeri, Paracambi, Metropolitano e Guapimirim. Adjacentes a esses pontos, também denominados *city-gates*, a CEG possui instalações onde o gás natural é medido, odorizado e tem sua pressão regulada para os níveis recomendados para distribuição.

Até meados de 2007, quando foi concluído o Projeto de Conversão do gás manufaturado para o gás natural, a produção de gás manufaturado ocorria na fábrica de gás da CEG, situada em São Cristóvão, zona central do Município do Rio de Janeiro. O terreno ocupa uma área total de 119.000m<sup>2</sup>, dos quais 47.000 m<sup>2</sup> eram ocupados pelos equipamentos de produção e o restante da área por instalações de apoio administrativo e operacional. Com a conclusão do projeto de conversão, não há mais produção e distribuição de gás manufaturado.

##### b. características do processo de distribuição

O gás utilizado pela CEG é proveniente, em quase toda a sua totalidade, da Estação de Cabiúnas localizada na Bacia de Campos. Ainda em estado condensado, o gás é transportado por um duto de 180 km de extensão, pertencente à Petrobrás, até a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), situada no município de Duque de Caxias, onde, passando por uma unidade de processamento (UPGN), é desidratado e fracionado, resultando em três produtos: gás natural processado, GLP e gasolina natural.

O gás tratado e processado está, então, pronto para a distribuição. O volume de gás é medido nos *city-gates*, pontos de saída onde o gás é entregue às companhias de distribuição regionais. Para transportar o gás natural desde o ponto de recebimento (*city-gates*) da empresa fornecedora (Petrobras) até os clientes a CEG possui um sistema de dutos de aço de grandes diâmetros. Para que os clientes da CEG possam usufruir desta energia, o sistema de distribuição possui estações que regulam a pressão do gás aos níveis recomendados. As redes da CEG distribuem o gás natural em alta, ou baixa pressão.

O sistema de distribuição de gás à Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui atualmente cerca de 4.265 km de extensão, sendo composto por redes de ferro fundido, aço carbono, aço galvanizado e de polietileno, com diâmetros variando de 25 a 500 mm e operando a diferentes pressões.

Redes de Ferro Fundido: com diâmetros que variam de 50 a 500 mm, estão instaladas nas redes de baixa pressão;

Redes de Aço Carbono: seu diâmetro varia de 25 a 500 mm, estão instaladas em redes de baixa, média e alta pressão;

Redes de Aço Galvanizado: seus diâmetros vão de 32 a 300 mm, estão instaladas em redes de média e baixa pressão;

Redes de Polietileno: têm diâmetros de 25 a 250 mm e estão instaladas nas redes de média e baixa pressão.

A tubulação de polietileno é a mais utilizada nas novas redes em construção, pois apresenta vantagens em relação aos outros materiais. Entre as principais vantagens podemos destacar: resistência ao ataque químico, tanto interno quanto externo; isolamento elétrico, dispensando a proteção catódica; fácil soldabilidade; flexibilidade; elevada resistência ao impacto e vida útil prolongada, estimada no mínimo em 50 anos a 20°C.

A tubulação de ferro fundido, material obsoleto, vem sendo gradativamente substituído pelo polietileno.

**Principais características das redes de distribuição gás natural da Companhia:**

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

**Gás Natural:** A rede de distribuição da CEG está direcionada em quase toda a sua totalidade para o gás natural. A CEG possui 4 Estações de Transferência de Custódia adjacentes aos *city-gates* da Petrobras, onde recebe o gás natural em alta pressão. Estas estações têm como função principal a medição, a odorização, o controle de qualidade do gás e o controle da operação do sistema de distribuição.

É uma rede relativamente nova, construída em aço carbono soldado, com proteção catódica, ferro fundido e em polietileno, utilizando as especificações de normas internacionais. As estatísticas disponíveis sobre vazamentos mostram baixos índices, confirmando o seu bom estado, não apresentando risco anormal à segurança ou à continuidade da operação.

As estações reguladoras tanto de alta / média como média / baixa possuem duplo sistema, um em operação e outro em reserva, que mantêm a disponibilidade e a segurança da operação, além de possuírem dispositivos de proteção contra sobre-pressão nas linhas à jusante.

#### Principais características do sistema de distribuição de GLP da Companhia:

**GLP:** A CEG também distribui Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. Essa distribuição é realizada a partir de uma infraestrutura viabilizada pela existência de um núcleo de clientes específico.

Cada célula do sistema de distribuição de GLP da CEG é formada basicamente por uma estação de estocagem de gás, associada a sua rede de distribuição. A estação de estocagem dispõe de unidades independentes de vaporização natural ou forçada, a qual engloba uma bateria de tanques de GLP – abastecidos periodicamente por caminhões-tanque, um vaporizador, uma estação de redução de pressão e demais dispositivos de segurança e controle necessários para o suprimento de gás. Em termos financeiros é um mercado pouco significativo tendo representado 0,1% do faturamento da Companhia em 2014.

#### c. características dos mercados de atuação, em especial:

**Residencial:** A utilização neste segmento é direcionada, principalmente, para o aquecimento de água e para o abastecimento de fogões domésticos. Em países onde a utilização do gás é mais desenvolvida existe maior oferta de equipamentos domésticos que funcionam a gás, tais como: ar condicionado, refrigeradores, lavadoras de roupa e de louça, etc. A energia elétrica é a principal concorrente e única que pode substituir o gás nestas utilizações.

Em 2007 o segmento representou 20,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 5,0% do volume comercializado pela Companhia. Em regra é o segmento onde se concentra a grande massa de clientes, que correspondeu a 713.498 naquele ano. Em 2008 o segmento representou 16,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,7% do volume comercializado, atendendo ao total de 724.393 clientes. Em 2009 o seguimento residencial representou 21,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 5,4% do volume comercializado, e um total de 735.475 clientes. Em 2010 o seguimento residencial representou 16,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 747.269 clientes. Em 2011 o seguimento residencial representou 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 4,7% do volume comercializado, e um total de 766.472 clientes. Em 2012 o seguimento residencial representou 17,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 786.837 clientes. Em 2013 o seguimento residencial representou 16,6% do faturamento de gás natural e GLP, com 2,6% do volume comercializado, e um total de 807.007 clientes. Em 2014 o seguimento residencial representou 14,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 2,1% do volume comercializado, e um total de 831.430 clientes.

**Comercial:** Segmento voltado para o suprimento de hospitais, restaurantes, hotéis, lavanderias, clubes, ou seja, pequenos e médios negócios. Tem utilização semelhante ao do uso doméstico, para aquecimento de água e abastecimento de fogões industriais. Oferece perspectivas de substituição das energias elétrica e de óleo combustível por gás natural.

Em 2007 o segmento representou 3,3% do volume comercializado pela Companhia e 8,4% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 10.562 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e, 6,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 10.507 clientes. Em 2009 o seguimento representou 9,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,6% do volume comercializado, e um total de 10.509 clientes. Em 2010 o seguimento representou 7,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,5% do volume comercializado, e um total de 10.477 clientes. Em 2011 o seguimento representou 8,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,4% do volume comercializado, e um total de 10.511 clientes. Em 2012 o seguimento representou

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 10.675 clientes. Em 2013 o seguimento representou 7,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,0% do volume comercializado, e um total de 10.481 clientes. Em 2014 o seguimento representou 5,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,7% do volume comercializado, e um total de 10.721 clientes.

**Automotivo:** Utilizado como combustível para motores de combustão interna, tem tido aceitação em função das vantagens econômicas e tem crescido devido ao programa para a frota metropolitana de táxis. Desde a implantação em outubro de 1991, a demanda de gás para veículos leves cresceu rapidamente. A regulamentação por parte de órgãos do governo como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e a mudança no posicionamento das montadoras passando a produzir veículos bicompostíveis gerando maior credibilidade à imagem do gás natural veicular. Verifica-se grande potencial de crescimento na frota de veículos de transporte urbano (ônibus) e de transporte alternativo (kombis e vans). Também é verificado um grande número de conversões em veículos utilitários (pick-ups).

Em 2007 o segmento representou 40,7% do volume comercializado pela Companhia e 32,5% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 384 clientes. Em 2008 representou 28,0% do volume comercializado e, 30,3% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 407 clientes. Em 2009 o seguimento representou 34,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 38,7% do volume comercializado, e um total de 421 clientes. Em 2010 o seguimento representou 28,6% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 25,7% do volume comercializado, e um total de 431 clientes. Em 2011 o seguimento representou 29,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 32,3% do volume comercializado, e um total de 437 clientes. Em 2012 o seguimento representou 26,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,5% do volume comercializado, e um total de 445 clientes. Em 2013 o seguimento representou 23,7% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 18,0% do volume comercializado, e um total de 444 clientes. Em 2014 o seguimento representou 22,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 14,4% do volume comercializado, e um total de 446 clientes.

**Petroquímico:** Neste setor o gás natural fornecido pela Companhia é utilizado para o funcionamento das indústrias (planta e equipamentos).

Em 2007 o segmento representou 5,8% do volume comercializado pela Companhia e 3,5% do faturamento de gás natural e GLP. Em 2008 representou 3,7% do volume comercializado e, 3,1% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia. Em 2009 o seguimento representou 1,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,5% do volume comercializado. Em 2010 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 3,9% do volume comercializado. Em 2011 o seguimento representou 2,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 5,1% do volume comercializado. Em 2012 o seguimento representou 1,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,7% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes. Em 2013 o seguimento representou 0,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 1,0% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes. Em 2014 o seguimento representou 0,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 0,2% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes.

**Co-geração:** de energia industrial: Este sistema utiliza o gás natural para geração de energia elétrica, vapor e frio através de turbinas a gás ou motores à explosão. O crescimento da utilização deste sistema deve ser atribuído à necessidade de um suprimento confiável e contínuo de energia, à ausência de exigências de manutenção de estoques reguladores e pela reduzida emissão de poluentes atmosféricos. É uma solução que pode atender com vantagens a condomínios residenciais, centros- comerciais (shopping-centers) e indústrias. No momento estão em operação vários centros-comerciais no Rio de Janeiro em ciclo combinado para a geração de energia elétrica e produção de ar condicionado, em unidades com ciclo de absorção. Também possuem sistemas de co-geração em suas unidades várias indústrias cariocas.

Em 2007 o segmento representou 2,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, com 3 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e 2,7% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 7 clientes. Em 2009 o seguimento representou 2,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,3% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2010 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,2% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2011 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2012 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,8% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2013 o seguimento representou 1,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,1% do volume comercializado, e um total de 9 clientes. Em 2014 o seguimento representou 1,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,2% do volume comercializado, e um total de 9 clientes.

**Industrial:** É um dos segmentos mais importantes, pois engloba os maiores consumidores potenciais por unidade produtora, utilizando o gás, principalmente, para geração de calor. O gás natural tende a crescer neste segmento pela

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

vantagem na relação custo/benefício, pela segurança de fornecimento contínuo e pelo baixo nível de poluição, dispensando o tratamento de efluentes.

Em 2007 o segmento representou 25,9% do volume comercializado pela Companhia e 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, totalizando 339 clientes. Em 2008 representou 17,6% do volume comercializado e 20,9% do faturamento de gás natural e GLP, com 346 clientes. Em 2009 representou 21,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 21,8% do volume comercializado, com um total de 332 clientes. Em 2010 representou 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 18,8% do volume comercializado, com um total de 330 clientes. Em 2011 representou 24,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 23,8% do volume comercializado, com um total de 334 clientes. Em 2012 o segmento representou 19,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 16,1% do volume comercializado, com um total de 329 clientes. Em 2013 o segmento representou 16,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 11,0% do volume comercializado, com um total de 321 clientes. Em 2014 o segmento representou 15,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 8,8% do volume comercializado, com um total de 320 clientes.

**Termelétricas:** Geração térmica com gás natural. No ano de 2000 foi criado pelo Governo Federal o Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) com o objetivo de criar condições especiais para a instalação e funcionamento de termelétricas no território brasileiro. A proximidade do Rio de Janeiro com a Bacia de Campos tem despertado o interesse de empresas em desenvolverem plantas no Estado. Atualmente existem duas plantas em funcionamento, dentro da área de concessão da CEG, a Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (antigamente denominada Eletrobolt) no município de Seropédica, com potência de 350 MW e a Termelétrica Governador Leonel Brizola (antigamente denominada TermoRio) no município de Duque de Caxias, com potência de 1.040 MW. Existe ainda a Termelétrica Santa Cruz, de Furnas, localizada no município do Rio de Janeiro, com potência de 350 MW, que entrou em operação em 2012.

Em 2007 o segmento representou 15,6% do volume comercializado pela Companhia e 6,8% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 03 clientes. Em 2008 representou 41,9% do volume comercializado e 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, embora mantendo o mesmo número de clientes. Em 2009 o seguimento representou 8,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,8% do volume comercializado, e apenas 02 clientes. Em 2010 o seguimento representou 17,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 43,4% do volume comercializado, e apenas 02 clientes. Em 2011 o seguimento representou 10,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 28,0% do volume comercializado, e apenas 3 clientes. Em 2012 o seguimento representou 20,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 48,8% do volume comercializado e 3 clientes. Em 2013 o seguimento representou 27,7% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 64,3% do volume comercializado e 3 clientes. Em 2014 o seguimento representou 34,6% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 71,6% do volume comercializado e 3 clientes.

#### i. participação em cada um dos mercados

A seguir, são apontados os volumes de vendas de cada segmento, com relação ao volume total de vendas de gás natural da Companhia, apontando a participação de cada um dos mercados, destacando que a CEG possui a exclusividade na distribuição do gás canalizado na sua área de concessão no Rio de Janeiro.

Principais Produtos e/ou Serviços	% Volume de Vendas			
	2014	2013	2012	2011
Residencial:	2,1%	2,6%	3,5%	4,7%
Comercial:	1,7%	2,0%	2,7%	3,4%
Automotivo:	14,4%	18,0%	24,5%	32,3%
Petroquímico:	0,2%	1,0%	2,7%	5,1%
Co-geração:	1,2%	1,1%	1,8%	2,7%
Industrial:	8,8%	11,0%	16,1%	23,8%
Termelétricas:	71,6%	64,3%	48,8%	28,0%

#### ii. condições de competição nos mercados

A Companhia possui a exclusividade na distribuição de gás natural canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), assim, não se verifica impactos do ponto de vista de competitividade nos seus resultados, tendo em conta a principal operação/atividade da Companhia (distribuição de gás canalizado).



### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Com relação ao mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, a Companhia possui uma participação discreta nas vendas na sua área de concessão. Este mercado apresenta maior competitividade, e vem recebendo investimentos pela Companhia, principalmente nos municípios/bairros onde ainda está em desenvolvimento ou estudo a expansão da rede de distribuição (Tubulações).

#### d. eventual sazonalidade

O ciclo de vendas de gás sofre grande influência das estações do ano. A utilização do gás cresce à medida que a temperatura ambiente se reduz. Esta variação ocorre principalmente em função do aumento do consumo para aquecimento de água, calefação, gerando maior reflexo no seguimento residencial, nos meses mais frios do ano.

Na análise dos reflexos causados pela sazonalidade na venda de gás, em regra, são desconsiderados os volumes de venda de gás para geração de energia elétrica, visto tratar-se de um mercado influenciado pelas decisões de política energética para o País, que estão fora de nossa gestão e que não são afetadas exclusivamente por fatores sazonais, e sim por questões de ordem estratégica.

#### e. principais insumos e matérias primas, informando:

Matéria Prima	Nome do Fornecedor	% de Fornecimento sobre o total das Compras da Companhia
Gás Natural	PETROBRAS	100%

#### i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Em decorrência do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Natural firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia mantém com a sua fornecedora, Petrobras, um contrato bilateral para aquisição de gás natural, cujo prazo de vigência é até dez/2019.

A atividade de distribuição de gás canalizado é fiscalizada e regulada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP é responsável pela regulação do mercado de Gás Liquefeito de Petróleo. Assim, a Companhia está sujeita à regulamentação própria de ambas as agências.

#### ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Em razão da própria natureza da atividade, qual seja a distribuição de gás canalizado, exercida por meio de concessão do Governo do estado do Rio de Janeiro, e considerando que a produção de gás natural é detida pela Petrobras, este é o único fornecedor da matéria prima do negócio da Companhia.

A atividade de distribuição de gás canalizado é fiscalizada e regulada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP é responsável pela regulação do mercado de Gás Natural Liquefeito de Petróleo.

#### iii. eventual volatilidade em seus preços

De acordo com o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Natural, as tarifas cobradas são revisadas a cada período de 05 anos, por meio de procedimento administrativo no âmbito do órgão regulador da atividade, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA e, além disso, as tarifas sofrem correção anual com base no IGPM e revisão imediata, para mais ou para menos, sempre que ocorrer variação nos custos de aquisição do gás.

Entre os anos de 2009 e 2012, a fornecedora PETROBRAS realizou leilões de venda de gás natural de curto prazo, normalmente por períodos de suprimento de 6 meses, cujos volumes adquiridos pelas distribuidoras foram disponibilizados ao mercado não termelétrico e a clientes industriais específicos que demonstraram interesse. Assim, houve reflexo com a redução dos preços praticados aos clientes que solicitaram gás sob tal regime, e aos demais indiretamente.

**7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****7. Atividades do Emissor**

**7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:**

**a. montante total de receitas provenientes do cliente;**

Não há um cliente que isoladamente seja responsável por 10% (dez por cento) da receita líquida total da Companhia. Os clientes abaixo destacados, conjuntamente, são responsáveis por 10,89% da receita líquida total da Companhia.

Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2014	% Part. Receita Líquida
CSA THYSSEN - SID. DO ATLANTICO	93.598.371,36	73.343.683,80	3.524.100.284,07	2,08
GERDAU	62.606.809,44	49.058.695,88		1,39
AMBEV - CIA DE BEBIDAS	46.966.541,51	36.802.981,93		1,04
OWENS ILLINOIS	45.586.099,47	35.721.267,54		1,01
BAYER S/A	35.814.149,98	28.063.967,92		0,80
FCC	33.694.606,54	26.403.093,68		0,75
RIO POLIMEROS (BRASKEM)	45.624.032,79	35.750.992,09		1,01
LANXESS ELASTOMEROS BRASIL SA	24.428.837,75	19.142.437,26		0,54
SCHOTT BRASIL	17.708.416,13	13.876.314,88		0,39
KNAUF	15.364.835,26	12.039.884,91		0,34
SOC MICHELIN	14.724.805,82	11.538.357,84		0,33
CIA DE BEBIDAS (GARRAFAS)	13.636.086,91	10.685.237,70		0,30
INGREDION	13.403.772,53	10.503.196,15		0,30
CIBRAPEL	10.003.816,13	7.838.990,32		0,22
KLABIN S A	8.311.902,95	6.513.207,15		0,18
GLOBO COMUNICAÇÕES	8.198.240,06	6.424.140,91		0,18
<b>Receita Líquida Total</b>		<b>383.706.449,98</b>		<b>3.524.100.284,07</b>

**b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Os segmentos afetados pelas receitas provenientes dos clientes acima apontados são o Industrial, o Petroquímico e o comercial.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do Emissor

**7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:**

**a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Compete ao Estado, na forma do artigo 25 § 2º da Constituição Federal, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado. Assim, tendo sido celebrado o respectivo contrato de concessão, fica à Concessionária permitido o exercício de tal atividade.

Especificamente quanto à necessidade de autorizações para a realização de obras nos logradouros públicos de todos os Municípios localizados na área de concessão, tais solicitações são dirigidas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Não existe histórico de problemas em relação à obtenção de licenças para a realização de obras emergenciais, entretanto, nos casos de expansão e renovação de redes, observa-se demora na concessão de tais licenças em virtude do trâmite burocrático nas Secretarias de Obras, Meio Ambiente e Fazenda do Município.

Nos casos previstos na Resolução CONEMA nº 015 de 2009, havendo necessidade de obtenção de licenciamento ambiental de Dutos de Gás Natural, são solicitadas as respectivas licenças ao INEA ou as Secretarias Municipais de Licenciamento Ambiental, que tiverem autorização do INEA para realização do licenciamento.

Em geral, as licenças necessárias ao exercício das atividades de distribuição de gás natural são obtidas junto aos órgãos competentes, não havendo histórico de problemas em relação a essa obtenção. Contudo, em razão de uma falta de padronização dos licenciamentos municipais para as licenças ambientais, tem-se verificado dificuldades nos processos de obtenção de licenciamento.

**b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Foi realizada uma avaliação ambiental tendo em conta duas grandes dimensões: a primeira compreende a análise da sua situação de conformidade do ponto de vista da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a análise dos passivos ambientais, à luz dos princípios de responsabilidade objetiva inscritos nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente e da prática de sua aplicação.

A atual sede administrativa, localizada em São Cristóvão, está situada num dos extremos da área central do Rio, às margens de um dos canais de drenagem superficial do solo de manguezais, reclamado desde o início do século, que hoje acomoda várias indústrias, inclusive uma fábrica de tintas e uma usina de asfalto.

Na sede administrativa, a empresa produzia gás manufaturado a partir do carvão. Ao longo dos anos 1970, esta matéria-prima foi substituída pela nafta, e a partir de 1982 passou a ser utilizado o gás natural. Desde agosto de 2007 a empresa não realiza mais a produção do gás manufaturado, já que após a conversão total da rede de distribuição, ela tornou-se exclusiva de gás natural.

Este longo período de operação com a utilização de matérias primas e subprodutos de grande poder de contaminação, resultaram em um passivo ambiental de contaminantes diversos, localizados em várias porções da área.

Uma vez que partes destas plumas de contaminação estavam abaixo de edifícios e instalações industriais, foi acordado com os órgãos ambientais conter a contaminação existente na porção sudeste da área e remediar através da remoção de óleo presente na porção nordeste da área. A partir destes eventos foi então iniciado o processo de gerenciamento do Passivo Ambiental e remediação da área, no qual a CEG investiu e mantém um sistema de remediação ambiental que visa recuperar em seu *site* áreas degradadas pelo antigo processo produtivo de gás manufaturado. Neste sentido, foram realizadas investigações ambientais e avaliações de riscos e empregadas tecnologias mundialmente reconhecidas para reabilitar tais áreas para uso, fomentando a preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

A substituição da matéria prima utilizada por matéria prima menos poluente e o término da produção de gás manufaturado foram as demonstrações mais significativas da melhora do desempenho ambiental ao longo do tempo, reduzindo os impactos ambientais.

Tal iniciativa foi a pioneira de uma serie que culminou na certificação ambiental ISO 14.001, recebida em 2012, a qual atesta que a CEG segue padrões rigorosos de identificação, classificação e controle dos seus aspectos e impactos ambientais.

Além disso, a CEG é uma empresa integrante do Grupo Gás Natural Fenosa, constituinte do índice de sustentabilidade FTSE4Good, pelo nono ano consecutivo. O *Dow Jones Sustainability Index* reconheceu a Gás Natural Fenosa como a companhia líder mundial entre as empresas do setor *utility* (água, gás e eletricidade). A Gas Natural Fenosa ocupa, pelo

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

segundo ano consecutivo a posição de líder no setor de distribuição de gás de DJSIWorld e foi incluída no seletivo DJSIEurope, convertendo-se na única companhia do seu setor em receber este reconhecimento.

### Responsabilidade Corporativa

A CEG entende a responsabilidade corporativa como o conjunto de ações desenvolvidas para estabelecer relações de confiança, estáveis, sólidas e de benefício mútuo com seus grupos de interesse. A adequada relação com o ambiente constitui um aspecto estratégico de primeira ordem para a Companhia; é imprescindível para a geração de valor e para zelar pela sustentabilidade a longo prazo.

A política de Responsabilidade Corporativa da Companhia, cuja aprovação veio precedida de um intenso processo de avaliação e consultas internas, é a manifestação de um sistema de gestão da responsabilidade corporativa que abrange todo o Grupo, e reúne sete compromissos assumidos:

- Orientação ao cliente
- Compromisso com os resultados
- Meio ambiente
- Interesse pelas pessoas
- Segurança e saúde
- Compromisso com a sociedade
- Integridade

A CEG elabora o seu Informe de Responsabilidade Corporativa conforme o modelo internacional do Global Report Initiative (GRI). O documento traz uma série de indicadores que revelam o compromisso da empresa com o crescimento sustentável e com a criação de valor social, econômico e ambiental para o seu entorno.

A elaboração de Relatórios de Sustentabilidade é uma prática voluntária de medida, divulgação e de responsabilidade das organizações do seu desempenho ambiental, social e econômico. O Relatório de Sustentabilidade deve oferecer uma descrição clara e equilibrada do desempenho da organização.

### Conformidade Ambiental

A Companhia realiza diversas ações para garantia de conformidade e prevenção da constituição de passivos em curso, incluindo-se ainda a realização obrigatória de auditoria ambiental, conforme listado a seguir:

- Solicitação, em julho/1997, das licenças de operação das seguintes unidades da CEG: Unidade São Cristóvão, Estação Botafogo, Estação Piauí, Estação Leblon (desativada em maio/2003) e Estação de Modulação de Gás Natural.
- Em 2013 o processo de licenciamento da Unidade São Cristóvão da CEG migrou do INEA para a SMAC, que atualmente encontra-se sob análise do órgão municipal para a liberação da Licença Municipal de Instalação e Descontaminação.
- Monitoramento das emissões atmosféricas: Em cumprimento a legislação ambiental vigente, a CEG realiza anualmente o Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa, reporte dos dados solicitados no Cadastro Técnico Federal, incluindo os gases controlados pelo Protocolo de Montreal e elabora Planos de Mitigação de Emissões Atmosféricas.
- Análise de Riscos e Plano de Emergência: A CEG estabelece e mantém mapas de riscos e dois planos de emergência, um relativo ao sistema de distribuição de gás, e outro relativo a antiga Fábrica de Gás.
- Gerenciamento de Resíduos: Vinculação da CEG, em Setembro/97, ao Sistema de Manifestos de Resíduos junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) com entrega do Inventário Anual de Resíduos a partir de 1999.
- Obtenção da Certificação ISO 14.001:2004 pela AENOR (Associação Espanhola de Normalização e Certificação): Em 2012 a CEG recebeu a certificação ISO 14.001:2004, demonstrando o seu comprometimento em atender aos requisitos ambientais ligados ao grupo. Em maio de 2013, após conclusão da auditoria pelo organismo certificador, a certificação foi mantida.
- Auditoria Ambiental Legal: Anualmente as auditorias compulsórias (regulamentares) vem sendo realizadas com intuito de incentivar a manutenção da política e sistema de gestão ambiental; apoiar o órgão ambiental, fornecendo um diagnóstico técnico da conformidade legal e do desempenho ambiental ao longo dos últimos anos, identificando os aspectos ambientais e seus potenciais poluidores e de risco; verificar o cumprimento dos dispositivos legais de proteção e controle ambiental, bem como condicionantes e restrições das licenças ambientais e compromissos de recuperação, compensação e mitigação; verificar as condições de operação, de manutenção dos sistemas de controle de poluição e de prevenção de acidentes. A última Auditoria Ambiental Legal foi realizada em novembro/2013.
- Licenciamento ambiental de novos ramais de distribuição em alta pressão (AP).

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Renovação das Licenças Ambientais dos ramais de distribuição que estiverem sujeitos ao licenciamento;
- Análise de Riscos: Realização do estudo de Análise de Riscos para os ramais licenciados pelo órgão ambiental competente, primeira licença e renovação das licenças de operação.
- Projetos para redução e compensação de emissões atmosféricas;
- Monitoramento da legislação ambiental;
- Projeto de redução, reutilização e reciclagem de resíduos;
- Campanhas de conscientização ambiental.
  
- Realização do licenciamento ambiental das redes de Média Pressão (MP), após a publicação do DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM determinou a obrigatoriedade do licenciamento das redes com essa classe de pressão. Recebido do INEA, dia 08/12/2010 a Licença de Instalação e Operação – LIO dessas redes.
- Acompanhamento do licenciamento ambiental dos ramais de distribuição no órgão Estadual (INEA - Instituto Estadual do Ambiente) e Secretarias Municipais do Ambiente , realização de estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e Análise Quantitativa de Riscos).
- Realização de compensação ambiental, para o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), no ano de 2002, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição para a Termelétrica Eletrobolt, através de Convênio para desenvolvimento de projeto de orientação e educação ambiental - Agentes Ambientais Seniores.
- Realização de compensação ambiental, para o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), no ano de 2003, referente processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição Itaboraí através da construção de deck de ancoragem e abertura de canal com 50 metros de extensão.
- Realização de compensação ambiental, para o IEF (Fundação Instituto Estadual de Florestas) no ano de 2005 e 2006, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição de São Gonçalo/Niterói e do ramal de distribuição de Guapimirim, através Projeto de Melhoria da Infra-Estrutura e de apoio operacional do Parque Estadual da Serra da Tiririca.
- Realização do Projeto de Reflorestamento no interior da APA-Petrópolis, em área degradada, para o IBAMA, iniciado em 2005 e com previsão de encerramento em agosto de 2011, sendo realizada manutenção até 2012, referente ao processo de licenciamento ambiental junto ao INEA do ramal de distribuição Petrópolis.
- Realização de compensação ambiental no ano de 2006, referente aos processos de licenciamento ambiental junto ao INEA dos seguintes ramais de distribuição: Guapimirim, São Gonçalo/Niterói, Novas Fontes 1/Furnas Santa Cruz, Paraíba do Sul/Três Rios e Petrópolis, através de Acordo de Cooperação.
- Solicitação de Licença de Operação da Rede de Alta Pressão (Sistema AP-12) da CEG visando a regularização da situação ambiental do Sistema de Distribuição da CEG.
- Realização de depósito em conta poupança dos valores referentes às compensações ambientais, fração IBAMA, dos projetos Novas Fontes 1 – Furnas Santa Cruz e Gaseificação Paraíba do Sul / Três Rios. Procedimento firmado pela assinatura em 16/12/08 do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), solicitado pelo procedimento da Câmara de Compensação Ambiental.

### Projeto de Educação Ambiental

Projeto de educação ambiental implantado como cumprimento da condicionante da licença ambiental de instalação, para construção do Ramal Reforço Jacarepaguá. Realizado em 13/07/2013, o projeto contribuiu para aproximação da população com o Parque, através de diversas atividades realizadas no dia do evento.

### Projetos para Redução de Emissões Atmosféricas:

#### Neutralização de emissões

Este programa é uma iniciativa destinada a empresas e pessoas físicas que querem compensar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) através dos créditos gerados com projetos de tecnologia limpa contribuindo para desacelerar o aquecimento global. A Companhia tem inventariado as emissões de alguns de seus maiores eventos, quantificado e expressado em CO<sub>2</sub>eq (dióxido de carbono equivalente) para posterior compensação. A partir do nível de emissões, é estimado o valor da compensação.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A neutralização de eventos apresenta como principais vantagens além da própria compensação, ajudar a conscientizar o público do evento sobre os impactos ambientais e às mudanças climáticas. Entre os eventos neutralizados em 2013, destacamos:

- Dia Mundial do Meio Ambiente - 330 kg CO<sub>2</sub>e compensados
- Caminhada Ecológica - 319 kg CO<sub>2</sub>e compensados
- Trocando Figurinhas - 831 kg CO<sub>2</sub>e compensados
- Dia Mundial sem Carro - 8.428 kg CO<sub>2</sub>e compensados
- Dia das Crianças - 1.154 kg CO<sub>2</sub>e compensados
- Festa de Final de Ano para os funcionários e colaboradores da Geg - 7.102 kg CO<sub>2</sub>e compensados

### Avaliação da Conformidade Legal

Com relação ao que a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal dispõem: A CEG adota a sistemática Themis, programa corporativo desenvolvido para controlar os requisitos legais e outros requisitos ambientais aplicáveis em seu âmbito de atuação, aos aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades e serviços das Unidades.

### Plano de Redução, Reutilização, Reciclagem e Valorização Energética dos Resíduos - Projeto PRE3VER

Destina-se a definir um quadro para o estabelecimento e padronização de critérios, diretrizes e objetivos relacionados à minimização e gestão de resíduos a nível corporativo, tendo em conta os princípios estabelecidos na Política de Responsabilidade Ambiental Corporativa do grupo Gas Natural Fenosa, controlador da CEG. Este projeto teve início no ano de 2009 e vem sendo desenvolvido atualmente, com o objetivo de conscientizar os colaboradores dos conceitos e práticas ambientais para redução da geração de resíduos; e estabelecer ferramentas de controle operacional e outros documentos necessários para a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado – SIG.

### Campanhas de Conscientização Ambiental

A companhia realiza diversas campanhas educativas e de conscientização ambiental:

- Dia Mundial da Água – dia 22/03/13 – Foi realizada campanha de conscientização com o representante de distribuidora de água do RJ - CEDAE, que palestrou sobre a origem da água, seu tratamento e enfatizou a importância do consumo consciente.
- Dia Mundial do Meio Ambiente – dia 06/06/13 – Foi promovida palestra em comemoração a data. O objetivo foi divulgar conceitos e práticas ambientais que contribuam para o desenvolvimento humano e profissional.
- Dia da Árvore – dia 21/09/2013 – Foi realizada uma caminhada ecológica no Pão de Açúcar, com a entrega de cartão de papel semente.
- Dia Mundial Sem Carro – dia 22/09/13 – Foram neutralizadas 100% das emissões da frota durante a semana de 22 a 29 de setembro (9t de CO<sub>2</sub>) em homenagem a data e publicado um informativo convidando os colaboradores a refletir sobre os problemas causados pelo uso intenso de automóveis, principalmente nos grandes centros urbanos.
- Dia do Consumo Consciente – dia 15/10/13 – Foram divulgadas dicas de consumo consciente para o fogão e aquecedor, objetivando à utilização eficiente dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente.
- Dia das Crianças - Foi realizada no dia 13/10/13 conscientização ambiental junto aos filhos dos colaboradores que participaram no evento e neutralizadas as emissões do mesmo simbolizando esta iniciativa com a entrega de balões com a frase CO<sub>2</sub> Neutro.
- Encontro de Sustentabilidade - Realizada na Estação de Medição de GN, em Japeri, o Encontro de Sustentabilidade teve o objetivo de plantar árvores no entorno da estação visando a arborização da área com espécies nativas da Mata Atlântica em parcela do terreno da Estação.
- Workshop: Gestão de Rede e a Sustentabilidade - Teve o objetivo de discutir questões sustentáveis no processo de construção da rede de distribuição de gás natural e teve como público alvo os Gestores de obras.
- Fórum Ambiental para Gestores de Obras - Em homenagem ao dia Mundial do Meio Ambiente, tendo como público alvo os gestores de obras, foi realizado o Fórum Ambiental com objetivo foi sensibilizar os responsáveis pelas obras quanto a minimização dos impactos ambientais nas suas atividades e fomentar a integração dos gestores com a área de Meio Ambiente para incrementar novas realizações, em parceria com todas as áreas da empresa envolvidas com a rede de gás.

### Passivos Ambientais

Eliminação do passivo do resíduo de catalisadores de níquel, no ano de 2002, resultante do processo de fabricação de gás manufacturado. O processo utilizado para eliminação deste passivo foi o de incorporação em cimenteira, devidamente aprovado pelo INEA.

### Investigação ambiental do subsolo da Unidade São Cristovão (2000 e 2001):

Avaliação e caracterização, na Unidade São Cristovão (*on-site*) e na região no entorno à Fábrica (*off-site*), das áreas potencialmente impactadas (solo e água) e proposição de alternativas aplicáveis de remediação das áreas impactadas e

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

tratamento final dos resíduos; Instalação de 37 poços *on-site* e 19 poços *off-site* para monitoramento das águas subterrâneas.

### **Investigação Ambiental Complementar Unidade São Cristóvão – Área Nordeste (2006)**

Os serviços realizados compreenderam a execução de 31 (trinta e uma) sondagens e a instalação de 20 (vinte) poços de monitoramento/extração para delimitação da pluma de produto em fase livre.

**Investigação Confirmatória (2011)** – Estudo realizado com o objetivo de identificar os compostos químicos existentes na área noroeste;

**Avaliação de Riscos a Saúde Humana (2013)** - Estudo que apresenta os riscos derivados dos compostos químicos por tipo em comparação aos padrões definidos na resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 420/2009;

**Projeto Executivo (2013)** – Define as técnicas que serão aplicadas para remediação que serão aplicadas na área noroeste (escavação e oxidação química);

**Teste de intrusão de vapores (2013)** – Teste realizado para identificar a presença de potenciais riscos à saúde humana relacionados à inalação de vapores.

**Investigação Ambiental (2014)** – Teve como objetivo a avaliação da qualidade do solo e da água subterrânea abaixo do antigo gasômetro através da realização de sondagens de reconhecimento e a instalação de poços de monitoramento, bem como a caracterização do solo superficial segundo a norma ABNT NBR 10.004.

**Teste de Bancada (2014)** – Teve como objetivo determinar a eficácia e a efetividade do composto químico (remediador) a ser utilizado para o ensaio piloto e posteriormente na remediação ambiental da área Noroeste do terreno.

### **Remediação ambiental do subsolo da Fábrica:**

Área Nordeste da Unidade São Cristóvão: Instalação de sistema de bombeamento do óleo em fase livre (remoção de óleo), com início da operação em Janeiro/2002, devidamente autorizado pelo INEA.

Modificação e ampliação do sistema de remoção de óleo por extração Multifásica, em 2006. Este sistema encontra-se em operação.

Área Sudeste da Unidade São Cristóvão: Instalação de Barreira Hidráulica para controle da migração da pluma de contaminação existente na porção sul-sudeste da Fábrica em julho de 2002, o Sistema de Barreira Hidráulica foi modificado e ampliado, em 2004, com a instalação de novos poços, objetivando um maior controle da migração da pluma de contaminação. Este sistema encontra-se em operação.

Realização de investigações ambientais nas estações do Leblon (2002), Mangue (2005), Piauí (2006), caracterização hidrogeológica e geológica preliminar do Posto de GNV Acari, em março/2004. Descomissionamento da estação Piauí, em 2006; e monitoramentos ao longo de 2007 e 2008, sendo constatado pelo INEA e descomissionamento da estação Botafogo em 2007 com posterior investigação ambiental do subsolo que demonstrou que a área estava livre de passivo ambiental.

### **Plano Global de Monitoramento:**

Realização de campanhas de monitoramentos semestrais para acompanhamento das concentrações nas águas subterrâneas, na área interna e externa da Unidade São Cristóvão da CEG, permitindo assim ao longo do tempo a tomada de decisão quanto a ações corretivas, caso as mesmas sejam necessárias.

### **Cadastro Técnico Federal do IBAMA**

Em atendimento a lei 10.165 é realizado anualmente, através da entrega dos Relatórios de Atividades no site do IBAMA das unidades da CEG (incluindo a Estação de Modulação) e dos ramais de distribuição de gás natural.

### **Comentários sobre a Legislação Ambiental**

Proteção ambiental é matéria tratada na Constituição Federal e na legislação da União, dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 em vigor estabelece, em seu capítulo especial sobre meio ambiente, o direito das pessoas a um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, estabelecendo ainda, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. A primeira lei federal que disciplinou a matéria, de modo sistemático e moderno, foi a de número 6.938/81, que estabeleceu uma Política Nacional de Meio Ambiente, a ser exercida por um Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por agências federais e municipais, e institucionalizou o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável pela elaboração das normas federais operacionais de controle ambiental.

Entre as novidades relevantes de 1981, surge o conceito de "responsabilidade objetiva" ou "sem culpa", seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, bem como a atribuição ao Ministério Público de poderes e responsabilidades específicas para o ajuizamento das chamadas ações civis públicas.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Em 1985, os poderes do Ministério Público foram significativamente ampliados para efeito de condução direta das ações civis ou da atuação como fiscal da Lei, especialmente quanto às ações relativas à responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei 7.347/85).

O Ministério Público pode exigir a recuperação do meio ambiente alterado, a indenização por danos ambientais comprovados ou a cessação das atividades nocivas, o que pode acarretar o fechamento da empresa poluidora ou a aplicação de multa diária enquanto persistir a conduta lesiva. O poluidor e seus sucessores, bem como qualquer um que tenha contribuído para o dano, são considerados responsáveis perante a lei.

Trata-se do Princípio da Responsabilidade Solidária, consagrado no artigo 1.518 do Código Civil, que especifica que os responsáveis responderão, individual ou conjuntamente pelo pagamento do total da indenização devida.

No âmbito criminal, recentemente, o Governo Federal editou a Lei 9.065/98, que dispõe sobre as sanções penais, bem como administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não revogando as demais leis que tipificam crimes ambientais.

Aprovação em 26 de novembro de 2002 e publicação em 28 de dezembro de 2002 a Deliberação CECA nº 4.231 que cria os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Combustível (Natural ou Manufaturado), e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Aprovação em 23 de maio de 2006 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2006 a Deliberação CECA nº 4.678, que estabelece os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Natural ou Manufaturado, e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Revogando a Deliberação CECA Nº 4.231.

Aprovação em 02 de dezembro de 2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências.

Aprovação em 22 de setembro de 2009 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 2009 a CONEMA nº 015, que revoga a Resolução CECA nº 4.678 e estabelece critérios para o licenciamento ambiental e dá outras providências. Revogando a Deliberação CECA Nº 4.678.

Aprovação pela Resolução Conema nº 21, de 07 de maio de 2010 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 14 de maio de 2010 a revisão da DIRETRIZ -056- revisão 3 do INEA com os novos itens a serem auditados e os novos requisitos ambientais a serem atendidos, incluindo novos indicadores ambientais dos últimos 5 anos que devem ser informados ao INEA.

Aprovação em 02 de agosto de 2010 da LEI Nº 12.305 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

### **Adequação Ambiental da CEG**

O projeto de adequação ambiental da CEG é uma consequência de seu incansável objetivo de sempre aperfeiçoar seus procedimentos, e decorre das recomendações resultantes da avaliação feita à época da privatização, que pode ser entendida em duas dimensões: a primeira compreendeu a análise da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão das questões ambientais, levando em conta o princípio da responsabilidade objetiva inscrito nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente.

#### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Para o desenvolvimento da atividade de exploração do serviço local de gás canalizado, é imprescindível a obtenção da respectiva concessão junto ao Estado, conforme estabelece o artigo 25 § 2ª da Constituição Federal. A Concessionária CEG celebrou seu Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em 21/07/1997.

As marcas utilizadas pela CEG são registradas no INPI, não havendo registro de patentes. Além disso, atualmente inexistem contratos de royalties e franquias em vigor.

As licenças necessárias para o exercício das atividades são solicitadas aos órgãos competentes. As obras em logradouros públicos são licenciadas pela Prefeitura, enquanto as questões ligadas ao licenciamento ambiental são resolvidas junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e as Secretarias Ambientais dos municípios credenciados pelo INEA.



## 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do Emissor

##### 7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas são obtidas na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros.

- b. **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há clientes em países estrangeiros, assim, não há receitas provenientes de clientes em países estrangeiros.

- c. **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Como acima descrito, não há cliente em países estrangeiros, assim, a companhia não possui receita proveniente de países estrangeiros, sendo nula respectiva participação na receita líquida total da Companhia.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **7. Atividades do Emissor**

##### **7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor**

Conforme informação prestada no item 7.6 deste Formulário de Referência, em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas da Companhia são obtidas na sua área de concessão (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros, portanto, não sendo auferida pela Companhia receita de país estrangeiro.

Assim, a Companhia não está sujeita à regulação de nenhum país estrangeiro, e conseqüentemente não há que se falar em efeitos no negócio da Companhia.

## 7.8 - Relações de longo prazo relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do Emissor

##### 7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Os contratos com os clientes dos seguimentos comercial e industrial são firmados pelos prazos de vigência médios de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados, para até a equiparação ao prazo do contrato firmado pela Companhia com a Petrobras para aquisição de gás natural.

O Contrato de aquisição de gás natural firmado com a Petrobras tem vigência até 2019.

Os contratos de compra e venda de gás natural firmados com as térmicas Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola possuem vigência até dezembro de 2019.

Os contratos firmados no segmento residencial possuem vigência por prazo indeterminado, limitados ao período de concessão, qual seja, de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período, durante o qual a Companhia se mantém como prestadora do serviço de distribuição de gás natural.

O Grupo Gas Natural Fenosa, controlador da CEG, elabora o Informe de Responsabilidade Corporativa das empresas do grupo no Brasil conforme o modelo do Global Report Initiative (GRI). O documento traz uma série de indicadores que revelam o compromisso das empresas do grupo com o crescimento sustentável e com a criação de valor social, econômico e ambiental para o seu entorno. Os Relatórios, de periodicidade anual, são publicados no site [www.gasnaturalfenosa.com.br](http://www.gasnaturalfenosa.com.br), no link "Publicações e Informes" da área "Reputação Corporativa" que apresenta as informações Institucionais do site, no campo denominado "Conheça-nos".

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conheca-nos/a+companhia/reputacao+corporativa/publicacoes+e+informes/1297132725109/brasil.html>

## 7.9 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do emissor

##### 7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as atividades do emissor.

##### Gás Natural, Energia do Futuro.

##### Produto: definição, composição e propriedades

O petróleo tal como é encontrado na natureza é uma mistura de hidrocarbonetos em seus três estados (sólido, líquido e gasoso) e pequenas quantidades de enxofre, oxigênio e nitrogênio. Quando da extração do óleo de uma jazida, de petróleo, por uma questão de pressão e temperatura, parte do que é sólido se liquefaz e parte do que se encontra em estado líquido, transforma-se em gás. A conceituação do gás natural ou gás pressupõe todo o hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Assim, o gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH<sub>4</sub>), que se localiza no subsolo da terra e é procedente de decomposição de matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é extraído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve do que o ar. Além disso, é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e vapor de água, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.

Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo. O transporte desde as jazidas até estas zonas é feito através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar, e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nesses casos é liquefeito a 160°C abaixo de zero reduzindo seu volume em 600 vezes, possibilitando o transporte de maiores quantidades. No porto receptor o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e é regaseificado.

Assim, permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e posteriormente é injetado na rede de gasodutos até os pontos de consumo. Todas essas instalações são construídas preservando-se o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas, favorecendo a possível restituição da paisagem.

##### Diferentes utilizações do gás natural

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. O gás natural pode ser utilizado tanto nas residências, como no comércio e na indústria, não necessitando ser armazenado previamente, tratando-se de um combustível não poluente.

##### **Fornos e Fogões**

Os aparelhos para cozinhar com gás, como os fogões com ou sem forno, estão equipados com modernos sistemas de acendimento e segurança, que facilitam sua utilização. Os fornos de gás dispõem cada vez mais de um número maior de opções para oferecer produtos com mais qualidade. Em seus interiores o vapor de água gerado na combustão do gás permite que as refeições não fiquem ressecadas, mantendo todo o sabor.

##### **Aquecedores**

Os aquecedores de gás produzem água quente instantânea e sem limite. Estes aquecedores funcionam somente quando há necessidade de água quente, o que permite uma máxima economia da energia. Os aquecedores de acumulação armazenam água quente para quando houver necessidade de utilizá-la em vários pontos ao mesmo tempo e, em grandes quantidades.

##### **Lavadoras de Roupas e de Louças**

O gás natural também é aplicado nas lavadoras de roupas e louças, que utilizam a água aquecida por um aquecedor ou caldeira de gás, gerando economia de tempo e financeira.

##### **Radiadores Murais, Lareiras e Churrasqueiras**

O gás natural também permite aquecer os lares gerando máximo conforto. Os radiadores murais autônomos produzem um calor instantâneo no cômodo desejado, não consumindo o ar do interior da residência. As lareiras de gás natural têm uma chama real, não produzem resíduos, e são acesas automaticamente. No jardim, as churrasqueiras de gás natural oferecem a máxima limpeza, já que não produzem resíduos.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### **Comércio e Indústria**

Nos comércios e nas indústrias o gás natural pode ser usado para qualquer processo de geração de frio ou calor, na co-geração de energia térmica e elétrica, e na geração própria de eletricidade. No comércio já é amplamente utilizado em padarias, restaurantes, hotéis, escolas de natação, etc.

Como combustível, o gás natural é utilizado nos processos e equipamentos industriais que precisam de uma energia térmica limpa, eficaz e econômica: em cerâmicas, vidraçarias, fornos em geral, fundições, tratamentos térmicos, etc.

O gás natural também permite climatizar e gerar frio para prédios e locais industriais, tanto como produzir gelo para pistas de patinação.

### **Co-geração**

Outra aplicação de grande atualidade e com grande futuro é a co-geração. A co-geração com gás natural produz em conjunto energia elétrica (ou mecânica) e calor útil para fábricas, centros de saúde e hotéis, assim como grandes complexos urbanísticos. A co-geração com gás natural reduz em grande medida a emissão de resíduos contaminantes.

O gás natural é também cada vez mais utilizado na geração de eletricidade nas centrais térmicas convencionais ou de ciclo combinado. Este processo permite economizar energia e além de tudo, diminuir os níveis de poluição.

### **GNV**

O gás natural como combustível para automóveis também é uma importante alternativa, viável, e eficiente na redução de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nas cidades com alta intensidade de trânsito.

### **Gás natural: a melhor energia do planeta**

O gás natural é consumido em vários países há mais de 50 anos e cerca de 95% de quase todo o gás canalizado do mundo corresponde a gás natural. Este tipo de gás é uma das fontes de energia mais limpas que existe, uma vez que não produz resíduos em sua combustão e não polui o meio ambiente. É altamente valorizado em consequência da progressiva conscientização mundial da relação entre energia e meio ambiente.

### **O gás natural é uma energia que:**

- se utiliza tal qual é extraída da natureza, chegando à casa do cliente sem nenhuma transformação;
- permite resolver os problemas energéticos e em consequência das grandes reservas existentes, possibilita seu desenvolvimento e expansão em diversos campos;
- dispõe de alto poder calorífico, quase duas vezes e meia maior que o do gás manufacturado;
- preserva o meio ambiente, pois a sua combustão não produz fumaça nociva, ajudando a reduzir a poluição da cidade;
- é versátil, com muitas aplicações como a lavagem e secagem de roupas, de louças, em ar condicionado, em veículos, na geração de energia elétrica, além das utilizações tradicionais.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 8. Grupo Econômico

##### 8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

###### a. controladores diretos e indiretos

Abaixo a descrição das participações acionárias, apontando-se os acionistas representados no Conselho de Administração, inclusive os acionistas minoritários.

Acionista	Participação no capital social (%)
Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.	54,16%
BNDESPAR	34,56%
FIA Dinâmica Energia	8,84%
Pluspetrol Energy	2,26%
Outros	0,18%
Ações em Tesouraria	0,0047%
Total	100%

OBS: Existem 13 ações em posse de Conselheiros de Administração

###### b. controladas e coligadas

A Companhia não é controladora e nem possui participação acionária em outras sociedades.

###### c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em outras sociedades.

###### d. participações de sociedades do grupo no emissor

Outras sociedades sob controle comum da Gas Natural Internacional SDG S/A atualmente denominada Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A. não possuem participação acionária na Companhia.

###### e. sociedades sob controle comum

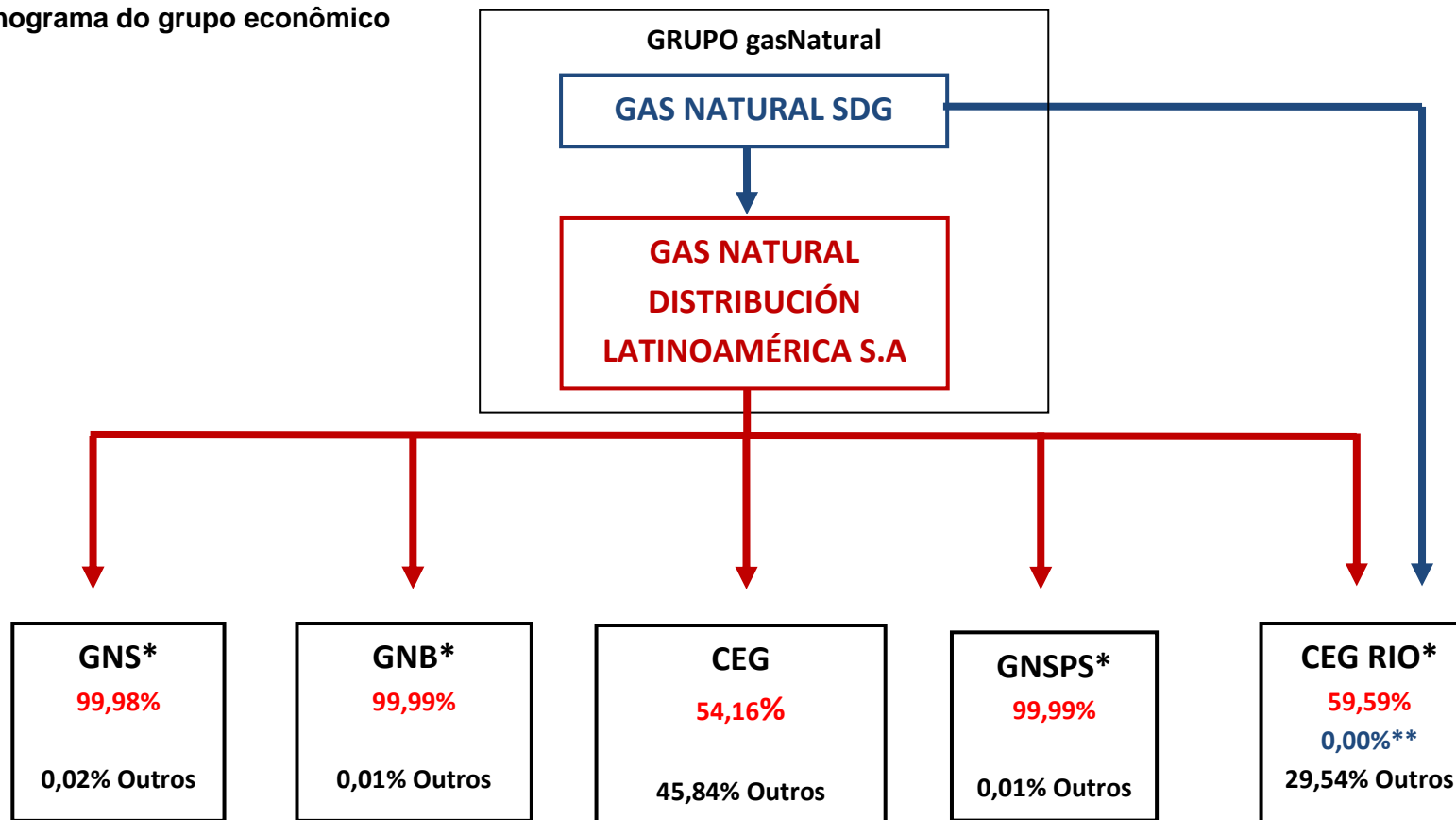
O Grupo Gás Natural, formado pelas empresas Gas Natural SDG S/A e Gas Natural Internacional SDG S/A – atualmente denominada Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A – também possui o controle acionário das seguintes Sociedades Anônimas, no Brasil, todas de capital fechado: CEG RIO S/A, Gás Natural Serviços S/A, Gas Natural São Paulo Sul S/A, e Gas Natural do Brasil S/A.

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG**

**8. Grupo econômico**

**8.2. Organograma do grupo econômico**



\*S/A de Capital Fechado.

\*\* A Gas Natural SDG SA possui 01 ação ordinária da CEG RIO S/A.

**OBS:** Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.

### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Data da operação</b>	<b>28/03/2014</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reorganização Societária
<b>Descrição da operação</b>	<p>Conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 18/06/2013 e em 28/03/2013, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, concentrando na Gas Natural Internacional SDG, as participações que detém na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG. Desta forma, a Gas Natural SDG S/A, que detinha 18,90% de participação na CEG, deixou de ser acionista, e a sua subsidiária integral, empresa Gas Natural Internacional SDG S.A passou a deter sozinha a participação de 54,16% na Companhia, concentrando a participação do grupo. Tal alteração não representa nenhum efeito relevante para a Companhia, tendo em vista que não houve alteração no controle e tomadas de decisões, nem, tampouco houve alteração administrativa ou no quadro de administradores da CEG, mantendo-se a participação acionária e a representatividade de todos os demais acionistas, inclusive os minoritários, no Conselho de Administração.</p> <p>O objetivo da referida reorganização é, tão somente, simplificar a estrutura dos investimentos do Grupo nas sociedades das quais participa no Brasil, inclusive da CEG, sem, contudo, que haja qualquer alteração no controlador indireto da mesma, o qual continuará sendo a Gas Natural SDG S/A.</p> <p>O procedimento operacional da transferência das ações junto ao custodiante está em curso.</p>

---



## 8.4 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 8. Grupo

##### 8.4. Outras informações relevantes sobre o grupo econômico

###### **Gás Natural Fenosa: um modelo de negócio que aposta no crescimento da atividade internacional**

A Gas Natural Fenosa é a maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica e a primeira distribuidora de gás natural da América Latina.

A companhia está presente em 26 países, onde oferece serviço a cerca de 20 milhões de clientes dos cinco continentes, com uma potência instalada de mais de 15 GW. É a primeira operadora de distribuição de gás do centro e sul da América, presente na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México. Com relação à geração e distribuição de eletricidade, é a terceira operadora da Espanha, e conta com destacados níveis de presença na Colômbia, na Moldávia, na Nicarágua e no Panamá.

###### **Gas Natural Fenosa amplia sua diversificação geográfica na América Latina com modelo de negócio competitivo e integrado**

Grupo multinacional líder no setor energético, pioneiro na integração do gás e da eletricidade, a Gas Natural Fenosa está presente em mais de 30 países, onde oferece serviços para mais de 23 milhões de clientes dos cinco continentes.

Graças a essa sua forte presença internacional, ao seu perfil de negócios e a uma estrita política financeira, a Gas Natural Fenosa fechou 2014 com um lucro líquido de 1,462 bilhão, 1,2% a mais que no exercício anterior.

O Ebitda consolidado da companhia alcançou em 2014 os 4.853 milhões de euros, 0,1% maior do que no ano anterior, apesar de um meio macroeconômico, energético e regulatório exigente, e graças ao adequado equilíbrio entre os negócios regulados e liberalizados nos mercados gasista e elétrico, e à contribuição crescente e diversificada da presença internacional.

O seu modelo de negócio apostou no crescimento da atividade internacional e em 2014 essa tendência se evidenciou com a aquisição da empresa chilena Compañía General de Electricidad (CGE). Trata-se de uma operação de grande importância estratégica já que o Chile é um mercado chave na América Latina, desfrutando de uma posição de liderança nos mercados de gás e eletricidade.

Além disso, reforça a posição da Gas Natural Fenosa como um dos importantes agentes na distribuição de eletricidade na América Latina e facilita sua participação em projetos de geração de eletricidade, em um futuro próximo.

Para atingir essa posição, a empresa dedicou importante parte de seus investimentos totais a esta região. No âmbito internacional, os investimentos na América Latina cresceram 20,9% em comparação ao ano anterior, devido, em boa medida, ao registro da parte dos compromissos para o período 2014-2017 em distribuição de gás no Brasil.

###### **Primeira distribuidora de gás da América Latina**

A Gas Natural Fenosa opera em toda a cadeia de valor do gás. A empresa é a líder no mercado de distribuição espanhol. Além disso, é a primeira distribuidora da América Latina e conta com uma importante presença no mercado italiano.

As vendas da atividade de gás na América Latina em 2014 - que agrupam as vendas de gás e os serviços de acesso de terceiros à rede (ATR) - chegaram a 249.067 GWh, 9,5% mais que as registradas em 2013.

A rede de distribuição de gás na América Latina aumentou 2,7% e alcançou os 70.890 quilômetros no final do ano. A companhia superou os 6,5 milhões de pontos de fornecimento em 31 de dezembro, o que representou um incremento de 272.000 pontos, com relação ao ano anterior. O Brasil, por sua parte, melhorou em 29,3% as vendas de gás e ATR ao mercado de geração.

## 8.4 - Outras informações relevantes

Em 2014, a companhia consolidou também sua presença nos principais mercados internacionais de GNL (gás natural liquefeito) com uma posição, a médio prazo, em países em crescimento ou líderes no mercado de GNL.

Com uma carteira de fornecimentos de GNL e de gás natural de cerca de 30 bcm (bilhões de metros cúbicos) e a uma infraestrutura de gás única e integrada, na qual se destaca uma frota de dez navios-tanque, a empresa se situa como uma das maiores operadoras de GNL do mundo. É um referencial na bacia do Atlântico e do Mediterrâneo, dispondo de uma posição privilegiada para desenvolver novos mercados, fundamentalmente na área mediterrânea, na América Latina e na Ásia.

### **Gas Natural Fenosa no Brasil: total de clientes ultrapassa 937 mil e vendas de gás crescem 18,8%**

Importantes investimentos e também importantes resultados têm marcado a presença da Gas Natural Fenosa no país, desde que venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e Ceg Rio, em 1997. Nesse mesmo ano, foi constituída a Gas Natural do Brasil, com a finalidade de prestar assessoria energética, participar de projetos e programas de termogeração e termoelectricidade e de participar em outras sociedades.

Já em 2000, a Gas Natural Fenosa adquiriu uma nova área de concessão, na região sul de São Paulo, onde não existia serviço de distribuição de gás canalizado, e que passou a ser operada pela Gas Natural São Paulo Sul.

Dois anos depois, com a criação da Gas Natural Fenosa Serviços (GNS), o grupo iniciou uma nova atividade, atuando no mercado de soluções energéticas, cogeração, climatização, geração em ponta e compressão de gás para postos de gás natural veicular (GNV).

O total investido desde 1997 chegou a 5,4 bilhões, sendo que R\$ 3,8 bilhões exclusivamente nas atividades operacionais da Ceg, da Ceg Rio e da Gas Natural São Paulo Sul, para distribuição de gás natural canalizado em suas áreas de concessão nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com esse volume de investimentos e com a expansão de suas atividades no país, a Gas Natural Fenosa fechou 2014 com 936.626 mil clientes nos segmentos doméstico e comercial, 4,3 % a mais que no ano anterior. O grupo está presente em 71 municípios, as vendas totais foram de 9.667,9 milhões de metros cúbicos de gás e a extensão total da rede de gás no país é de 6.707 quilômetros..

Sua atividade no setor de GNV trouxe para esse mercado relevantes avanços nas respectivas áreas de concessão. Da mesma forma, o desempenho da Gas Natural Serviços com a venda e instalação de aquecedores e com a assistência domiciliar ajudou a garantir a aplicabilidade das normativas vigentes e a preservar a segurança de seus clientes, que hoje já são mais de 27.000.

A estratégia da Gas Natural Fenosa no Brasil está baseada na universalização do gás natural nas suas áreas de concessão, visando ampliar a rede de gás. Em 2014, a Gas Natural Fenosa Engineering Brasil, outra empresa do grupo, especializada em realizar obras para construção de gasodutos, começou a operar em São Paulo.

Os resultados obtidos pelas empresas da Gas Natural Fenosa permitiram que, mais uma vez, ela se mantivesse entre as 100 maiores no Brasil.

### **Destaques e Prêmios recebidos em 2014:**

Em mais um ano, a Companhia conquistou premiações e o reconhecimento pelos seus projetos inovadores. Merecem destaque:

- **Prêmio TOP Gás 2014 – Prêmio Petrobrás de Reconhecimento às Distribuidoras de Gas Natural:**
  - **Categoria Responsabilidade Social:** A Companhia foi a grande vencedora dessa Categoria com *case Jovens na Cozinha* apresentado pela área de Comunicação e, foi finalista com o *case Conciliação da Vida Pessoal e Profissional para retenção de talentos*, apresentado pela área de Recursos Humanos.

## 8.4 - Outras informações relevantes

- **Categoria Responsabilidade Ambiental:** A Companhia foi a grande vencedora nessa categoria com o *case Futuro no Meu Jardim*, projeto iniciado em 2010 com apresentação de peças teatrais educativas em instituições de ensino infanto-juvenil;
- **Categoria Segurança:** A Companhia foi finalista com o *case* elaborado pela área de Operações, que apresentou as ferramentas que estão levando a empresa a aplicar o seu *Plano de Compromisso com a Segurança e a Saúde*, e também, os seus objetivos: mudança de cultura e acidente zero.
- **Categoria Relacionamento com clientes:** A Companhia foi a grande vencedora na categoria Relacionamento com clientes do Prêmio Petrobrás de Reconhecimento às Distribuidoras de Gas Natural – Top Gás 2014. No seu *case Paixão pelo Serviço* a CEG RIO apresentou sua campanha Paixão pelo Serviço, projeto implantado em 2012, que visa promover melhorias operativas, eficiência, integração, garantir a qualidade no atendimento e que envolve todas as áreas da empresa.
- **XIV Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços):**
  - O *case* Paixão pelo Serviço elaborado pela área de Serviço a Clientes – projeto implantado em 2012, que visa promover melhorias operativas, eficiência, integração, garantir a qualidade no atendimento e que envolve todas as áreas da empresa – foi vencedor na categoria de relacionamento com o cliente;
  - O *case Siga Essa Ideia*, elaborado pela área de Comunicação, foi vencedor na categoria Mídias Sociais e Internet e recebeu o Troféu Destaque na Categoria Redes Sociais;
- **Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos (ESARH) –** O *case Conciliação da Vida Pessoal e Profissional para retenção de talentos* foi vencedor recebendo a medalha de ouro na categoria Gestão de Pessoas.
- **Fundação COGE (Comitê de Gestão Empresarial) –** O *case Conciliação da Vida Pessoal e Profissional para retenção de talentos* também foi vencedor nesta premiação voltada para empresas do segmento energético, na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.
- **Prêmio MasterInstal** do Sindicato da Indústria de Instalação e da Associação Brasileira pela Conformidade e Eficiência das Instalações, em parceria com a GARRIDO MARKETING, é o maior evento de premiação do setor de instalações. A Ceg foi vencedora em três projetos apresentados pela área de Gestão de Redes: Exploração Tecnologia de Monitoramento reflete Responsabilidade; Gestão de Ativos MP2 – Projeto Melhora da Produtividade e Normativa e Desenho de Rede Cavaletes de Regulagem de Cobre para Instalações Residenciais e Comerciais de Gases Combustíveis;

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****9. Ativos Relevantes****9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

Total R\$	1.736.193.940,74	1.458.330.243,38	1.389.949.438,25	1.338.923.941,06
CLASSE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2014	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2013	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2012	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2011
SOFTWARE	28.342.157,13	14.794.060,73	15.539.215,72	17.163.865,58
INTANGÍVEL	153.096.082,63	752.756,88	899.431,13	1.046.105,38
TERRENOS	1.890.212,49	1.890.212,49	1.890.212,49	1.890.212,49
BENFEITORIAS	5.823.585,15	1.967.999,40	1.145.573,24	150.099,05
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	16.347.628,72	17.677.531,00	18.895.065,60	20.220.520,68
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.128.047,18	4.117.810,15	3.044.102,01	3.035.111,77
HARDWARE	5.883.383,48	2.731.409,38	2.748.662,42	2.632.350,71
VEÍCULOS	5.264.268,25	4.853.263,04	3.177.438,63	3.401.907,41
EDIFICAÇÕES	10.928.929,95	10.452.112,22	8.845.165,20	7.841.566,55
INSTALAÇÕES	121.723.450,35	116.032.150,41	112.975.725,14	107.577.479,28
REDE DE GÁS	1.335.055.641,86	1.207.511.195,39	1.106.009.830,12	1.017.887.143,28
DIFERIDO	43.710.553,55	75.549.742,29	114.779.016,55	156.077.578,88

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Praça Mario Nazaré nº 15, 19, s/nº, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Av. Presidente Vargas, nº 2610, Cidade Nova	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Pedro Jório nº 415, Acari	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Conde de Bonfim, nº 645 / Loja B, Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Procópio Ferreira, Lote 1, Vila Lage	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Estrada do Camboatá, Lote 02	Brasil	RJ	Queimados	Própria
Jd.Maracanã, QD 73 L.17, 18, 38, 39, 45;QD 91 L.1 a 4;QD 92 L.3, 4;QD 93 L.1,2	Brasil	RJ	Seropédica	Própria
Rua Hemenengarda nº 60, Loja 108, Méier	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Av. Ayrton Senna, nº 1850 Loja M-N, Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Visconde de Sepetiba, nº 935/ Loja 111/122/124, Centro	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Dom Valmor, nº 383/Loja 8, Centro	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
Alameda São Boa Ventura, nº 520, Fonseca	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Raimundo Correa nº 40 / Ljs. C-D - Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rod. Washington Luiz - KM 8755	Brasil	RJ	Dique de Caxias	
Estrada Rio Magé s / nº Km 6,5 (BR - 493)	Brasil	RJ	Itaboraí	
Rua Passo da Pátria nº 105 / Ljs. 13 e 14 Jardim 25 de Agosto	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

<b>Tipo de ativo</b>	<b>Descrição do ativo</b>	<b>Território atingido</b>	<b>Duração</b>	<b>Eventos que podem causar a perda dos direitos</b>	<b>Consequência da perda dos direitos</b>
Concessões	Servidão de Passagem das redes de gás (registrado como intangível)	Área de Concessão (Região Metropolitana do RJ)	Prazo da Concessão - 30 anos	Término do prazo da concessão ou rescisão do contrato de concessão	Perda da concessão para distribuição de gás canalizado na área de concessão (Região Metropolitana do RJ)



## 9.2 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 9. Ativos Relevantes

##### 9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As marcas utilizadas pela Companhia estão protegidas por registro no INPI, contudo não estão registradas no ativo da companhia. A principal marca comercial está registrada sob o nº 821065041 no INPI e o seu pedido de prorrogação foi protocolado em 11.08.2011 através do nº 800110129055.

Em razão das políticas de mudança da marca da Companhia, que começaram a ser implementadas em 2011, previamente foi depositado – em 18.10.2010 – pedido de registro no INPI, sob o nº 903046563, da nova logo que será utilizada pela empresa, mediante cessão não-onerosa por parte da sua controladora, detentora da titularidade da marca.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

###### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em **2012**, Devido à crise mundial, o desempenho econômico não cumpriu as expectativas do Governo e do setor privado. A atividade industrial foi reduzida em 2,7% o que impactou diretamente a economia, que encerrou o ano com baixo crescimento do PIB, que ficou em 0,9%. Graças à política de ajuste implantada, a inflação acumulada em 2012 comportou-se positivamente passando de 6,5%, em 2011, para 5,84%. Essa desaceleração da economia e menor inflação permitiram que o Banco Central reduzisse substancialmente a taxa de juros, chegando a 7,25% ao ano, ao final de 2012. O Governo conseguiu depreciar moderadamente a moeda local frente ao dólar. O Banco Central realizou intervenções no mercado de para mantê-lo em torno dos R\$ 2,00. O nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas (UHEs) em 2012 manteve-se bem abaixo do observado em 2011. Em decorrência das baixas vazões hidrológicas, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) alcançou altos níveis em 2012, passando dos R\$ 500/MWh, o maior patamar desde 2008. Por outro lado, derivado da baixa demanda de energia por parte das concessionárias de distribuição, os leilões A-3 e A-5 foram constantemente remarcados. Assim, em 2012, foi apenas realizado o Leilão A-5 de 14/12/2012, sendo contratados doze projetos de geração – duas hidrelétricas e dez eólicas – somando capacidade instalada de 574,3 MW dos 14.181 MW habilitados. O preço médio final alcançou R\$ 91,25/MWh – um deságio médio de 18,53% em relação ao preço inicial. O mercado de gás natural no Brasil foi impactado pela a demanda destinada à produção termoelétrica, que apresentou crescimento significativo devido ao baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas, sendo suprida, sobretudo, com importação via GNL. De janeiro a novembro de 2012, o consumo médio brasileiro de gás natural atingiu 92,8 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), registrando crescimento de 4% sobre o consumo do mesmo período do ano anterior. O volume médio comercializado pelas distribuidoras de gás natural e concessionárias existentes no país foi de 56,3 milhões de m³/d, volume 13,5% maior do que nos onze primeiros meses de 2011. O preço médio do gás natural da Região Sudeste fechou, em dezembro de 2012, a US\$ 12,34 /MMBTU, valor superior ao mesmo período de 2011, que foi de US\$ 11,87/MMBTU, representando uma variação de 4,00%, com taxa média de crescimento de 0,33% ao mês. Já o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou, em novembro de 2012, a US\$3,42/MMBtu, valor inferior à média de 2011 (US\$ 4,00 MMBtu). A produção nacional média foi de 73 milhões de m³/dia até novembro de 2012. A oferta nacional média disponível ao mercado foi de 39,3 milhões de m³/dia, aumento de 16%, comparada com igual período do ano anterior, tendo o gás natural não associado sido determinante para suprir esse aumento. A oferta importada de gás natural atingiu os 34,4 milhões de m³/dia, havendo acréscimo de 25% em 2012, comparado com o mesmo período de 2011. Esse acréscimo deve-se ao elevado aumento da importação de GNL em 2012, crescimento de 498% comparado com os onze primeiros meses do ano anterior. Cabe ressaltar que no Brasil praticamente a metade da oferta de gás natural deriva da importação tanto de GNL quanto do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Apesar das dificuldades apresentadas em 2012 e a alta competitividade, o mercado de gás natural cresceu e a previsão para o próximo ano é de recuperação dos indicadores.

Em **2013**, ano com crescimento da economia global reduzido, o crescimento do PIB do Brasil ficou, pelo terceiro ano consecutivo, num patamar modesto (2,3%). Ainda assim, maior do em 2012. No segundo trimestre de 2013, o Bacen iniciou uma política de aperto monetário visando conter a inflação, elevando a taxa básica de juros (Selic) de 7,25% (patamar mínimo histórico) a 10% anual. Também ajudaram a conter a inflação medidas adotadas pelo Governo no último trimestre de 2012, no setor elétrico (redução da tarifa elétrica) e à contenção de aumentos nos preços dos combustíveis por parte da Petrobras. Assim, o IPCA, fechou o ano em 5,91%, abaixo da meta teto do Governo (6,5%) e levemente acima do registrado em 2012 (5,84%). No setor elétrico, o consumo de energia no sistema integrado nacional (SIN) fechou 2013 com elevação de 3,5% sobre o ano anterior somando 463,7 mil gigawatts-hora (GWh). O aumento foi puxado pelo consumo das residências (+6,1%) que mostrou dinamismo significativo na região Nordeste, com uma taxa de crescimento de 11,5%. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com avanço do 0,6% em comparação a 2012, alcançando 184,6 Gwh. A demanda deste setor demonstrou uma recuperação a partir do segundo semestre de 2013. O crescimento do consumo de energia pressionou os reservatórios das hidrelétricas, que iniciaram 2013 com os mais baixos níveis dos últimos dez anos. E, devido às chuvas mais fracas no fim de 2012 e no início de 2013, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisou acionar todas as térmicas do sistema. Assim, o preço de liquidação de diferenças (PLD) fechou o ano num patamar perto de 300 BRL/MWh com picos no começo do ano acima de 500 BRL/MWh. Esse foi o fator que colaborou para o crescimento das vendas de gás natural. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS), em 2013 o consumo nacional de gás natural cresceu 17,8% frente a 2012, aumentando a média diária de 57 milhões para 67,2 milhões de metros cúbicos. O crescimento foi puxado pelo segmento de geração elétrica, que subiu 64,5% com um consumo médio de 26,3 m³/d (milhões de metros cúbicos por dia). Sem considerar a geração elétrica, o consumo nacional de gás natural se manteve estável em relação a 2012, com pequena redução de 0,4%. Os segmentos residencial e comercial cresceram 9,2% e 4%, respectivamente. O volume distribuído para residências alcançou 1 milhão m³/d em todo país, enquanto o comercial chegou a 747 mil m³/d. Enquanto isso, o setor industrial fechou 2013 com a média nacional de consumo de 28,1 milhões m³/d, apresentando uma retração de 0,96% em relação a 2012, refletida pela desaceleração da atividade industrial. O uso do gás pela indústria para matéria-prima teve crescimento 2,06% frente ao ano anterior. Por outro lado, as vendas para o setor automotivo recuaram 3,67% devido a uma perda da competitividade em relação às naftas. A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,7% com investimento médio de R\$ 1,5 bilhão. Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional no ano passado,

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

com média anual de 44,5 milhões m<sup>3</sup>/d, 3,2% superior à verificada em 2012. O crescimento da demanda também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 80% em 2013, com regaseificação de um volume médio superior a 15 milhões m<sup>3</sup>/d. No final do ano ficou pronto um terceiro porto de regaseificação do GNL na Bahia, que adicionou uma capacidade de 14 milhões m<sup>3</sup>/d. As importações da Bolívia aumentaram em 14%, com um volume médio no pico contratual de 14 milhões m<sup>3</sup>/d. Conforme informação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a produção de petróleo e gás natural em novembro, no Brasil, foi de 2.578 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), sendo a produção de petróleo 2.081 Mbbbl/d (mil barris por dia). A área do Pré-sal, com 28 poços em operação, aportou 339,4 mil bbl/d de petróleo e 11,5 milhões de m<sup>3</sup>/d de gás natural, totalizando 412,0 Mboe/d. Vale lembrar que 92,1% da produção total do país é proveniente dos campos operados pela Petrobras. Em outubro de 2013, a ANP realizou o primeiro leilão do Pré-sal (a maior reserva de petróleo do Brasil) pelo modelo de partilha de produção do campo de Libra. O consórcio vencedor foi o único que apresentou uma proposta com um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, além do 41,65% do petróleo extraído. O consórcio é integrado por Petrobras, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC. Também em 2013, ANP realizou a 12ª rodada de licitações para blocos de gás em terra. Foram oferecidos 240 blocos, dos quais 72 foram arrematados. A Petrobras foi a empresa que arrematou maior quantidade de blocos, num total de 49. De acordo com as últimas previsões feitas pela International Energy Agency (IEA), o Brasil deverá triplicar a sua produção de petróleo até 2035, alcançando uma produção de 6 milhões de bbl/d, tornando-se o sexto maior produtor do mundo.

Em **2014**, o Brasil experimentou um novo ano de pouco crescimento, com uma variação positiva de apenas 0,1% anual, inclusive apresentando retração do PIB nos dois primeiros trimestres do ano. Em 2014 o PIB do setor industrial apresentou uma retração de 1,5% segundo as Federações de Indústria do país. Os principais fatores foram as pressões inflacionárias (IPCA de 6,41% a.a.), que motivaram a progressiva elevação da taxa referencial de juros Selic (de 10% até 11,75%), a queda no salário real, afetando o consumo doméstico e, a fraca demanda externa, motivada por um menor crescimento da economia mundial e crise da Argentina. No ano, o Real teve uma desvalorização de 9,7% em relação ao dólar americano.

O ano de 2014 também foi marcado pela organização da copa do mundo de futebol da FIFA e pelas eleições presidenciais no Brasil, eventos que afetaram a atividade industrial e adiaram decisões de investimento no setor. Em outubro, a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita ao cargo e, ao final do ano, fez mudanças no seu gabinete econômico visando aplicar políticas de ajuste fiscal e aperto monetário objetivando recuperar, no médio prazo, o ritmo de crescimento do país, com combate à inflação e aumento do investimento externo.

A respeito da demanda de energia elétrica, existiram especulações sobre o risco de o país enfrentar um racionamento, devido ao baixo nível dos reservatórios de água, principalmente da região sudeste. Contudo, no curso de 2014 não foram adotadas políticas restritivas ao consumo elétrico e de água, mas o ano finalizou com o nível dos reservatórios abaixo de 20% de sua capacidade, um patamar inclusive inferior ao do ano de 2001, quando houve racionamento.

Em razão deste cenário, as usinas termelétricas foram acionadas praticamente o ano inteiro, elevando o preço da energia elétrica no mercado spot, que atingiu patamares recordes históricos com uma média semanal de 688 BRL/MWh, afetando também a atividade de grandes consumidores industriais.

O consumo de energia fechou o ano com um crescimento de 2,2% somando 473,4TWh. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009. Como ocorreu em 2013, o aumento do consumo de energia foi puxado principalmente pelo consumo residencial (+5,7% a.a.), em razão principalmente da instalação maciça de equipamentos de ar condicionado nas moradias em regiões do país com temperaturas médias bem elevadas. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com um recuo de 3,6% em decorrência da queda da atividade do setor metalúrgico.

Influenciado sobretudo pela geração termelétrica o consumo de gás natural no Brasil atingiu, em 2014, um novo patamar recorde com uma média de 100 mm<sup>3</sup>/d (milhões de metros cúbicos por dia). De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS) o consumo nacional de gás natural cresceu 16,3% frente a 2013, sendo que o segmento de geração elétrica representou mais da metade do consumo total do país.

Excluindo o segmento de geração elétrica, o consumo nacional de gás natural praticamente se manteve estável com diversos comportamentos nos diferentes segmentos. O setor industrial fechou o ano com média de consumo de 28,5 mm<sup>3</sup>/d, apresentando uma variação de 1,1% em relação a 2013, impactado pela queda da atividade industrial. Já a demanda residencial sofreu os efeitos da crise hidrológica com uma retração de 3,9% em comparação com 2013, e o segmento comercial cresceu 2,96%. No setor automotivo as vendas de gás natural veicular (GNV) recuaram pelo sexto ano consecutivo com uma retração de 2,3%, porém se espera uma recuperação deste segmento no curto prazo devido ao ganho de competitividade frente aos outros combustíveis, principalmente a gasolina, que teve alta de preço ainda no final de 2014.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,3% com o total de 27,3 mil km. Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional com média anual de 95 mm<sup>3</sup>/d, 16,6% superior à verificada em 2013. A produção nacional continuou sendo impulsionada pelo desenvolvimento da área *off-shore* do pré-sal, que em dezembro aportou uma média de 23,6 mm<sup>3</sup>/d. Este crescimento se deveu à produção associada ao petróleo no pré-sal, que também bateu recordes a partir da entrada em operação de novas sondas de perfuração e unidades de processamento flutuantes. Em dezembro, a produção doméstica total de petróleo atingiu o patamar de 2.497 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), correspondendo 27% ao pré-sal, com 47 poços em operação. A Petrobras continua sendo o principal produtor de petróleo e gás, operando 92% da produção total de hidrocarbonatos do país.

O crescimento da demanda de gás natural também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 34% em 2014, com regaseificação de um volume médio superior a 20 mm<sup>3</sup>/d, com três terminais

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de operação no país (Guanabara, Pecem e Bahia). As importações da Bolívia se mantiveram em níveis máximos, com um volume médio de 33 mm<sup>3</sup>/d.

Em 2014, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deu início ao processo para leiloar, em 2015, o primeiro gasoduto a ser operado em regime de concessão, de acordo com a Lei do Gás. Neste primeiro projeto, deverá ser construído um gasoduto de apenas 11 km de extensão. Espera-se que no futuro o processo dê origem a novas infraestruturas com livre acesso de produtores privados, favorecendo uma oferta de gás mais diversificada no Brasil, questão importante para um maior desenvolvimento do mercado e do setor.

### b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- (i) hipóteses de resgate;
- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18/06/2013, ao final do ano, o Grupo Gas Natural concluiu sua reorganização societária, e, desta forma, concentrou as ações da Companhia, que detinha, na empresa Gas Natural Internacional SDG S.A, não havendo nenhuma alteração no controle acionário da Companhia. (vide item 10.3.b). Desta forma, o quadro acima já aponta a nova composição acionária da Companhia.

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social, todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem. O endividamento da empresa, que era de 31% em 2013 passou para 42% em 2014, em razão principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

#### Capital de giro:

Operações de crédito de curto e longo prazo contratadas junto a bancos comerciais, negociadas durante o ano. Essas linhas de crédito possuem um custo médio de captação de 109,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

#### Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 mil com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política da Companhia é buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, o restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados (em milhares de reais):

	2014			2013		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	50.138	129.804	(79.666)	56.791	154.361	(97.570)
Não circulante	-	604.484	(604.484)	-	324.333	(324.333)
	<u>50.138</u>	<u>734.288</u>	<u>(684.150)</u>	<u>56.791</u>	<u>478.694</u>	<u>(421.903)</u>

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2014 com um custo médio de captação de 105% do CDI (112% em 31 de dezembro de 2013).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	31/12/2014		31/12/2013	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<b>(a) Em moeda nacional</b>						
Banco HSBC S.A.		100%	11.282	310.000	844	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	1.882	80.000	31.271	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES		100%	57.444	65.400	68.026	122.465
Banco Santander S.A.		100%		44.284		41.868
ING Bank		100%	52.281		2.163	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%	6.915	104.800	52.057	60.000
<b>Total empréstimos e financiamentos (**)</b>			<u>129.804</u>	<u>604.484</u>	<u>154.361</u>	<u>324.333</u>

(\*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(\*\*) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entre os financiamentos destacamos as operações de longo prazo realizadas com o banco BNDES:

#### Recursos do BNDES:

- i. para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás.
- ii. para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015		106.487
2016	261.001	179.163
2017	329.231	24.431
2018	<u>14.252</u>	<u>14.252</u>
	<u>604.484</u>	<u>324.333</u>

Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG. e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor será pago em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016, seus valores estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização deste valor se dará por 151 meses e terá início em 01/01/2015.

### iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 5 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembléia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

### g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou novo financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013 e vencimentos em 2015 e 2016.

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**Receita Líquida:** As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 3.524.104 mil, o que representou um aumento de 13,03%, com relação a 2013, quando somaram R\$ 3.117.739 mil. Este resultado positivo decorreu do aumento na base de clientes e principalmente do incremento do volume de vendas para as termelétricas em razão da crise hídrica ocorrida no ano de 2014.

**Lucro Bruto:** O lucro bruto, em 2014, chegou a R\$ 940.108 mil, ficando abaixo em 10,47% em relação ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 950.984 mil). Isso representa uma margem bruta de 26,68%; percentual inferior à margem apresentada em 2013 (30,50%), em razão da redução determinada no resultado da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária e do aumento do custo do gás verificado em 2014.

**Lucro Operacional:** A Companhia encerrou o ano de 2014 com um lucro operacional de R\$ 531.506 mil. Com uma redução de R\$ 12.772 mil frente a 2013, quando o lucro operacional foi de R\$ 544.278 mil. Este índice apresentou uma queda de 2,35% em comparação com o ano anterior.

**Lucro Líquido:** O lucro líquido do exercício, incluindo JCP, fechou em R\$ 320.928 mil no ano, o que representa redução de R\$ 20.330 mil, ou seja, 5,96% inferior a 2013.

**Resultado Financeiro:** A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2014 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 10,00% para 11,75%, em dezembro de 2014.

A Companhia apresentou em 2014 um maior custo financeiro, impactado pela elevação da taxa Selic e principalmente em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida em decorrência dos investimentos realizados ao longo do ano. O endividamento financeiro da empresa, que era de 31% em 2013, subiu para 42,3% em 2014.

O resultado financeiro apresentou, em 2014, o valor negativo de R\$ 59.162 mil, frente ao valor negativo de R\$ 43.101 em 2013.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2014	2013	Variação (R\$)	Variação (%)
<b>Receita líquida das vendas e serviços</b>	3.524.104	3.117.739	406.365	13,03%
<b>Lucro bruto</b>	940.108	950.984	-10.876	-1,14%
<b>Lajida (Ebitda)</b>	630.805	645.875	-15.070	-2,33%
<b>Lucro operacional</b>	531.506	544.278	-12.772	-2,35%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	320.928	341.258	-20.330	-5,96%
<b>Margem Bruta</b>	26,67%	30,50%		-12,56%

**Lajida (Ebitda):** A Comissão de Valores Mobiliários – CVM editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM.

Assim, o Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 630.805 mil do ano de 2014 foi inferior em 2,33% ao obtido em 2013. Esse resultado – que interrompeu um crescimento de 07 anos seguidos deste índice – é reflexo do impacto gerado pela redução das margens nas tarifas da Companhia (Determinada na 3ª Revisão Quinquenal de

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Tarifas); pelo aumento do custo do gás verificado em 2014 e, pela redução do volume de vendas para o mercado convencional (em razão das altas temperaturas e da queda da produção industrial ocorrida em 2014).

LAJIDA	2014	2013	Varição (R\$)	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	630.805	645.875	-15.070	-2,33%
Lucro líquido do exercício	320.928	341.258	-20.330	-5,96%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	151.415	159.919	-8.504	-5,32%
Resultado Financeiro	-59.162	-43.101	-16.061	37,26%
Depreciação e amortização	99.299	101.597	-2.298	-2,26%

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.2 Resultados das operações do emissor, em especial:

###### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas da companhia são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 01 de agosto de 2013 foi celebrado o termo aditivo nº 9 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de descontração parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2013.

Com a efetivação do termo aditivo nº 9, o CONTRATO garante o fornecimento de 5,72 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a julho de 2013, de 5,05 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de agosto a dezembro de 2013, de 5,46 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2014, de 5,58 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2015, e de 5,76 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019 com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay para os anos de 2013 a 2019.

Embora os valores pagos a título de Take or Pay (TOP) possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando, em 2014 não houve pagamento de TOP.

###### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinzenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2011**, exatamente ao contrário do que ocorreu em 2010, os resultados operacionais foram negativamente impactados pelo menor despacho das termelétricas em razão dos altos níveis dos reservatórios de água, reduzindo a necessidade de acionamento das térmicas. Desta forma, o volume de vendas para o segmento de geração elétrica sofreu queda de 52% com relação a 2010. As vendas para o segmento industrial se mantiveram praticamente em linha com o ano anterior (-0,2%), apesar da crise econômica europeia que afetou a economia global. Os segmentos comercial e residencial apresentaram crescimento com relação ao volume de vendas (7,8% e 4,2% respectivamente) contribuindo para manter positivo o resultado das vendas convencionais, que ficaram em linha com as vendas em 2010 (acrécimo de apenas 0,3%). O ano de 2011 foi sobretudo um ano de investimentos com acréscimo de 47% se comparado ao ano anterior, principalmente em razão da decisão de antecipar investimentos para o programa de renovação de redes de gás canalizado sobretudo nos bairros de Copacabana e Centro da Cidade que concentraram cerca de 50% do total dos investimentos e, ainda, com a expansão e instalação de redes.

Em **2012**, a Companhia obteve um crescimento das captações por ação comercial, frente ao real 2011 (8,4%), bem como um incremento líquido de clientes (+6,7%) contra o real 2011. No segmento de Geração Elétrica, a Companhia incrementou em 132,7% as vendas de gás, percentual comparado à realidade de 2011. As vendas para o segmento industrial apresentaram retração na ordem de 13%, tendo como principal causa a crise econômica que afetou a economia. Os segmentos comercial e residencial apresentaram crescimento com relação ao volume de vendas de 1,62%, frente ao volume de vendas realizado em 2011. Apesar das menores vendas do mercado convencional a margem convencional foi incrementada em +5,6% frente 2011.

Em **2013**, os resultados operacionais foram positivamente impactados pelo maior despacho das termelétricas, gerando um incremento de 75,1% no volume de gás fornecido a este seguimento, em comparação com 2012, totalizando 7.675,9 mil metros cúbicos por dia, em 2013. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.942,8 mil metros cúbicos, ou seja, 33% acima do ano anterior. As vendas de gás para o mercado convencional (excluídas as vendas para geração



## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

elétrica) apresentaram queda de 7,1% em relação ao mesmo período de 2012, impactadas principalmente pela queda de vendas à indústria, que apresentou redução de 15,2%. Ao final de 2013 foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, no qual a Agenera definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%. Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenera determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%. No entanto, tais efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo TJERJ até 18/12/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar ficou determinada a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

**Em 2014**, a entrada em vigor das novas tarifas fixadas pela Agenera a partir de 01/01/2014, resultou numa maior competitividade principalmente no mercado comercial, que apresentou incremento de 2,0% no volume de vendas (mil m<sup>3</sup>/dia). Contudo, com a redução da margem sobre a venda de gás determinada pela Agência Reguladora, o resultado da Companhia foi diretamente e negativamente impactado, se comparado ao ano anterior (vide item 10.1.h acima). Além disso, o mercado industrial apresentou retração de 3,0% no volume de vendas (mil m<sup>3</sup>/dia), em razão da desaceleração da produção industrial observada ao longo do ano, que enfrentou crises política e econômica. Os mercados residencial e GNV também apresentaram retração (3,0% e 1,1% respectivamente). Ainda assim, a Companhia vendeu em 2014 um total de 14.758,9 Mm<sup>3</sup>/dia de gás natural, ou seja, 23,6% a mais do que no ano anterior, quando as vendas de gás diárias somaram 9.031 Mm<sup>3</sup>/dia de gás natural. Esse aumento se deu, sobretudo, em razão das vendas para o mercado termelétrico, resultado da crise hídrica que motivou o acionamento de todas as termelétricas situadas na área de concessão da CEG, ao longo de todo o ano.

### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

#### **Destaques sobre os impactos da inflação e variação de preços do gás**

Em janeiro de **2011**, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 10,27% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens praticadas em 31 de dezembro de 2010, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, ocorreu aumento do custo de aquisição do gás natural, resultante do custo de gás de longo prazo, impactando sobre as tarifas em 4,63%.

Em janeiro de **2012**, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 5,95% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2011, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em junho do mesmo ano, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (2,73%), e do custo de gás obtido através dos leilões de curto prazo. Em virtude da redução do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional, houve redução das tarifas praticadas pela Companhia em setembro de 2012 (-0,53%). Houve também o incremento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de 1,26%, aplicado a partir de 07/dezembro/13, resultante da redução do desconto temporário no preço de gás longo prazo, conforme correspondências GE-MC/VGN – 013/2013, de 31/out/13, GE-MC/VGN – 026/2013 e GE-MC/VGN/VGN-II 004/13, ambas de 01/nov/13.

Em **2013**, A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no 1º trimestre de 2013 foi de estabilidade da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 7,25% para 10,00%, em dezembro de 2013. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2012, a Companhia apresentou em 2013 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2013, o valor negativo de R\$ 43.101 mil, frente ao valor negativo de R\$ 47.220 em 2012. Ainda em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%. Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenera determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%. No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/dez/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

A partir de 01 de janeiro de **2014** entraram em vigor as novas tarifas fixadas pelo órgão regulador, com a redução na margem das vendas de gás. Além disso, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2014 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 10,00% para 11,75%, em dezembro de 2014. A Companhia apresentou em 2014 um maior custo financeiro, impactado pela elevação da taxa Selic e principalmente em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida em decorrência dos investimentos realizados ao longo do ano. O endividamento financeiro da empresa, que era de 30,8% em 2013, subiu para 42,3% em 2014. O resultado financeiro apresentou, em 2014, o valor negativo de R\$ 59.162 mil, frente ao valor negativo de R\$ 43.101 em 2013.

### Destaques sobre os impactos do câmbio e da taxa de juros

Em **2007** verificou-se a diminuição da dívida financeira (resultante de menores gastos com juros) e da reestruturação do passivo financeiro da Companhia (resultante da substituição de obrigações de longo prazo a custos mais baixos), o resultado financeiro representou impacto positivo. Em **2008 e 2009**, com a implementação da política monetária do Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da qual foi reduzida a taxa básica de juros (Selic), a companhia sofreu um impacto negativo.

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 2009 sofreu reversão ao final de **2010** com tendência de elevação da taxa básica de juros (Selic) visando conter a alta da inflação. Apesar do impacto referente à subida da Selic, a Companhia apresentou em 2010 um menor custo financeiro, frente ao ano de 2009. Este impacto, somado à redução do endividamento, gerou menor gasto financeiro com dívida, frente ao exercício anterior. O resultado financeiro apresentou em 2010 o valor negativo de R\$ 82.260 mil, frente ao valor negativo de R\$ 74.637 em 2009. Apesar do menor custo financeiro citado anteriormente, a Companhia apresentou um maior gasto com atualização monetária de processos em tramitação nas vias judiciais e variação monetária positiva ocorrida em 2009, o que não se repetiu no ano de 2010.

No início de **2011** a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) também foi de elevação da taxa básica de juros (Selic), contudo, a partir do agravamento da crise européia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzi-la em seguidos cortes, passando de 12,50% para 11,00%, em dezembro de 2011. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2010, a Companhia apresentou em 2011 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2011, o valor negativo de R\$ 67.586 mil, frente ao valor negativo de R\$ 82.260 em 2010. O endividamento financeiro da empresa, que era de 49,2% em 2010, caiu para 38,3% em 2011.

Em **2012**, a partir do agravamento da crise européia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 11,00% para 7,25%, em dezembro de 2012. Com esta política de redução da Selic implantada pelo BACEN, a Companhia teve em 2012 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2012, o valor negativo de R\$ 47.221 mil, frente ao valor negativo de R\$ 67.586 em 2011. O endividamento financeiro da empresa, que era de 38,3% em 2011, caiu para 34,3% em 2012.

Em **2013**, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) no 1º trimestre foi de estabilidade da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Bacen alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 7,25% para 10,00%, em dezembro de 2013. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2012, a Companhia apresentou em 2013 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2013, o valor negativo de R\$ 43.101 mil, frente ao valor negativo de R\$ 47.220 em 2013. O endividamento financeiro da empresa, que era de 34,3% em 2012, caiu para 30,8% em 2013.

Em **2014**, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2014 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 10,00% para 11,75%, em dezembro de 2014. A Companhia apresentou em 2014 um maior custo financeiro, impactado pela elevação da taxa Selic e principalmente em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida em decorrência dos investimentos realizados ao longo do ano. O endividamento financeiro da empresa, que era de 30,8% em 2013, subiu para 42,3% em 2014. O resultado financeiro apresentou, em 2014, o valor negativo de R\$ 59.162 mil, frente ao valor negativo de R\$ 43.101 em 2013.

## 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

##### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2004 e 2005, a Companhia assinou dois Termos Aditivos ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, a Companhia assumiu o compromisso de estender o fornecimento de gás canalizado aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá. O município de Guapimirim já se encontrava atendido por rede de gás canalizado ao final de 2009.

Em 2009, no curso do processo administrativo no qual foi analisada a revisão quinquenal das tarifas (2008-2012), a Companhia apresentou à agência reguladora um Plano de Investimentos, e obteve a aprovação da revisão dos compromissos assumidos relativamente aos municípios de Mangaratiba e Maricá. Desta forma, foram ajustados novos compromissos por meio dos quais a companhia comprometeu-se a fornecer Gás Natural Comprimido – GNC a estes municípios, representando a introdução do seguimento operacional de fornecimento de GNC.

Em 2010 a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Em 2011, 2012 e 2013 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005, e, concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio dos sistemas GNC e GNL a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os municípios mencionados naqueles aditivos.

##### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve efeito relevante na composição acionária da companhia nos exercícios anteriores a 2013.

Acionista	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18/06/2013, ao final do ano, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, na forma da qual, a empresa Gas Natural SDG S.A (que é detentora de 100% das ações da Gas Natural Internacional SDG S.A) transferiu suas ações detidas na CEG, integralmente, para a empresa Gas Natural Internacional SDG S.A – sua subsidiária integral.

Assim, a Gas Natural SDG S.A, que detinha 18,90% de participação na CEG, deixou de ser acionista da Companhia e a empresa Gas Natural Internacional SDG S.A passou a deter sozinha a participação de 54,16% na CEG, concentrando a participação do grupo.

Não houve alteração no quadro de administradores da Companhia, mantendo-se a representatividade de todos os demais acionistas, inclusive os minoritários no Conselho de Administração.

Portanto, tal alteração não representa nenhum efeito relevantes para a Companhia, tendo em vista que não houve alteração no controle e tomadas de decisões.

##### c. eventos ou operações não usuais

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações

#### Finanças

Em 06 de abril de 2011, em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light ter firmado um Termo de Compromisso com o Ministério Público, a CEG, o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, visando encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana. O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, decorrente de acidente comprovadamente causado por escapamento de gás natural canalizado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

**Em 2012:** No ano de 2012 a Companhia cumpriu integralmente o Termo de Compromisso celebrado com o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, renovando a rede de distribuição de gás natural dos seguintes bairros: (i) Copacabana (28Km); e (ii) Centro (31Km). Tal compromisso gerou impacto no investimento da Companhia (+41,0%).

**Em 2013:** A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento. No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de RS 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas. Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero. As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito será dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina.

**Em 2014:** Transitou em julgado decisão do STJ, favorável à Companhia, declarando a ilegalidade da cobrança, pelo Município do Rio de Janeiro, da taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo, instituída através da Lei Municipal nº 4017/2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007. A cobrança resultava em uma obrigação mensal para a companhia no valor de R\$ 998 mil, com base no Decreto nº 28.887/07, que determinou a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás. Apesar da ação judicial em curso, em dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados a partir de julho de 2009 (pagamento já efetuado). Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. Em maio de 2014, foi comunicado à Secretaria Municipal de Fazenda que apesar da data do trânsito em julgado da decisão favorável à CEG, a Companhia estaria efetuando o pagamento da taxa pelo uso do subsolo no mês de maio de 2014, cessando o pagamento em junho de 2014, em razão da decisão favorável.

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.4 Os diretores devem comentar:

###### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em **2012** não houve alterações relevantes nas práticas contábeis, que poderiam resultar em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em **2013**, a seguinte nova interpretação de norma foi aplicável: IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto previsto para a sua adoção nas demonstrações contábeis da Companhia é: (i) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, conforme Nota 22, divulgada nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

As seguintes novas interpretações de norma foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

A seguinte nova interpretação de norma foi aplicável ao exercício de **2014** :

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

###### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos decorrentes de alterações de práticas contábeis.

###### c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

**Reconhecimento da receita de venda de gás:** Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 217.974 (R\$ 144.962 em 31 de dezembro de 2013).

**Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais:** Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 52.713 (R\$ 38.588 em 31 de dezembro de 2013).

**Vida útil do ativo intangível:** A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

**Provisão para contingência:** A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## 10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiências e recomendações presentes no relatório do auditor

### 10. Comentários dos diretores

**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A Administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados (riscos gerais).

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2014, **não** foram apontadas Deficiências Significativas (DS), mas apenas Deficiências Não Significativas (DNS), das quais destacam-se aquelas que possuem maior relevância:

#### **Critério do cálculo de estimativa para os clientes industriais**

Identificamos que o cálculo de estimativa realizado para os clientes do sistema CI (clientes industriais) está a maior em R\$ 2.371 mil em relação ao realizado. Atentamos que as contas a receber e a receita de vendas podem estar apresentadas por montantes muito superiores ou inferiores ao valor real faturado. Recomendamos que a administração reavalie de forma recorrente o critério de cálculo das estimativas de receita objetivando evitar distorções nos referidos cálculos. Adicionalmente, é importante manter um controle eficiente, demonstrando a memória de cálculo e acompanhamento entre a estimativa orçada e real.

Comentários da Administração: Atualmente o modelo de cálculo para a estimativa do CI é realizado de forma manual em uma tabela de Excel. O ideal seria que o cálculo da estimativa do CI seguisse o mesmo critério utilizado para os clientes do segmento residencial, cujo cálculo é totalmente automatizado mediante parametrizações definidas no sistema SGC. Todavia, hoje o CI não permite essa funcionalidade, a qual estaremos requerendo com a implantação do novo sistema Delta que está prevista até Dezembro de 2015. Entretanto, ressalto que o modelo utilizado atualmente não gera distorções no resultado financeiro, pois toda receita estimada é devidamente estornada no fechamento contábil das Vendas de Gás do mês subsequente.

#### **Critérios para constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

Identificamos que a CEG não provisiona na PDD as faturas em aberto a menos de 180 dias para clientes com faturas em atraso (acima de 180 dias). Atentamos que a PDD está contabilizada com valor menor que o real. Desta forma, o contas a receber fica supervalorizado.

Comentários da Administração: Seguimos o critério do Grupo Gas Natural Fenosa. Numa análise dos créditos de liquidação duvidosa, os títulos vencidos representam o histórico de atraso.

#### **Recuperabilidade de ICMS**

Em 09 de abril de 2010, a CEG recebeu um auto de infração no valor de R \$ 14,5 milhões, devido à falta de pagamento de ICMS. Identificamos que a Companhia possui toda a documentação que comprova que as dívidas fiscais foram pagas. No entanto, a fim de evitar uma situação de descumprimento com a Receita Estadual, em abril de 2010 a Companhia pagou novamente os débitos mencionados em contrapartida a um contas a receber das autoridades fiscais e aguarda o reembolso dos valores pagos. Atentamos para não recuperabilidade dos R\$ 14

## 10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

milhões registrados no ativo não circulante. Recomendamos o monitoramento mensal com os advogados para a elaboração da defesa e a apresentação de pareceres favoráveis em nome da companhia.  
Comentários da Administração: A administração entende que o valor está reconhecido pela real recuperabilidade.

### Falha no procedimento de revogação de acessos de usuários a rede

Identificamos a falta de revogação de acesso a rede para 4 funcionários. Adicionalmente, identificamos a falta de evidência quanto ao bloqueio tempestivo do usuário através do AD, pois na companhia existe a particularidade de reabilitação das contas dos usuários para resgatar trocas de e-mail uma vez que o e-mail corporativo é vinculado ao AD e só pode ser acessado com a conta ativa. Por este motivo não é possível avaliar o controle de revogação de acessos a rede. Atentamos para a permissão de acessar aplicações/módulos com suas credenciais ativas possibilitando alteração indevida das informações da rede. Recomendamos que o procedimento de revogação de acesso a rede seja seguido a fim de minimizar risco de acesso a informações críticas da Companhia.

Comentários da Administração: As revogações solicitadas pelo RH são efetuadas logo após o registro da solicitação. De qualquer maneira, está em fase de finalização uma ferramenta para a melhoria do processo atual e implantação da área de gestão de acessos.

### Concessão de acessos aos sistemas sem aprovação dos gestores

Identificamos a falta de aprovação para acesso dos usuários aos sistemas SAP4.6, SGC, CI, Siebel 6.0 e 7.8, onde, numa totalidade dos 15 usuários selecionados em nossa amostra associados aos sistemas em questão. Adicionalmente, para 5 casos dos 15 em selecionados em nossa amostra, não recebemos o registro de solicitação no sistema de gerenciamento de chamados. Atentamos para a permissão de acessar aplicações/módulos com suas credenciais ativas possibilitando alteração indevida das informações do sistema. Recomendamos que sejam seguidos os controles de concessão de acesso à rede, bem como a identificação de cada usuário que teve seu acesso solicitado.

Comentários da Administração: Está em fase de finalização uma ferramenta para a criação do processo e implantação da área de gestão de acessos.

### Parametrização de senha em desacordo com a política de segurança

Identificamos que a parametrização das senhas não está em conformidade com a política de segurança da informação, bem como as parametrizações de senhas cadastradas no sistema não estão em conformidade com o descrito na política de segurança da informação. Cabe mencionar que para o sistema SIEBEL 6.0 e 7.8 sequer existe esta parametrização e para o sistema SAP 4.6 não foi possível identificar todos os atributos documentados na política de parametrização de senhas. Atentamos para a ausência de parâmetros de senhas de acesso aos sistemas fragiliza os controles de acesso às informações contidas nos sistemas. Sugerimos que os sistemas sigam a política de segurança da empresa. Sugerimos ainda, que sejam estabelecidos procedimentos que verifiquem o cumprimento dos procedimentos necessários a segurança das informações.

Comentários da Administração: Não há ações para os sistemas que serão descontinuados (SGC, CI, Siebel). Em Janeiro 2015 foi implantado o sistema ZEUS EPS (fase 1) que já substitui parte das funções destes sistemas. Até final de 2016 será implantado o sistema ZEUS GPS (fase 2) que os descontinuará. Para os demais essa política já é aplicada.

### Documentação técnica dos sistemas desatualizada

Identificamos ausência de atualização periódica da documentação técnica dos sistemas SGC, CI, Siebel 6,0, Siebel 7,8 e SAP 4,6. Atentamos para a dependência da empresa quanto ao conhecimento dos analistas e operadores dos sistemas, podendo acarretar instabilidade nos sistemas no caso de um possível afastamento. Recomendamos a adequação deste procedimento, e sugerimos que tal documentação contenha documentos atualizados, quanto a assuntos tais como: • Atualização de versões; • Especificações gerais; • Modificação das especificações; • Descrições e diagramas (fluxogramas, DFOD, DER, etc.) do sistema; • Dicionário de dados; • Descrição e diagrama dos programas; • Especificações dos dados de entrada, relatórios, arquivos e tabelas; • Listagens dos programas fonte; • Instruções para os usuários.

Comentários da Administração: Em Janeiro 2015 foi implantado o sistema ZEUS EPS (fase 1) que já substitui parte dos sistemas escopo. Até final de 2016 será implantado o sistema ZEUS GPS (fase 2) que descontinuará os sistemas escopo.

### Controle nas mudanças corretivas para os sistemas SGC e CI

Identificamos a ausência de controles para implementação das mudanças corretivas nos sistemas SGC e CI. Adicionalmente, identificamos que os responsáveis pelas mudanças de programas corretivas nos sistemas SGC e CI não solicitam aos Business Partners que sejam realizados testes em ambiente de homologação antes de uma mudança ser transportada ao ambiente de produção. Atentamos para as alterações indevidas nos sistemas no ambiente de produção, possibilitando afetar a integridade e confiabilidade das informações. Sugerimos o desenvolvimento de uma metodologia formal aplicada que deve conter entre outros itens: • Aprovação formal de todos os envolvidos, a cada etapa, antes de iniciar uma nova etapa; • Utilização de rígidos padrões e procedimentos de testes, que envolvam a definição do escopo e a extensão dos testes, elaboração da massa de testes utilizando dados fictícios próprios para a cobertura de todas as possíveis situações que possam ocorrer dentro do sistema; • A participação do usuário com aprovação formal na definição do projeto, anteprojeto, cronograma, documentação padrão, teste do sistema e implantação; • Reuniões periódicas e formais para acompanhamento e priorização das mudanças/desenvolvimentos de sistemas; • Ambientes de desenvolvimento, testes e homologação; • Documentação das especificações técnicas e funcionais refletindo as modificações realizadas nos sistemas; • Atualização dos manuais dos usuários; • Procedimento formal de transferência dos programas do ambiente de desenvolvimento para produção.

Comentários da Administração: Em Janeiro 2015 foi implantado o sistema ZEUS EPS (fase 1) que já substitui parte das funções destes sistemas. Até final de 2016 será implantado o sistema ZEUS GPS (fase 2) que os descontinuará



## 10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

Evidências de tarefas (JOB) direcionadas às equipes de produção. Segundo a equipe, todos os JOB's que não são passíveis de serem tratados internamente devem ser direcionados às equipes técnicas para que sejam tomadas medidas para solucionar os problemas. Neste sentido, identificamos 4 JOB's classificados como "direcionáveis para as equipes técnicas" em que não havia abertura de chamados para resolução de chamados, conforme estabelecido no desenho do controle. Atentamos para falta de monitoramento e/ou documentação comprobatória possibilita a existência de erros que afetam a integridade das informações por meio de alterações indevidas na execução do processamento do JOB. Recomendamos que os possíveis erros sejam devidamente classificados e documentados a fim de garantir que estão sendo tratados e direcionados para pessoas responsáveis.

Comentários da Administração: Vamos iniciar um estudo para a elaboração de procedimentos com a contratação de uma consultoria especializada.

### Acesso ao sistema por usuários não autorizados

Identificamos para a possibilidade de criação de clientes ou de alteração dos seus dados no sistema CI por usuário não autorizado. Adicionalmente, verificamos que os grupos "D", "Dx", "D2", "D2X", "9" e "999" possuem acesso à função de inclusão e alteração de dados e os grupos "G", "I", "9" e "999" possuem acesso à função de exclusão de dados no sistema. Obtivemos a listagem dos usuários com acesso às transações e verificamos que existem 2 usuários da área de Informática com acesso à estas funções, sendo que a área de informática é um departamento que não necessita possuir tal acesso. Ademais, identificamos que os grupos "G" e "I" não constam em nenhum agrupamento de funções, mesmo que durante a avaliação de desenho eles tenham sido apontados como grupos com alçada de exclusão de clientes. Atentamos para a alteração, inclusão ou exclusão indevida dos dados de um cliente no sistema CI (usuários não autorizados). Sugerimos a implementação de um processo eficaz de revisão de acesso dos funcionários com permissão devida a esta atividade no sistema CI.

Comentários da Administração: O sistema CI será descontinuado em 2015. Verificaremos a necessidade dos acessos pelos dois usuários da Informática e se realmente não forem necessários, removeremos.

### Acesso ao sistema CI

Identificamos pagamentos baixados manualmente no sistema CI fora do seu período de competência. No entanto, mesmo com a existência da análise de erros não é possível garantir que tudo que foi pago será baixado (automaticamente ou manualmente) no seu período de competência. A baixa de alguns itens só ocorre após o processo de cobrança e o posterior envio do comprovante de pagamento por parte do cliente. Desta forma, devido ao tempo que este processo demora, as baixas manuais dos pagamentos não identificados não ocorrem dentro do período de competência. Atentamos para a ocorrência de faturas em aberto no sistema para pagamentos já efetuados. Sugerimos a implementação de um procedimento tempestivo de baixa manual das faturas cujos pagamentos não foram identificados.

Comentários da Administração: O Sistema CI será descontinuado em 2015 (Delta)

### Controle de conferência e aprovação de fatura

Identificamos uma possível inexistência de como validar a eficácia operacional do controle de conferência e aprovação do espelho da fatura para o período auditado considerando que apenas são armazenadas evidências dos dois últimos meses. Ao solicitarmos a listagem de todos os clientes selecionados para conferência pelo sistema Control-D, fomos informados que a companhia arquiva somente as listagens dos 2 últimos meses. Desta forma, não foi possível validar todo o período auditado, considerando que não há possibilidade de reexecutarmos o controle. Atentamos para a cobrança indevida de tarifas, consumo, impostos e outros serviços aos clientes. Recomendamos voltar a arquivar as evidências de conferência e aprovação do espelho da fatura para o ano fiscal corrente, possibilitando a validação do controle interno.

Comentários da Administração: O Control-D é um repositório e arquiva o tempo solicitado pelo setor responsável.

**10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:**

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

**b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

**c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

## 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos:**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não sejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

**iv. contratos de construção não terminada**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

## 10.10 - Plano de negócios

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

De janeiro a dezembro de 2014, foram investidos na operação da Companhia R\$ 228.641 mil, montante 30,7% superior ao mesmo período do ano anterior, no qual o total dos investimentos operacionais foi de cerca de R\$ 174.972 mil.

A maior parte desses investimentos, no montante de R\$ 97.917 mil (42,8% do total), foi direcionada para Conversão e Renovação de Redes. Os investimentos em Expansão de Redes num total de R\$ 94.566 mil representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos que são compostos também, em menor parte (R\$ 36.158 mil) por investimentos em tecnologia da informação, frota de veículos e instalações.

Parte importante dos investimentos destinados às instalações decorreu da necessidade de transferir em 2014 a sede da Companhia que se localizava no Gasômetro, no Bairro de São Cristóvão, para novo endereço no Centro do Rio de Janeiro. Esta medida foi necessária em razão das obras de revitalização da área portuária da cidade – Projeto Porto Maravilha da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Assim, a área atualmente ocupada pela Ceg em São Cristóvão foi reduzida e passou a concentrar apenas parte das equipes operacionais da empresa, e também vem recebendo investimentos para sua modernização.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito como o BNDES e captação de recursos também junto à bancos comerciais.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufaturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufaturado.

Em 2008, 2009 e 2011 não houve desinvestimentos.

Em 2010 foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Em 2012, 2013 e 2014 não houve desinvestimentos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

**c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) projetos em desenvolvimento já divulgados:**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

## **10.10 - Plano de negócios**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### **ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

## **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **10. Comentários dos diretores**

**10.11** Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

## 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção;
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção;
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle;
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções.



## 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 11. Projeções

**11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

**a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;**

**b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;**

**c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções, assim, não há acompanhamento e alterações relativas à projeções.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembléia geral e administração

**12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:**

**a. Atribuições de cada órgão e comitê**

As atribuições da Diretoria (órgão) estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- O Diretor que possuir atribuições que contemplem relações com investidores, poderá acumular outras atribuições, de acordo com determinação do Conselho de Administração;
- Compete ao Diretor-Presidente o acompanhamento e fiscalização da implementação das determinações do Conselho de Administração e da política estratégica da Sociedade, bem como a coordenação e supervisão das atividades dos demais Diretores;
- Competem à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste estatuto, devendo as deliberações relativas às matérias constantes da letra (e) do Artigo 15 (abaixo apontada) e que se encontrem abaixo do limite ali fixado serem tomadas pela Diretoria;
- Compete ao Diretor Presente, em conjunto com outro Diretor, a nomeação e outorga de poderes aos Procuradores, para os fins estabelecidos neste Estatuto;
- É vedado aos Diretores e aos procuradores da Sociedade obrigar a mesma em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, salvo quando se tratar de concessão de fianças em contratos de locação de imóveis destinados à moradia de diretores e/ou gerentes da Sociedade.

As atribuições do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- (b) encaminhar à Assembléia Geral propostas de fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade;
- (c) autorizar a Sociedade a participar em outras sociedades;
- (d) orientar o voto da Sociedade nas reuniões de sócios-quotistas e nas assembléias gerais de acionistas de sociedades coligadas ou controladas;
- (e) autorizar a Diretoria a assumir qualquer responsabilidade ou obrigação pela Sociedade quando envolva valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e a exonerar terceiros do cumprimento de obrigações para com a Sociedade ou transações para prevenir ou por fim a litígios, ou não, quando envolva valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (f) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo permanente;
- (g) escolher auditores independentes;
- (h) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (i) eleger, suspender e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade e fixar-lhes a remuneração, as atribuições e responsabilidades;
- (j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados pela Sociedade ou em via de celebração;
- (l) manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o relatório e as contas da Diretoria;
- (m) autorizar a representação da Sociedade por 1 (um) de seus Diretores ou por 1 (um) procurador nomeado nos termos do Artigo 19 deste Estatuto;
- (n) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral, a remuneração dos administradores, quando votada em verba global;
- (o) convocar, por seu Presidente ou por seu substituto indicado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 13, ou por 2 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- (p) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, obedecidos aos limites legais e o disposto neste Estatuto;
- (q) outorgar poderes para procuradores que não os previstos no Artigo 19, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto;
- (r) criar ou extinguir Diretorias, que possuirão sua denominação e atribuições determinadas pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto;
- (s) autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*"); e,
- (t) resolver, quando delegado pela Assembléia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76 e autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;

**b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho Fiscal não é permanente. Nos três últimos exercícios foi instalado em 27/04/12, 29/04/13, 30/04/2014 e em 28/04/2015.

Não há outros comitês instalados na Companhia.

### c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação para o Conselho de Administração descrito no Estatuto Social. Com relação aos membros das Diretorias, observar o item (e) a seguir. Não há outros comitês instalados na Companhia.

### d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais (RH Negócio)

As atribuições das Diretorias, cuja atuação está sujeita à fiscalização pelo Conselho de Administração e acompanha pelo Diretor Presidente, como previsto no Estatuto Social, estão descritas no regimento interno, sendo abaixo descritas:

**Diretoria Grande Consumo e Soluções:** Avaliação e manutenção das bases de dados do mercado potencial, para cada zona e segmento de mercado. Realização do seguimento da atividade comercial e dos objetivos de cada zona e segmento de mercado, assegurando os objetivos de crescimento e rentabilidade. Captação e colocação em serviço dos produtos de soluções energéticas no âmbito nacional garantindo os objetivos comerciais e de rentabilidade. Captação e colocação em serviço de novos fornecimentos no mercado industrial e gás natural veicular. Coordenação das atividades comerciais em cada âmbito geográfico.

**Diretoria Residencial e Pequenas e Médias Empresas:** Avaliação e manutenção das bases de dados do mercado potencial, para cada zona e segmento de mercado. Realização de pesquisas de mercado para os segmentos e zonas. Realização de seguimento da atividade comercial e dos objetivos de cada zona e segmento de mercado, assegurando os objetivos de crescimento e rentabilidade. Segmentação dos mercados, desenho das ofertas comerciais, realização da gestão e implementação das políticas de desenvolvimento de canais comerciais. Desenvolvimento de campanhas de captação comercial para cada segmento identificando as necessidades de comunicação comercial e pesquisas de mercado nas distintas zonas. Maximização do valor da carteira de clientes gerindo a conta de resultados dos produtos liberalizados e centros de atenção para o segmento residencial e de pequenas e médias empresas. Operações de produtos liberalizados, gerindo através da Gas Natural Serviços, incluindo as inspeções da revisão técnica regulamentar, realizadas por GNS.

**Diretoria de Gestão de Rede:** Planificação da expansão, operação e manutenção da rede de gás, maximizando a rentabilidade dos ativos e otimizando a arquitetura e o dimensionamento da rede. Implantação e garantia do cumprimento das políticas de qualidade, segurança e meio ambiente do Grupo nos processos de distribuição. Exploração da rede de gás, gestão dos centros de atendimento de urgências e realização do dispatching e previsão da demanda. Revisão e atualização da normativa e da garantia de qualidade nas áreas de atividades de distribuição de gás, conforme os critérios do Grupo, desenho, gestão e execução dos projetos, de construção de alta pressão, proteção da rede, city gates, estações reguladoras e elementos auxiliares do sistema de Distribuição de Gás. Constrói os ramais e instalações de clientes industriais e estações de serviço de gás natural veicular assim como as de gás natural comprimido

**Diretoria de Operações:** Consecução dos objetivos de crescimento dos pontos de fornecimento e demanda de gás, através da gestão e materialização em campo das atividades de captação e colocação em serviço de pontos de fornecimento de gás. Execução e cumprimento do plano de manutenção da rede fixado pelo Gestor de Rede, bem como pelo atendimento de urgências para todas as zonas de distribuição. Operações domiciliares. Aplicação da execução dos planos comerciais em campo cumprindo com os objetivos fixados, fazendo uso dos recursos e políticas definidas pela unidade Comercial, gestão e coordenação do processo de obtenção de licenças de construção de redes de gás e da gestão social nas comunidades onde o Grupo tem interesses de negócio, em coordenação com as diferentes unidades do Grupo.

**Diretoria de Planificação de Ingressos e Regulação:** Liderar as negociações com os reguladores locais, estatais e Federais, nos processos de revisão tarifária, elaborar estudos que contribuam a conhecer o mercado energético global e local e que ajudem a fortalecer a visão estratégica corporativa identificando novas oportunidades de negócio, gerir e otimizar os aprovisionamentos de energia conforme o planejamento corporativo, planos estratégicos e marco regulatório. Cumprir a gestão comercial dos contratos de fornecimento e distribuição com os clientes termoeletrônicos (existentes ou potenciais), com a finalidade de assegurar que a estratégia é coerente e consistente com a estratégia do grupo e maximizam o valor da empresa.

**Diretoria de Compras, Prevenção e Serviços Gerais:** É responsável pelo cumprimento das políticas, modelo operacional e da metodologia, no âmbito de compras, logística, homologação e qualidade de fornecedores. Também se responsabiliza por velar pelo cumprimento das políticas gerais e princípios de saúde, prevenção de riscos trabalhistas, meio ambiente e garantia da qualidade. Trata da gestão dos contratos com fornecedores de serviços gerais, da adequada exploração e funcionamento operacional. Gerencia e aperfeiçoa o patrimônio, assim como as aquisições, locações e vendas de imóveis. Analisa a necessidade e coordena o desenvolvimento de grandes reformas nos imóveis.

**Diretoria de Recursos Humanos:** Aplicar, coordenar e controlar as políticas de Recursos humanos nos âmbitos de relações laborais, desenvolvimento de RH, formação, serviços de recursos humanos, remuneração e previdência

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

privada, conforme a legislação aplicável, as políticas corporativas e os princípios estratégicos do Grupo, com o fim de proporcionar o apoio necessário para o desenvolvimento do negócio localmente e garantir a coerência com os objetivos estratégicos.

**Diretoria de Serviços Jurídicos:** Coordenar e prestar serviços de assessoramento e gestão jurídica de todos os assuntos que ocorram e reportar as eventuais situações de risco, conforme a legislação vigente, aspectos regulatórios e as diretrizes, políticas e estratégias do Grupo, com o fim de garantir atuação em todo o momento dentro de um estrito cumprimento da legislação local, minimizando riscos jurídicos, de modo mais conveniente para a defesa de seus interesses e para que a corporação adote as medidas convenientes.

**Diretoria de Econômico-Financeiro:** Responsável pela implementação de políticas do Grupo marcadas desde a Diretoria Geral Econômica Financeira em temas Financeiros, Fiscais, Contábeis e Controle de Gestão, levando em conta as particularidades locais do país. Responsável pelo atendimento do papel econômico e financeiro para todas as sociedades da empresa.

### **Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria**

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração descrito no Estatuto Social.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia.

No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembleia geral e administração

##### 12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

###### a. prazos de convocação

Conforme lei 6.404/76, a convocação é publicada por três vezes em um dos jornais de grande circulação com edição nacional eleitos pela Assembleia de Acionistas (O Globo, Jornal do Commercio ou Valor Econômico) e, no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Assim, a primeira convocação para as assembleias é publicada com 15 (quinze) dias de antecedência da data agendada para a realização do ato, e a segunda convocação é publicada com até 08 (oito) dias de antecedência, ambas em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Além disso, as Convocações são enviadas a todos os acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia e que possuem representação no Conselho de Administração.

###### b. competências

As atribuições da Assembleia de Acionistas estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses de cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem;
- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, por um acionista eleito na mesma Assembleia, que convidará um acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos;
- Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia Geral;
- A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Sociedade, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como delegar poderes decisórios ao Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor;
- As atas das Assembleias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976;
- Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, a pedido de acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa no acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade.
- A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.
- Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

###### c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis para análise na sede da Companhia, situada no endereço: Av. Presidente Vargas nº 1001, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, a contar da convocação para o ato ou publicação dos documentos da Administração.

A Companhia mantém na rede mundial de computadores o site [www.gasnaturalfenosa.com.br](http://www.gasnaturalfenosa.com.br) que possui uma página específica para divulgação de informações e atendimento aos acionistas da Companhia, disponibilizando inclusive o e-mail de contato [investidoresceg@gasnaturalfenosa.com](mailto:investidoresceg@gasnaturalfenosa.com)

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Além disso, os documentos são enviados aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia independentemente de solicitação, na forma prevista na legislação societária.

Para aprovação das matérias em Assembleia Geral Ordinária – AGO a Companhia publica, integralmente os documentos da Administração em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia e, ainda, os disponibiliza na citada página na rede mundial de computadores.

### **d. identificação e administração de conflitos de interesses**

Não há no Estatuto Social da Companhia previsão de regras para identificação e administração de conflitos de interesses.

### **e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

Tendo em vista que a Companhia não possui o controle pulverizado, não há solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

### **f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Recepção da procuração, na sede da Companhia, para representação do acionista, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da Assembleia, não sendo aceitas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

### **g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias, este contato é feito através da área de RI, diretamente por telefone ou reuniões presenciais.

### **h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias**

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

### **i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas**

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores mantém um canal direto de comunicação com os acionistas, obtendo um relacionamento próximo e frequente, estando disponível para o recebimento de sugestões, informações, solicitações, propostas e pedidos de informações, com o objetivo de permitir a inclusão, e até mesmo a elaboração conjunta, sempre que possível, da ordem do dia que servirá como pauta para as Assembleias.

**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diário de Estado - RJ	25/03/2015
		O Globo - RJ	25/03/2015
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário de Estado - RJ	25/03/2015
		O Globo - RJ	25/03/2015
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário de Estado - RJ	13/04/2015
			14/04/2015
			15/04/2015
		Jornal do Commercio (Edição Nacional) - RJ	13/04/2015
			14/04/2015
			15/04/2015
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	28/03/2014
		O Globo - RJ	28/03/2014
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário do Estado - RJ	28/03/2014
		O Globo - RJ	28/03/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário de Estado - RJ	14/04/2014
			Diário do Estado - RJ
		Jornal do Commercio - RJ	16/04/2014
			14/04/2014
			15/04/2014
			16/04/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	O Globo - RJ	26/03/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2013
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Jornal do Commercio - RJ	12/04/2013
			15/04/2013
			16/04/2013
		O Globo - RJ	12/04/2013
			15/04/2013
			16/04/2013

## 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembléia geral e administração

##### 12.4 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

###### a. frequência das reuniões

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por 02 (dois) Conselheiros em caso de ausência do Presidente. A convocação deverá se feita por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Analisando-se o histórico de reuniões, observa-se a realização pelo menos trimestral do Conselho de Administração da Companhia.

###### b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionistas firmado em 27 de abril de 2000, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado, conforme apontado no item 18.2 do Formulário de Referência.

A seguir, transcrevemos as disposições do Acordo de Acionistas relativas ao direito de voto, também descritas no item 15.5 do Formulário de Referência:

“As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, têm direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.”

###### c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

No Estatuto Social da Companhia não á previsão de regras de identificação e administração de conflitos de interesses.



## **12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **12. Assembléia geral e administração**

**12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.**

Não há, no estatuto da Companhia, cláusula compromissória para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor.

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
MIGUEL MARCELO NAPOLITANO	50	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2016	20/03/2017
027.043.778-98	Tecnólogo Mecânico	Diretor Comercial	21/03/2016	Sim
KATIA VALVERDE JUNQUEIRA	53	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2016	20/03/2017
908.884.487-91	Advogada	Diretora de Serviços Jurídicos	21/03/2016	Sim
KATIA BRITO REPSOLD	42	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2016	20/03/2017
028.239.027-83	Engenheira	Diretora de Gestão de Rede	21/03/2016	Sim
GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA	53	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2016	20/03/2017
545.521.257-53	Contador e Administrador de Empresas	Diretor de Serviços Compartilhados	21/03/2016	Sim
DANIELE VIANA TOVAL CONRADO	36	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2016	20/03/2017
079.971.577-86	Psicóloga	Diretora de Recursos Humanos	21/03/2016	Sim
SERGIO SOARES DOS SANTOS	57	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2016	20/03/2017
459.379.237-15	Engenheiro Mecânico	Diretor de Planejamento, Ingressos e regulação	21/03/2016	Sim
SERGIO MANOEL ARANDA MOREANO	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
060.484.797-19	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2015	Sim
FRANCISCO SOLBES PONS	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
000.000.000-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2015	Sim
JUAN MANUEL OTOYA ROJAS	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
000.000.000-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2015	Sim

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
JOSÉ PAIS RANGEL	75	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
239.775.667-68	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2015	Não
JOSE JOÃO ABDALLA FILHO	70	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
245.730.788-00	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2015	Não
ADRIÁN OSVALDO VILA	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2016	26/04/2017
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2016	Não
PEDRO IGNACIO BERNAL	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2015	Não
FRANCISCO DE PAULA LLUCH ROVIRA	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
000.000.000-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2015	Sim
VICENTE DE ANGEL ZAFRA	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/03/2016	20/03/2017
062.586.487-54	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2016	Sim
ANE MIREN DE ARIÑO OCHOA	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
000.000.000-00	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2015	Sim
LUIS PINGUELLI ROSA	73	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/07/2015	27/04/2016
023.504.757-00	Professor	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/07/2015	Não
MARCELO DE CARVALHO LOPES	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/07/2015	27/04/2016
592.612.500-68	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/07/2015	Não
Paulo Henrique Santos	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/12/2015	27/04/2016

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
099.740.077-39	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/12/2015	Não
BRUNO ARMBRUST	55	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	21/03/2016	20/03/2017
676.200.607-82	Arquiteto	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	21/03/2016	Sim
ANTONI ALMELA CASANOVA	57	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	21/03/2016	20/03/2017
054.099.587-80	Engenheiro	Diretor Geral	21/03/2016	Sim
JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA	55	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	21/03/2016	20/03/2017
551.773.957-15	Administrador	38 - Conselheiro(Suplente)/ Dir. Rel. Invest.	21/03/2016	Sim
CARLOS MIRAVENT PI	52	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2015	27/04/2016
000.000.000-00	Administrador	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2015	Sim
		Conselheiro de Administração Suplente		
RENATO ACHUTTI	57	Conselho Fiscal	28/04/2015	27/04/2016
334.651.420-04	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2015	Sim
FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA	42	Conselho Fiscal	28/04/2015	27/04/2016
028.532.207-96	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2015	Sim
MANOEL EDUARDO LIMA LOPES	70	Conselho Fiscal	28/04/2015	27/04/2016
046.227.237-00	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2015	Não
PAULO ANDRADE RODRIGUES	66	Conselho Fiscal	25/04/2015	27/04/2016
093.083.427-53	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2015	Sim
RONALDO DIAS	67	Conselho Fiscal	28/04/2015	27/04/2016
221.285.307-68	Bancário	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2015	Não

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

MIGUEL MARCELO NAPOLITANO - 027.043.778-98

Nascido na cidade de Avaré - SP em 1963, é formado em Tecnologia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), concluiu em 1994 uma Pós Graduação em Engenharia de Produto pela Universidade São Judas Tadeu, possui MBA em Gestão de Empresas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 1999, concluiu em 2005 uma Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School), em 2005 concluiu uma Pós Graduação em Engenharia do Gás Natural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Atuou em grandes empresas do segmento industrial por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Gas Natural São Paulo Sul - GNSPS, em 2000 no cargo de Especialista Vendas Industriais, assumindo a Gerencia de Serviços Técnicos em 2004, passou à Gerencia de Comercial em 2007 e à Gerencia de Grandes Clientes para os negócios de Distribuição do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil em 2009 e na CEG, sendo indicado ao cargo de Diretor Comercial.

KATIA VALVERDE JUNQUEIRA - 908.884.487-91

Brasileira, nascida no RJ em 17/09/60, inscrita na OAB – RJ 49.997, formada em Direito pela Universidade do Estado do RJ – UERJ, em 1984. Ingressou no Grupo GNF em 1998 como advogada sênior, galgando os cargos de Chefe de Serviços Regulatórios e, posteriormente, Gerente de Assuntos Regulatórios, atuando, desde 2009, como Diretora de Assuntos Jurídicos do Grupo GNF no Brasil. Possui Pós Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental – UCAM – 2010, MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões - FGV-RJ –2002 e Pós Graduação Lato Sensu com Docência em Direito Empresarial - INSTITUTO METODISTA BENNETT – 1998. Profissional Certificada com Ênfase em Administração, pelo ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social. Membro Titular do Conselho Deliberativo da GASIUS - Instituto de Seguridade Social da CEG, desde 2007. Membro do Comitê de Ética da CEG desde 2009. Antes de ingressar no Grupo, trabalhou como Gerente Jurídica na TVX Participações Ltda. e como advogada sênior na Cia. Atlantic de Petróleo e na Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, além de ter atuado também em escritórios de advocacia. Possui diversos cursos de extensão, dentre eles, Programa de Formação para Comitês de Direção de Latinoamérica – IESE – Business School de La Universidad de Navarra / España, 2010; Processo Civil Contemporâneo: Uma Visão Prática e Estratégica – FGV, 2009; Programa de Desarrollo Gerencial – Gas Natural SDG, S.A., 2006; Curso de Extensão em Direito da Energia Elétrica – UCAM, 2006; Direito da Empresa – UERJ, 2004; Desenvolvimento em Gestão Empresarial – ISE - Instituto Superior da Empresa 2003. Atualmente é Presidente da Comissão da OAB/RJ dos Juizados Especiais Estaduais do RJ, nomeada em 2013, e integra Grupo de Trabalho Interinstitucional TJRJ e OABRJ, instituído pelo Ato Executivo 335/2014 do TJRJ, para debate de melhorias das condições dos Juizados Cíveis do RJ. Palestrante e autora de artigos jurídicos.

KATIA BRITO REPSOLD - 028.239.027-83

Nascida no Rio de Janeiro em 1971. Formada em Engenharia Industrial Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1992 e Mestrado em Tecnologia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1999. Atua na área de assistência a clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. E CBV Indústria Mecânica S/A, está no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 2001, onde atualmente é Diretora de Serviço ao Cliente.

GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA - 545.521.257-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1960, é formado no Curso de Ciências Contábeis e Administração, pela Faculdades Integradas Celso Lisboa - FICL, concluiu em Março de 1995 uma Pós Graduação Lato Sensu em Contabilidade para Gestão de Negócios pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluiu em 2003 um MBA em Desenvolvimento em Gestão Empresarial – DGE (ISE/ IESE Business School), concluiu em 2005 um MBA em Controladoria e Finanças pela Faculdades Integradas Candido Mendes, e atualmente está participando do Programa Avançado Gerencial AMP (ISE/ IESE Business School), com previsão de término agora em Dezembro de 2012.

Atuou em grandes empresas do segmento de petróleo e gás por quase 20 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Serviconfort (atualmente Gas Natural Serviços), em 2001 no cargo de Coordenador Administrativo Financeiro, sendo transferido para CEG no ano de 2003, onde assumiu a Gerencia de Administração e Fiscal (Contabilidade e Consolidação), passando em 2007 à Gerencia de Controle de Gestão (Controller), sendo indicado ao cargo de Diretor de Serviços Compartilhados.

DANIELE VIANA TOVAL CONRADO - 079.971.577-86

Nascida na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1977, é formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2007 e concluiu em 2011 um Programa de Desenvolvimento Gerencial no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School).

Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, CEG, em 2000 no cargo de Especialista em Recursos Humanos, trabalhou nas diversas áreas de RH tais como desenvolvimento de recursos humanos, remuneração e organização. Assumiu a Gerência de Desenvolvimento de RH em 2007 e em 2012, foi indicada ao cargo de Diretor de Recursos Humanos.

---

SERGIO SOARES DOS SANTOS - 459.379.237-15

Nascido no Rio de Janeiro em 1957, é formado em Engenharia Mecânica pela Fundação Técnico- educacional Souza Marquez , possui MBA em Gestão de Energia pela FGV e em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ. Atuou por 20 anos na antiga Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro, privatizada em 1997, e na qual permaneceu até 1999, no cargo de Gerente de Grandes Clientes, trabalhou nos dois anos seguintes na área de gás e energia da Enron do Brasil, como Gerente Técnico, em 2001 regressou ao Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, no cargo de Gerente de Gestão do Mercado elétrico, passando pelas posições de Gerente de Aproveitamento de Gás, Regulação e Tarifas e Gerente de Compras de Energia, posição que ocupou até ser indicado ao cargo de Diretor de Planejamento Ingresso e Regulação.

---

SERGIO MANOEL ARANDA MOREANO - 060.484.797-19

Nascido em Barcelona, Espanha, em 27.01.1959. CPF/MF nº 060.484.797-19. Formado em Engenharia Industrial Química pela Universitat Politècnica de Barcelona em 1990. Atua na área comercial e de análise e desenvolvimento de negócios desde 1989, tendo atuado no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1982, onde atualmente é Diretor de Negócios.

---

FRANCISCO SOLBES PONS - 000.000.000-00

Nasceu em Barcelona, Espanha, em 10.02.1964. Passaporte AD603533, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Empresariais pela Universidade de Barcelona, MBA pelo Instituto de Empresa (Madri), Executive Master em Direção Econômico-Financeira pelo ESADE (Barcelona) e Formado em Programa de Desenvolvimento Diretivo pelo IAE (Universidade Austral de Buenos Aires). Incorporou-se ao Grupo Gas Natural Fenosa em julho de 1988, onde atualmente ocupa o posto de Diretor Econômico-Financeiro Internacional e, anteriormente, os de Controller de Negócios Varejistas, Controller América Latina, Controller Internacional, e Responsável por Projetos de Organização na Espanha, bem como os cargos de Gerente de Organização e Gerente de Administração de Pessoal na Argentina.

---

JUAN MANUEL OTOYA ROJAS - 000.000.000-00

Nasceu em Popayán, Colômbia, em 08.07.1965. Passaporte Nº 79355999, expedido pelo Governo da Colômbia. Formado em Direito pela Universidade La Sabana, de Bogotá, Colômbia. Outros cursos: Universidad de Dundee: Direito, Política e Economia dos Recursos Naturais, com ênfase em Direito Petrolero, Dundee, Escócia, em 1994. Universidad de los Andes, Gestão Pública e Instituições Administrativas, Bogotá, D.C., 1996. INALDE, Programa de Desenvolvimento de Direção, PDD, Bogotá, D.C., 2.000. Ingressou no Grupo Gas Natural no ano 1999 na área de Serviços Jurídicos: Diretor de Serviços Jurídicos e secretário-geral, das empresas colombianas, filiais ou subsidiárias da Gas Natural SDG da Espanha, inicialmente na Colômbia, posteriormente Colômbia e América Central, para o grupo Gas Natural Unión Fenosa e, atualmente, América Latina. Atualmente é Diretor de Serviços Jurídicos para a América Latina.

---

JOSÉ PAIS RANGEL - 239.775.667-68

Nascido em setembro de 09.09.1940. CPF/MF nº 239.775.667-68. Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes. Atuou no Banco Central do Brasil entre 1961 e 1991. Foi Coordenador do Projeto do Sistema SELIC no Mercado Financeiro Brasileiro, e assessor da Comissão Especial de Desestatização – SEPLAN – da Presidência da República. Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A. Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A. (cargo atual). Administrador de Fundo de Investimentos credenciado pela CVM. Gestor do Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (patrimônio líquido R\$ 3 bilhões) (cargo atual). Membro do Conselho de Administração da Dinâmica Energia S.A. Diretor da Socal S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial (cargo atual). Fundador e Membro do Conselho de Curadores da CENTRUS – Fundação Banco Central de Previdência Privada. Coordenador do Programa de Desestatização de empresas de capital aberto controladas pelo Banco Central do Brasil. Presidente do Conselho de Administração da Cia. América Fabril. Membro Titular do Conselho de Administração da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Presidente da Cia. Nacional de Tecidos Nova América.

---

JOSE JOÃO ABDALLA FILHO - 245.730.788-00

Nascido em São Paulo em 30.05.1945. CPF/MF sob o nº 245.730.788-00. Economista formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, banqueiro e empresário em diversos ramos de atividades, tais como: mineração, imobiliários entre outros. Atua como Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. e Socal S. A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial.

---

ADRIÁN OSVALDO VILA - 000.000.000-00

Nascido em Buenos Aires, Argentina, em 21/11/1966. Formado em Engenharia Industrial pela Universidad Nacional de Buenos Aires. Participou dos programas Changing the Game em 2015 da Harvard Business School Negotiation; Global CEO Program, Organizational Leadership em 2013 da IESE Business School University of Navarra e Programa de Alta Dirección em 2011 da IAE Business School. Atualmente ocupa o cargo de Vice Presidente Comercial da Pluspetrol Energy, com passagem por diversas áreas das empresas do Grupo Pluspetrol, onde ingressou em 2009.

---

PEDRO IGNACIO BERNAL - 000.000.000-00

Nascido em 1967, na Argentina, é formado em Engenharia Industrial pelo Instituto Tecnológico de Buenos Aires (ITBA), com mais de 10 anos de experiência na indústria de Óleo e Gás, desenvolvendo vários projetos na Pluspetrol, onde atualmente é Gerente de Desenvolvimento de Negócios.

---

FRANCISCO DE PAULA LLUCH ROVIRA - 000.000.000-00

Nascido em Barcelona, Espanha, em 22.12.1948, portador do passaporte AB855873 emitido pelo Governo de Espanha, formou-se em direito pela Universidad de Barcelona em 1970. Ingressou no grupo Gas Natural Fenosa em 1978 tendo ocupado o cargo de Diretor de Serviços Jurídicos, Societários e Internacionais de 1997 a 2010. Ocupa o cargo de Conselheiro de Administração em diversas empresas do grupo em Marrocos, Itália e Holanda e Brasil. Está sendo reconduzido ao cargo de Conselheiro de Administração da CEG que ocupou de 2005 a 2010.

---

VICENTE DE ANGEL ZAFRA - 062.586.487-54

Nascido em Madrid, Espanha, em 24/04/1957. Passaporte nº XDA375889. Arquiteto formado pela Universidad Politecnica de Madrid, é também graduado em negócio energético pela Universidad Pontificia de Comillas/ICADE, possui curso de direção e Marketing pelo Club de Dirigentes de Marketing (Madrid) e curso do Programa de Desarrollo Directivo pelo IESE – Escuela de Negocios (Espanha). Ingressou no Grupo Gas Natural em 1988, onde ocupou cargos de Diretor Comercial e Diretor Técnico nas empresas do Grupo na Espanha, México e Argentina, sendo indicado para o cargo de Diretor de Operações da CEG.

---

ANE MIREN DE ARIÑO OCHOA - 000.000.000-00

Nascida em Viscaya em 11/12/1968, é formada em Ciências Econômicas e Empresariais pela UPV y PDD por el IESE Business School. Inicou sua carreira na diretoria de Trading y Transporte de Repsol Petróleo S.A. en el año 1.991, especializando-se em controladoria e otimização de transportes marítimos de hidrocarbonos. Ingressou no grupo em 2001 gerenciando o portfólio de ativos de gás internacionais e participando do projeto de expansão da Gas Natural na Europa. Atualmente é Diretora de Promoção e Desenvolvimento para América Latina. Ocupa os cargos de Conselheira Efetiva das empresas Gas Natural Fenosa Perú; Suplente da empresa de Electricaribe SA ESP de Colombia.

---

LUIS PINGUELLI ROSA - 023.504.757-00

Nascido no Rio de Janeiro em 1942 é físico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Mestre em engenharia nuclear pela COPPE/UFRJ e Doutor em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Oficial do Exército foi locado no IME – Instituto Militar de Engenharia de 1962 a 1967; é renomado acadêmico na área de engenharia nuclear e planejamento energético, tendo lecionado de 1969 a 1993 em instituições de ponta do país; foi Coordenador Geral do IVIG – Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais em 1999; Coordenador Acadêmico do Centro de Estudo Integrado sobre meio Ambiente e Mudanças Climáticas em 2001; foi Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás em 2003 e 2004; Coordenador do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ de 2004 a 2007; Conselheiro de Administração na Itaipu Binacional de 2003 a 2015; Atualmente é Secretário Executivo do Fórum de Mudanças Globais Climáticas desde 2004 e Diretor da COPPE/UFRJ desde 2007, cargo que também ocupou nos anos de 1994 a 1997 e 2002 a 2003.

---

MARCELO DE CARVALHO LOPES - 592.612.500-68

Nascido em 1970 no Rio Grande do Sul, é engenheiro mecânico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Ministrou aulas no curso de Pós Graduação em Gestão Empresarial na UNOESC – Videira – SC, UMSS – Cochabamba – Bolívia, da Universidad San Augustin – Arequipa – Peru e da IEL - SC – Florianópolis – SC. Foi Diretor Técnico na Secretaria de Ciência e Tecnologia RS de 1999 a 2003; Assessor Especial do Ministro do Ministério da Ciência e Tecnologia de 2003 a 2005; Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia em 2005; Assessor Especial da Ministra da Casa Civil/PR de 2005 a 2006; Diretor-Geral do CENSIPAM Casa Civil/PR de 2006 a 2009, e Diretor Superintendente do SEBRAE/RS; Presidente do Badesul Desenvolvimento/Agência de Fomento do RS de 2001 a 2015. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro de Administração Efetivo na AES Tietê e AES Brasileira e é Suplente no Conselho de Administração da AES Eletropaulo como representante do BNDES.

---

Paulo Henrique Santos - 099.740.077-39

Nascido em 15/09/1983, no Rio de Janeiro, com CPF 099.740.077-39 é engenheiro de produção formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-Graduado em Finanças pelo IBMEC-RJ. É funcionário de carreira do BNDES, no cargo de Engenheiro, desde ago/2012. Foi assessor da Área de Mercado de Capitais – BNDES; analista de Projetos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; especialista de suprimentos na MPX Energia; Work Package Leader na FMC Technologies e analista de Suprimentos Sênior na VALE. Atualmente exerce função de Assessor da Área de Mercado de Capitais.

---

BRUNO ARMBRUST - 676.200.607-82

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 06.02.1961. CPF/MF nº 676.200.607-82. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades

---

ANTONI ALMELA CASANOVA - 054.099.587-80

Nascido em Barcelona, Espanha, em 26.11.1957. CPF/MF nº 054.099.587-80. Formado em Engenharia Industrial pela escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona, da Universidade Politècnica da Catalunya. Mestre em Gestão e Direção de Empresas pelo Instituto Catalão de Tecnologia. Atualmente é Diretor de Gestão de Ativos da empresa Gas Natural Distribuição SDG S/A, ingressou no grupo Gas Natural em 1981, já tendo atuado nas áreas de Construções de redes, Distribuição, Serviços a Clientes, Serviços Técnicos e Conexões, Projetos e Desenvolvimento ocupando cargos de Chefe de Serviços e de Diretor Comercial Residencial da CEG.

---

JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA - 551.773.957-15

Nascido no Rio de Janeiro em 1960, é formado em Administração de Empresas pela Faculdade da Cidade do Rio de Janeiro, possui MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ e, em 2010 concluiu o Pós Graduação pelo Programa de Gerenciamento e Desenvolvimento Econômico – PMD no IESE – Universidade de Navarra – Barcelona / Espanha. Atuou em grande empresa do segmento varejista por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, em 1997 no cargo de Chefe de Serviço de Tesouraria, assumindo a Gerencia de Planejamento Financeiro e Tesouraria em 2003, passou à Gerencia de Finanças em 2005 e à Gerencia de Contabilidade e Consolidação em 2008, sendo indicado ao cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores.

---

CARLOS MIRAVENT PI - 000.000.000-00

Nascido em Barcelona em 11/10/1962, é administrador de empresas, com MBA em Empresarial pela Escola Superior de Administração e Direção de empresas de Barcelona ESADE. Ingressou no grupo em 1985, tendo ocupado diversos cargos nas áreas de Vendas, Estratégia comercial, Marketing e Regulação e Tarifas. Ocupou o cargos de diretor nas diretorias Comercial, Regulação e Tarifas, Gestão de Energia e Desenvolvimento de Projetos de Crescimento, todas para Amériaca Latina desde 2008, nas áreas de distribuição de gás e eletricidade. Integrou a Junta de Direção das sociedades distribuidoras de Argentina, Panamá y Puerto Rico. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestión de Ingressos Regulados Latinoamérica.

---

RENATO ACHUTTI - 334.651.420-04

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

---

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA - 028.532.207-96

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

---

MANOEL EDUARDO LIMA LOPES - 046.227.237-00

Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943. CPF/MF n.º 046.227.237-00. Formado em Contabilidade (1966) e Direito (1982) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de contabilidade da FEBRABAN e ASBACE, atuou no BANERJ, Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1965 a 1994, tendo exercido cargos de auditor, superintendente de contabilidade entre outros, atuou também no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) como gerente de controle entre 1998 e 2001, além de desempenhar cargos de consultor e diretor de instituições financeiras, notadamente o Banco Clássico. Diretor do IBRACON e Professor Universitário da Faculdade Moraes Junior (Curso de contabilidade).

---

PAULO ANDRADE RODRIGUES - 093.083.427-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

---

RONALDO DIAS - 221.285.307-68

Nascido em 09.12.1946. CPF/MF nº 221.285.307-68. Eleito pelo acionista Fundo de Investimentos de Ações Dinâmica Energia. Contador formado pela Faculdade Moraes Júnior em 1976. Aposentado do Banco Central do Brasil, onde exerceu atividades de 1980 a 1998. Diretor de Administração e Finanças do RIOPREVIDÊNCIA em 2002. Ouvidor do Banco Clássico S.A. desde 2007.



## **12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, instalados na Companhia ou previstos no Estatuto Social.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há nenhuma relação de parentesco entre os membros da Administração da Companhia ou membros do Conselho Fiscal nos parâmetros identificados no item 12.09 deste formulário de Referência.

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia. Há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para América Latina, mantida pelo grupo controlador Gas Natural Fenosa.

## **12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

### **12. Assembléia geral e administração**

**12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.**

Todos os administradores da Companhia são cobertos por apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), com abrangência mundial. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

O prêmio total do seguro, incluindo-se adicional de fracionamento, IOF e custo da apólice corresponde a R\$ 6.901,47 (Vigência 02/10/2014 a 02/10/2015)

São cobertos os seguintes riscos: (i) indisponibilidade de bens e “*penhoras-on-line*”; (ii) responsabilidades estatutárias; (iii) multas e penalidades civis; (iv) despesas de publicidade; (v) responsabilidades por erros e omissões na prestação de serviços profissionais; (vi) danos corporais; (vii) reclamações do tomador contra os segurados e segurado contra segurado; (viii) reclamação por danos ambientais; (xix) extensão de cobertura para cônjuge ou companheiro; (x) extensão de cobertura para espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais; (xi) extensão de cobertura para administradores de entidades externas identificadas; (xii) perdas de valores/títulos mobiliários.

## 12.12 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembléia Geral e Administração

##### 12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre assembléia geral e administração

A respeito do item 12.7 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há comitês estatutários, comitês de auditoria, de riscos, financeiro e/ou de remuneração instalados na Companhia

A respeito do item 12.9 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações mencionadas no referido item.

A respeito do item 12.10 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para a América Latina, mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural.

Necessário ressaltar que não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.

## 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 13. Remuneração dos administradores

**13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

##### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, que é fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

**b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração;**

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente fixados.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, a remuneração é estruturada de forma a motivar o atingimento não apenas dos objetivos individuais, mas, também, o das equipes e a meta global da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos comportamentais, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla a soma dos objetivos dos seus pares. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Com relação à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilização dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros			3,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore			234.936,36	3.834.670,00
Benefícios direto e indireto			0,00	997.507,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	886.312,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	168.982,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	232.781,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros	12,00			10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	939.745,44			3.834.670,00
Benefícios direto e indireto	0,00			997.507,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			



<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			886.312,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			168.982,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00			232.781,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00
<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros		10,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		3.834.670,00		3.834.670,00
Benefícios direto e indireto		997.507,00		997.507,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		886.312,00		886.312,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		168.982,00		168.982,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		232.781,00		232.781,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00

<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
<b>Total da remuneração</b>			234.936,36	6.120.252,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		10,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		6.908.038,00		939.745,44
Benefícios direto e indireto		990.135,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		894.394,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		165.637,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		217.553,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Nº de membros			10,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore			234.936,36	939.745,44
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00

Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros	10,00			10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	939.745,44			939.745,44
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			

<b>Pós-emprego</b>	0,00			0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00
<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
<b>Total da remuneração</b>		9.175.757,00		939.745,44

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	297.489,22			6.607.012,00
Benefícios direto e indireto	0,00			934.884,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			692.335,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00			205.414,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00
<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				

Salário ou pró-labore			113.643,03	6.607.012,00
Benefícios direto e indireto			0,00	934.884,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	692.335,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	205.414,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		6.607.012,00		6.607.012,00
Benefícios direto e indireto		934.884,00		934.884,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		692.335,00		692.335,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		156.395,00		156.395,00

Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		205.414,00		205.414,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
<b>Total da remuneração</b>	297.489,22			8.596.040,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	281.074,47			7.080.459,00
Benefícios direto e indireto	0,00			707.499,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			418.802,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00			49.082,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00

<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore			234.936,24	7.080.459,00
Benefícios direto e indireto			0,00	707.499,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	418.802,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	49.082,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		7.080.459,00		7.080.459,00
Benefícios direto e indireto		707.499,00		707.499,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		418.802,00		418.802,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		331.947,00		331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		49.082,00		49.082,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
<b>Total da remuneração</b>	<b>281.074,47</b>			<b>8.587.789,00</b>



### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### 13. Remuneração dos administradores

13.3 Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2015 (R\$)	2014 (R\$)	2013 (R\$)	2012 (R\$)	2011 (R\$)
<b>Número de membros</b>	10	10	10	10	10
<b>Bônus</b>	<b>1.055.294</b>	<b>1.060.031</b>	<b>848.729</b>	<b>418.802</b>	<b>900.421</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	84.000	78.111	42.389	36.564	30.701
Valor máximo previsto no plano de remuneração	291.334	272.526	152.424	138.483	127.060
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação no Resultado</b>	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Outros</b>	<b>168.982</b>	<b>165.637</b>	<b>156.395</b>	<b>331.947</b>	<b>498.339</b>

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a. termos e condições gerais; b. principais objetivos do plano; c. forma como o plano contribui para esses objetivos; d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor; e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; f. número máximo de ações abrangidas; g. número máximo de opções a serem outorgadas; h. condições de aquisição de ações; i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; j. critérios para fixação do prazo de exercício; k. forma de liquidação; l. restrições à transferência das ações; m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

### 13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

#### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 13. Remuneração dos administradores

**13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social<sup>1</sup>**

Alguns Conselheiros de Administração ainda possuem pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao antigo disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Alguns Diretores mantem ações que foram adquiridas no momento da abertura do capital da Companhia, na fase da desestatização, tendo em vista que de acordo com o PED – Programa Estadual de Desestatização, em 1997, foi garantida aos empregados da Companhia a oportunidade de adquirir ações.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
<b>Conselho de Administração</b>	22.800.009
<b>Diretoria Executiva</b>	47.141
<b>Conselho Fiscal</b>	0

<sup>1</sup> Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa é membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos foram divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

## **13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (i) data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; d. valor justo das opções na data de outorga; e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

### **13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; d. em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

### **13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação às opções exercidas informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; d. em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 13. Remuneração dos administradores

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número de membros; c. nome do plano; d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e. condições para se aposentar antecipadamente; f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva	
Número de membros	10
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2013, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.205.764,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2012, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 130.859,00
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Observação Tabela:

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo Benefício Definido, administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até Dezembro de 2014 foi de R\$ 223.826,78 (Reserva de Poupança). O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

OBS: Outros 06 diretores são participantes do plano do tipo “Contribuição Definida”, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial.

Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.



**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
<b>Nº de membros</b>	10,00	10,00	10,00	12,00	12,00	12,00	3,00	3,00	3,00
<b>Valor da maior remuneração(Reais)</b>	1.839.968,00	1.822.286,00	1.822.286,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor da menor remuneração(Reais)</b>	326.084,00	373.275,00	373.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor médio da remuneração(Reais)</b>	780.243,00	779.869,00	779.869,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Observação**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2012</b>	Informações prestadas em conformidade com a faculdade conferida pelo artigo 67 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2014</b>	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 11 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
<b>31/12/2013</b>	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 10 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
<b>31/12/2012</b>	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 11 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.

Conselho Fiscal	
<b>31/12/2014</b>	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
<b>31/12/2013</b>	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
<b>31/12/2012</b>	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não há pagamentos aos membros da administração nas condições acima especificadas, devendo-se observar as informações prestados no item 13.15, deste Formulário de Referência.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia, sendo certo que não integram comissões e não prestam serviços de consultoria ou assessoria.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**13. Remuneração dos administradores**

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

<b>Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*</b>				
Global Ano				
2011	2012	2013	2014	2015**
<b>168.032,05</b>	<b>178.954,13</b>	<b>189.405,06</b>	<b>200.598,89</b>	<b>213.436,91</b>
* Total de 05 membros **Proposta				

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

<b>Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*</b>				
Global Ano				
2011	2012	2013	2014	2015**
<b>235.244,87</b>	<b>250.535,79</b>	<b>265.167,08</b>	<b>280.838,45</b>	<b>298.811,67</b>
* Total de 07 membros **Proposta				

**13.16 - Outras informações relevantes**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**13. Remuneração dos administradores****13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a remuneração da administração**

A respeito dos itens 13.4, 13.5, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não possui nenhum plano ou tipo de remuneração baseado em ações.

Vale ressaltar, que, alguns Conselheiros de Administração ainda possuem pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao antigo disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Alguns Diretores mantem ações que foram adquiridas no momento da abertura do capital da Companhia, na fase da desestatização, tendo em vista que de acordo com o PED – Programa Estadual de Desestatização, em 1997, foi garantida aos empregados da Companhia a oportunidade de adquirir ações.

Nenhum dos Conselheiros Fiscais possui ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Órgão da Administração	Total de Ações
<b>Conselho de Administração</b>	22.800.009
<b>Diretoria Executiva</b>	47.141
<b>Conselho Fiscal</b>	0

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****14. Recursos Humanos**

**14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações: a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); c. índice de rotatividade; d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:**

		Recursos Humanos					
		Total por grupos com base na atividade desempenhada			Total por localização		
		2014	2013	2012	2014	2013	2012
Número de empregados	Diretivos (empregados)	108	100	100	108	100	100
	Administrativo	21	27	30	21	27	30
	Técnico	313	300	307	313	300	307
Número de Terceirizados	Administrativo/apoio	112	146	128	112	146	128
	Área Técnica	179	210	162	179	210	162
	Área Comercial/Serv. cliente	30	30	19	30	30	19
Índice de rotatividade	Empregados	9,96%	14,25%	11,55%	9,96%	14,25%	11,55%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas (quantidade de processos trabalhistas)		996	1.681	1.310	996	1.681	1.681

Nos contratos de prestação de serviços com as empresas prestadoras de serviços terceirizados, há cláusulas que preveem a obrigatoriedade da comprovação do adimplemento com as obrigações laborais e fiscais. O número de terceirizados refere-se a prestadores de serviços / terceirizados (que prestam serviços dentro das dependências da empresa no município do Rio de Janeiro).

Em relação à exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas recomenda-se a leitura do item 4.2 relativo à "Expectativa da variação na exposição aos riscos" deste Formulário de Referência.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **14. Recursos Humanos**

##### **14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.**

Em comparação com o ano anterior, o índice de rotatividade caiu 4,29%, passando de 14,25% em 2013 para 9,96% em 2014, ficando abaixo do índice verificado em 2012 (11,55%). Esse resultado decorre de uma filosofia de retenção de talentos da Companhia.

A redução da quantidade de ações trabalhistas (-685 ações) movidas em face da empresa frente ao ano anterior, demonstra o resultado positivo do conjunto de ações que têm sido implementadas pela Companhia, destacadas nos comentários apontados no item 4.2 deste Formulário de Referência.



## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 14. Recursos Humanos

##### 14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

###### a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da CEG é baseada na classificação de cargos em níveis de responsabilidade. Cada cargo possui um nível associado, ao qual é atribuída uma faixa salarial.

As movimentações salariais podem decorrer dos seguintes motivos:

- Reajuste Salarial – Reajuste concedido através de análise de posicionamento salarial na faixa e desempenho apresentado pelo empregado. Não resulta em alteração de cargo.
- Promoção – Movimentação na qual o empregado passa a ocupar uma posição de nível superior a atual.
- Transferência – Movimentação em que o empregado passa a ocupar uma posição em outra área da empresa, resultando ou não em aumento salarial.

A política de remuneração variável se aplica a dois grupos na empresa:

- Diretores, Gerentes e Chefes – A política de remuneração variável deste grupo é baseada no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Ademais, a remuneração deste grupo também é baseada na avaliação individual, que leva em conta os critérios de atuação profissional.
- Comercial e Operações – Política baseada em indicadores de captação de clientes, rentabilidade, prazo de carteira e consumo. É restrita aos empregados que atuam diretamente na captação de clientes residenciais, comerciais e industriais.

###### b. Política de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia oferece 28 tipos de benefícios a seus empregados, os quais estão a seguir indicados:

1. Assistência Médica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes legais para prestação de serviços de assistência médica e hospitalar. O plano possui uma das redes mais completas e abrangentes de todo Brasil. Além da cobertura ambulatorial e hospitalar, possui cobertura médica em viagem, assistência pessoal e descontos na compra de medicamentos. O atendimento é através de rede credenciada ou livre escolha com reembolso.
2. Assistência Odontológica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes para prestação de serviços odontológicos. Tem abrangência nacional, cobertura ampla e atendimento na rede credenciada ou livre escolha com reembolso.
3. Auxílio Medicamentos: Este auxílio corresponde a 50% do custo com medicamentos necessários a tratamentos decorrentes de doenças originadas de acidente de trabalho reconhecido pela empresa e doenças crônicas, conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho.
4. Campanha de Vacinação: Anualmente a empresa promove campanha de vacinação contra a gripe, disponibilizada gratuitamente a todos os empregados.
5. Serviço de Ambulância Móvel: Serviço contratado pela empresa a fim de atender aos empregados nas situações de urgência e emergência, quando os mesmos estiverem nas dependências da empresa ou a serviço da mesma, através de contato telefônico com a Central de Atendimento do Serviço.
6. Auxílio Excepcional: Pagamento mensal de valor estabelecido em Acordo Coletivo aos empregados(as) que possuírem filhos, enteados ou tutelados que sejam excepcionais; através da folha de pagamento, para realização de tratamento especializado.
7. Seguro de Vida em Grupo: Benefício custeado integralmente pela empresa, com inclusão automática, que garante em caso de falecimento ou invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

assistência financeira aos seus familiares. O capital segurado é definido em múltiplo de salário, o qual é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.

8. Auxílio Funeral: Reembolsa despesas diretamente vinculadas ao funeral, em caso de falecimento do(a) empregado(a) e seus dependentes: esposo(a), companheiro(a) habilitado na previdência social, filho(a)/enteado(a) comprovadamente reconhecido e menor de 21 anos, filho(a)/enteado(a) inválidos de qualquer idade e menores que estejam sob a guarda da responsabilidade do(a) empregado(a). O valor limite do reembolso é anualmente estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
9. Auxílio doença e Acidente de Trabalho: Os empregados que sofrerem redução da capacidade laboral em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão treinamento pago pela empresa se o INSS não tiver condições de proceder a sua readaptação.
10. Complementação de Auxílio doença (Previdenciário ou Acidentário): Benefício concedido aos empregados afastados de suas atividades laborais, em gozo de auxílio-doença previdenciário ou auxílio-doença acidentário concedido pela Previdência Social e que não sejam participantes do GASIUS. Estes empregados farão jus, à custa da empresa, à complementação mensal do benefício previdenciário por um período máximo de 24 meses. A complementação corresponde a 80 % da diferença entre as 12 últimas remunerações e o valor do benefício do INSS. É facultado à empresa, após o 6º mês de pagamento da complementação, requerer que o empregado se submeta à exame do médico da previdência e/ou conveniado, podendo suspender o pagamento em caso de recusa do empregado.
11. Gratificação de Natal: A empresa pagará aos empregados 1/12 de gratificação de natal por mês ou fração igual ou superior a quinze dias quando o auxílio-doença ou acidentário concedido pela Previdência for inferior à 6 meses, conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho.
12. Licença Maternidade: Com a adesão ao programa Empresa Cidadã, a Licença Maternidade foi prorrogada em 60 dias, em acréscimo aos 4 meses já previstos em lei. Neste período, a remuneração será integral.
13. Licença Adoção: Licença especial para empregados que adotarem crianças recém-nascidas até que completem 120 dias de nascimento, garantido o mínimo de 30 dias.
14. Auxílio Creche: Reembolso das mensalidades pagas por mães ou pais empregados às entidades especializadas na guarda, alimentação, higiene, conforto, segurança e assistência educacional dos filhos e enteados comprovadamente reconhecidos. O benefício é concedido até os filhos completarem 6,5 anos de idade. Os valores são fixados em Acordo Coletivo de Trabalho e até o segundo ano de vida o valor é acrescido em 56%.
15. Bolsa de Estudos: Auxílio para participação em cursos de capacitação e qualificação profissional dos empregados e seus dependentes. O reembolso corresponde a 70% do valor da mensalidade de cada empregado, com limite estabelecido em Acordo Coletivo. O procedimento encontra-se disponível para consulta de todos os funcionários por meio da rede interna de computadores. A empresa dispõe de um Comitê que avalia todas as solicitações e define os contemplados por meio dos seguintes critérios:
  - Cursos que atendam aos objetivos do Plano Estratégico da empresa ou do grupo;
  - Cursos que estejam voltados às atividades do empregado;
  - Avaliação de desempenho do empregado realizada no último ano;
  - Empregado que tenha cursado algum curso técnico, de nível superior ou de pós-graduação e que estejam com matrícula do curso paralisada ou trancada;
  - Empregado que não possua curso técnico, superior ou pós-graduação.
16. Cesta Básica: Benefício mensal concedido por meio de cartão magnético aos empregados de menores salários para compra de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica de alimentos. Os valores dos tetos salariais para ter direito a este benefício e o valor são fixados no Acordo Coletivo de Trabalho.
17. Vale refeição / alimentação: Benefício concedido aos empregados para cobrir despesas com refeição. São fornecidos mensalmente créditos em cartão magnético, correspondente a 22 dias efetivos de trabalho. Não é concedido nos períodos de férias e afastamentos. O empregado pode optar pelo recebimento do crédito dividido entre cartão refeição e cartão alimentação. O valor diário é estabelecido em Acordo Coletivo e o empregado contribui mensalmente com a quantia de R\$ 0,10.
18. Cartão Natal Vale Alimentação: Benefício anual concedido por meio de cartão magnético aos empregados para compra de gêneros alimentícios natalinos.
19. Desconto na conta de Gás Residencial: Todo empregado tem direito a desconto de 20% na conta de gás residencial.
20. Empréstimo Emergencial: A empresa concede, sem incidência de encargos financeiros, com o propósito de auxiliar financeiramente seu empregado e família em momentos de adversidade. A verba a ser emprestada

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

corresponde até duas remunerações e o desconto pode ser em até 24 meses, conforme definição em Acordo Coletivo de Trabalho.

21. Empréstimo para compra de Material Escolar: Empréstimo oferecido pela empresa nos três primeiros meses do ano, sem incidência de encargos financeiros, visando aquisição de material escolar dos empregados e seus dependentes. A verba a ser emprestada é definida em Acordo Coletivo de Trabalho e as parcelas são descontadas em folha de pagamento em até seis meses.
22. Empréstimo Consignado: Regulamentado pela Lei n<sup>o</sup> 10.820, de 17/12/2003, tem como objetivo propiciar recursos aos colaboradores a custos bem inferiores aos meios mais comuns de financiamentos, como por exemplo: cheque especial, cartão de crédito ou limites pré-aprovados; com a facilidade do desconto na folha de pagamento, possibilitando ao empregado acesso a orientação quanto ao seu planejamento financeiro. O Banco Alfa é a instituição financeira atualmente contratada para viabilizar esses serviços.
23. PLR: Anualmente é discutido entre a empresa e o Sindicato representante dos empregados metas para o programa de PLR – Participação nos Lucros e Resultados. As metas do programa são fixadas a partir de critérios objetivos. O programa do ano de 2014 contempla as seguintes metas:
  - (a) lucro líquido;
  - (b) lucro operacional;
  - (c) acréscimo do n<sup>o</sup> anual de clientes;
  - (d) absenteísmo;
  - (e) construção de redes e
  - (f) índice de satisfação global dos clientes.
24. Previdência Privada: Plano de Previdência complementar de aposentadorias do tipo CD – contribuição definida. A contribuição é calculada a partir de um percentual do salário base escolhido pelo empregado e a empresa aporta valor igual ao aportado pelo empregado. O benefício será pago ao empregado a partir da data em que o mesmo completar 55 anos (aposentadoria antecipada) ou 60 anos (aposentadoria plena).
25. Jornada Reduzida: A empresa prevê em Acordo Coletivo de Trabalho a redução da jornada para 40 horas semanais a fim de permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional de seus empregados (a legislação estabelece a carga horária em 44 horas semanais).
26. Flexibilização de Horário: A empresa possibilita diariamente a flexibilização de horário em 60 minutos para permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional; estabelece compensações entre dias pontes e saída antecipada às sextas feiras.
27. Abonos por faltas ao Serviço: Conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho, são concedidos abonos nas seguintes situações:
  - a. Assunto particular: 2 dias por ano (para pessoal de turno de revezamento);
  - b. Casamento: 5 dias úteis consecutivos, incluído o dia do casamento;
  - c. Falecimento de cônjuge, filhos e/ou enteados: 4 dias úteis consecutivos, incluído o dia do falecimento;
  - d. Internação de cônjuge, filhos, enteados e pais que vivem sob sua dependência: 2 dias no decorrer do ano;
  - e. Provas escolares: data da prova.
28. Colônia de Férias: Os empregados que usufruírem da colônia de férias, poderão obter adiantamento, os quais serão descontados em folha de pagamento em até 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, correspondentes às despesas com estadia.

- c. **Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: 1. Grupos de beneficiários; 2. Condições para exercício; 3 Preços de exercício; 4. Prazos de exercício; 5. Quantidade de ações comprometidas pelo plano;**

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, assim, nenhuma ação de emissão da Companhia é comprometida pelo plano de remuneração dos empregados e colaboradores.

## 14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 14. Recursos Humanos

##### 14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

São realizadas de 04 (quatro) a 06 (seis) reuniões anuais com o Sindicato dos trabalhadores nas empresas de energia do Rio de Janeiro e Região, para negociar separadamente o reajuste referente a data base e a Participação nos lucros - PLR . As propostas são apresentadas em Assembléia dos Trabalhadores na sede do Sindicato.

As negociações são conduzidas por representantes da empresa da área de Recursos Humanos, Advogado Trabalhista de Escritório Externo, Gerente da área Operacional e por membros do Sindicato da classe.

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Gas Natural Internacional SDG S.A</b>						
05.469.380/0001-21	Espanhola	Sim	Sim	30/11/2013		
	28.126.516.642	54,164925%	0	0,000000%	28.126.516.642	54,164925%
<b>OUTROS</b>						
	23.798.588.683	45,830374%	0	0,000000%	23.798.588.683	45,830374%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	2.441.148	0,004701%	0	0,000000%	2.441.148	0,004701%
<b>TOTAL</b>						
	51.927.546.473	100,000000%	0	0,000000%	51.927.546.473	100,000000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gas Natural Internacional SDG S.A				05.469.380/0001-21	
Gas Natural SDG S.A					
05.469.385/0001-54	Espanhola	Não	Sim	03/02/1995	
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S.A				05.469.385/0001-54		
Criteria Caixa Corp. S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	229.483.303	37,490000	229.483.303	37,490000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	259.280.702	38,280000	259.280.702	38,280000	
Repsol YPF S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	148.296.584	24,230000	148.296.584	24,230000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	0	637.060.589	100,000000	637.060.589	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Critéria Caixa Corp. S/A					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Repsol YPF S/A					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	28/05/2015
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	61
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	13
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	5

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	111.126.766	0,214003%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	111.126.766	0,214003%

## 15.4 - Organograma dos acionistas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 15. Controle

**15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2**

O Organograma do grupo controlador foi inserido no item 8.2 deste formulário de referência.

Conforme informado no item 15.2 deste formulário de referência, não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações.

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 15. Controle

**15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:**

##### a. Partes

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR,

GEC PARTICIPAÇÕES LTDA

GAS NATURAL SDG S/A

IBERDROLA INVESTIMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA e

PLUSPETROL ENERGY S/A

com interveniência da COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG.

##### b. data de celebração

27 de abril de 2000.

##### c. prazo de vigência

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.

##### d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, tem direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

##### e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Observar a informação constante do item (d) acima, a respeito do exercício do direito de voto.

##### f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não há cláusulas relativas à transferência de ações ou preferências, inclusive ficando expressamente apontado no acordo que não recai sobre as ações da BNDESPAR qualquer direito de preferência ou gravame.

##### g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas restritivas, devendo-se observar a informação constante do item (c) acima, a respeito do prazo de vigência do acordo de acionistas, que está vinculado à participação acionária do BNDESPAR.

## **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **15. Controle**

#### **15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não houve alterações nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos três exercícios sociais.

## **15.7 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **15. Controle**

##### **15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o controle**

A respeito do item 15.2 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representem o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações.

Neste sentido, vale ressaltar que todas as ações de emissão da Companhia são ordinárias, não havendo ações preferenciais ou de classes distintas.

## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **16.1. Transações com partes relacionadas**

#### **16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Para a contratação entre partes relacionadas que envolvam a Companhia, é necessária a apreciação e aprovação dos termos do contrato e/ou avaliação do negócio pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a proposta ser feita pela Diretoria da Companhia em Reunião do Conselho de Administração.

Além do controle dos contratos realizados entre partes relacionadas que é feito pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, cada área diretamente afetada / interessada na operacionalização do contrato fica responsável pelo seu acompanhamento e controle.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CEG RIO S/A	02/01/2003	21.969,28	Cerca de R\$ 21.969,28 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de informática – cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural Informática S/A	01/01/2011	2.823.300,00	R\$ 564.600,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Até 2016	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços de informática e outras avenças						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	03/01/2005	1.440.000,00	R\$ 1.440.000,0 (anualmente) impactado por cotação euro.	Não é possível aferir	Até 2018	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador indireto						
<b>Objeto contrato</b>	Reembolso de salários e encargos de expatriados						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio ou quando não houver mais expatriados auferindo salários pagos pela Companhia						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							



**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gas Natural Servicios Integrales S/A	28/01/2013	1.562.340,00	R\$937.404,00 (impactado por cotação euro)	Não é possível aferir	Até 2018	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços - Centro Operativo Integrado Latam						
<b>Garantia e seguros</b>	Não hoa						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	83.411,00	Cerca de R\$ 16.682,00 (anualmente)	Não é possível aferir	04 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	148.949,00	Cerca de R\$ 59.579,72 (anualmente)	Não é possível aferir	Até 2017	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de informática - cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	02/06/2004	750.000,00	Cerca de R\$ 150.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prorrogado por prazo indeterminado	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador indireto						
<b>Objeto contrato</b>	Utilização do portal internet e utilização serviços helpdesk						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	01/01/2007	406.250,00	Cerca de R\$ 81.250 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Até 2017	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador indireto						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços de auditoria interna						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural Serviços S/A	01/01/2007	41.425,00	Cerca de R\$ 13.808,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Até 2015	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de pessoal - cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
CEG RIO S/A	02/01/2003	864.904,00	Cerca de R\$ 864.904,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido (Reais)</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante (Reais)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa e reembolso de despesas / custos						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamento compensatório adequado****COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****16.1. Transações com partes relacionadas**

**16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

- (i) De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia possui exclusividade na prestação do serviço de distribuição de gás canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do Estado). A mesma se aplica à empresa que presta o mesmo serviço na região do interior do Estado, a qual é controlada pelo mesmo grupo econômico. Tais características, principalmente tendo em conta a falta de concorrência na prestação do serviço específico, resultam naturalmente, no compartilhamento de práticas operacionais. Desta forma, a contratação entre as partes submetidas ao controle comum (ressaltando-se que uma companhia não possui participação acionária na outra) não resulta em conflitos de interesses.
- (ii) Da mesma forma, em se tratando o grupo controlador de operador técnico da Companhia, conforme definido no programa estadual de desestatização, a utilização da tecnologia desenvolvida por empresa do mesmo grupo, no Brasil ou no exterior, também não resulta em conflitos de interesses, posto que na verdade, trata-se justamente da operacionalização do serviço pelo operador técnico.
- (iii) as transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, são realizadas dentro dos mesmos parâmetros que teriam sido contratadas com partes não relacionadas. Para tanto, a empresa observa os valores praticados no mercado, bem como os serviços que são oferecidos, buscando informações comparativas no mercado, inclusive com relação à capacitação técnica para a realização do objeto do contrato;
- (iv) muitas vezes são obtidas melhores condições comerciais ou financeiras (quanto à forma de pagamento e/ou, prazo) nas transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, justamente tendo em conta uma política do grupo controlador de aplicar em todos os países nos quais mantém operações, as mesmas regras de controle e sistemas, visando a troca de experiências, o aprimoramento de serviços e de produtos, tendo em conta as distintas realidades vividas em cada país onde mantém operações;
- (v) além disso, garante o objetivo de assegurar a mesma qualidade e eficiência dos serviços prestados todos os países em que mantém operações, por meio da utilização dos mesmos sistemas e controles, melhorando a eficiência da prestação dos serviços do grupo;
- (vi) as condições verificadas nas transações são sempre comutativas, tendo em vista a própria obrigação de cumprir as normas legais dos países onde o grupo mantém suas operações e do país de sua sede, sendo certo que, cada contrato deve ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, ao exercer o controle e fiscalização sobre os atos da administração (diretoria), exigem que os requisitos relativos a comutatividade e ao tratamento de conflitos de interesses, se houver, sejam atendidos, caso a caso.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
27/04/2016	544.499.820,60	Totalmente Integralizado	259.637.744	0	259.637.744
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
28/04/2015	442.829.673,00	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
30/04/2014	362.585.443,49	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
29/04/2013	362.342.011,76	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
29/04/2013	362.342.011,76		51.927.546.473	0	51.927.546.473

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2010	Assembleia Geral de Acionistas	26/04/2010	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

29/04/2011	Assembleia Geral de Acionistas	29/04/2011	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

27/04/2012	Assembleia Geral de Acionistas	27/04/2012	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

30/04/2014	Assembleia Geral de Acionistas	30/04/2014	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

28/04/2015	Assembleia Geral de Acionistas	28/04/2015	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

27/04/2016	Assembleia Geral de Acionistas	27/04/2016	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

**17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Grupamento</b>						
27/04/2016	51.927.546.473	0	51.927.546.473	259.637.744	0	259.637.744

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios.



## **17.5 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **17. Capital Social**

##### **17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o capital social**

Não há outras informações relevantes sobre o capital social.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	80,000000
<b>Direito a dividendos</b>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos são distribuídos anualmente.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os direitos estão assegurados estatutariamente, somente podendo ser alterados por meio de deliberação de Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas que altere o Estatuto Social da Companhia, destacando-se que o direito a dividendos observa a legislação societária vigente.
<b>Outras características relevantes</b>	A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, não havendo previsão estatutária divergente da legislação societária.

---

## 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 18. Valores mobiliários

#### 18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto aos acionistas ou que os obriguem a realizar oferta pública, contudo, para a aprovação de determinados temas é adotado quorum qualificado, conforme a seguir identificado:

TEMA	PREVISÃO LEGAL
Eleger ou destituir o Presidente do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, §1º e § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros Conselho Fiscal	Art. 132, III da Lei S/A
Reformar o Estatuto Social	Art. 122, I Lei S/A
Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia	Art. 122, II Lei S/A
Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas	Art. 122, III Lei S/A
Autorizar a Emissão de Debêntures	Art. 122, IV Lei S/A
Suspender o exercício dos direitos do acionista	Art. 122, V Lei S/A
Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social	Art. 122, VI Lei S/A
Autorizar a Emissão de Partes Beneficiárias	Art. 122, VII e 136 VIII e X Lei S/A
Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, e cisão da Companhia, sua dissolução e I liquidação, eleger liquidantes e julgar-lhes contas	Art. 122, VIII e 136 IV e IX Lei S/A
Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata	Art. 122, IX Lei S/A
Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido	Art. 132, II da Lei S/A
Deliberar sobre a distribuição de Dividendos	Art. 132, II da Lei S/A
Criação de ações preferenciais, aumento de classes, alterações nas preferências, nas vantagens, nas regras de resgate ou amortização de ações preferenciais; redução do dividendo obrigatório; participação em grupo de sociedades. Mudança no objeto social, cessação do estado de liquidação,	Art. 136 I a X Lei S/A

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

##### **18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos, previstas no estatuto.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Exercício social 31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	910	91,00	91,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.810	360,00	130,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.499	115,01	114,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.676	108,00	108,00	R\$ por Lote de Mil

**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	107.505	75,00	65,01	R\$ por Lote de Mil
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	68.800	85,00	85,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.900	85,00	84,00	R\$ por Lote de Mil

**Exercício social 31/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	60,00	60,00	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	120.000	60,00	60,00	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.500	65,00	61,25	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	75.328	65,00	61,15	R\$ por Unidade

## **18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia possui apenas ações ordinárias, não tendo emitido valores mobiliários nos últimos três exercícios.

## **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

##### **18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação**

As ações ordinárias da Companhia são negociadas somente no mercado tradicional da BM&F Bovespa SA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

## **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

**18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: a. país; b. mercado; c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; d. data de admissão à negociação; e. se houver, indicar o segmento de negociação; f. data de início de listagem no segmento de negociação; g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; i. se houver, banco depositário; j. se houver, instituição custodiante;**

Não há emissão de valores mobiliários, pela Companhia, para negociação em mercados estrangeiros.

Conforme destacado no item 18.06 do Formulário de Referência, as ações da Companhia, todas ordinárias, são negociadas somente no mercado tradicional da BM&F Bovespa SA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.



**18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****18. Valores mobiliários****18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.**

Não houve ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas, sendo a única companhia de capital aberto integrante do grupo de empresas que estão submetidas ao mesmo controle acionário.

Os acionistas controladores da Companhia não possuem valores mobiliários admitidos à negociação em mercado Brasileiro.

## **18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

##### **18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro**

Não houve ofertas públicas de aquisição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.

## **18.10 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

##### **18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre valores mobiliários**

A respeito do item 18.5 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não emitiu outros valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, no atual exercício social e nem nos três últimos exercícios sociais.

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não possui plano de recompra de ações e nem plano ou política de remuneração baseada em ações.

**19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria****Exercício social 31/12/2014****Ações**

<b>Espécie de ação</b>	<b>Classe ação preferencial</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários</b>		
<b>Movimentação</b>		<b>Quantidade (Unidades)</b>	<b>Valor total (Reais)</b>	<b>Preço médio ponderado (Reais)</b>
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

**Exercício social 31/12/2013****Ações**

<b>Espécie de ação</b>	<b>Classe ação preferencial</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários</b>		
<b>Ordinária</b>				
<b>Movimentação</b>		<b>Quantidade (Unidades)</b>	<b>Valor total (Reais)</b>	<b>Preço médio ponderado (Reais)</b>
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

**Exercício social 31/12/2012****Ações**

<b>Espécie de ação</b>	<b>Classe ação preferencial</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários</b>		
<b>Ordinária</b>				
<b>Movimentação</b>		<b>Quantidade (Unidades)</b>	<b>Valor total (Reais)</b>	<b>Preço médio ponderado (Reais)</b>
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

**19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social****Valor mobiliário**    Ações

<b>Espécie ação</b>	<b>Classe ação</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários</b>	<b>Quantidade (Unidades)</b>	<b>Preço médio ponderado de aquisição</b>	<b>Fator de cotação</b>	<b>Data aquisição</b>	<b>Relação ações em circulação (%)</b>
Ordinária			2.441.148	215.362,09	R\$ por Lote de Mil	20/08/2010	0,004700

## 19.4 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

##### 19.4 Outras informações relevantes sobre planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

A Companhia não possui plano de recompra de ações mantendo, entretanto, 2.441.148 (dois milhões, quatrocentas e quarenta e uma mil, cento e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal em tesouraria, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do processo nº 0023716-49.2003.8.19.0001 (2003.001.024409-2), que determinou à Companhia a recompra das ações ordinárias detidas pelo acionista minoritário Sr. Fernando Cardoso Ferreira.

Reconhecida a procedência da causa proposta pelo acionista minoritário, foi fixado o valor da recompra pelo MM. Juízo da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo por base o valor histórico das ações, quando o valor destas deveria ser fixado com base na sua cotação de mercado, em obediência à Instrução CVM nº 10/80.

Embora a Companhia tenha recorrido até a última instância contra a decisão proferida, não teve êxito, e o processo foi encerrado em abril de 2014.

As ações ordinárias objeto da operação de recompra serão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

No mês de agosto de 2010 a Companhia informou ao mercado sobre a obrigação determinada judicialmente por meio de dois Comunicados emitidos, nos dias 18/08/2010 e 27/08/2010.

## **20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa 358/2002 alterada pela Instrução Normativa 449/2007 da CVM.



## 20.2 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 20. Política de negociação de valores mobiliários

**20.2 Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:**

- a. data de aprovação;**
- b. pessoas vinculadas;**
- c. principais características;**
- d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:**

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração na forma do artigo 15 da Instrução 358/2002 alterada pela Instrução 449/2007.

## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **21. Política de divulgação**

**21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.**

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores é pautada em um Procedimento Interno da Companhia (denominado REL.INV-01-BRA. Ver. 1/08.2009) no qual são definidas as suas funções e responsabilidades, dentre elas o relacionamento com o mercado, com os acionistas e com os órgãos reguladores do mercado.

De acordo com o mesmo documento, a Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores também conta com o suporte da Diretoria de Assuntos Jurídicos da Companhia, certificando-se de que todas as obrigações legais sejam corretamente e tempestivamente cumpridas.

**21.2 - Descrever a política de divulgação de Ato ou Fato Relevante, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

**21. Política de divulgação**

**21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

Conforme política de divulgação adotada pela Companhia, destacamos a seguir as regras concernentes aos procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

**IV. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO**

4.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação e a comunicação à CVM e às Bolsas de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos a negociação.

4.2. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto no presente instrumento, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

4.3. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores.

4.3.1. Na hipótese de ser imperativa a divulgação de Ato ou Fato Relevante durante o horário de funcionamento das Bolsas de Valores, o Diretor de Relação com Investidores poderá, no momento da divulgação, solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários nas referidas entidades.

4.4. A divulgação referida no item 4.1. poderá ser realizada:

(a) por meio de publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a mais ampla divulgação; ou

(b) de forma resumida, sendo que, neste caso, deverá ser indicado o endereço na rede mundial de computadores - *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico ao remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

4.5. Qualquer Ato ou Fato Relevante que vier a ser divulgado por representante da Companhia através de qualquer meio de comunicação, inclusive em reuniões com analistas de mercado, investidores ou com público selecionado, deverá ser simultaneamente comunicado à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

4.6. As Pessoas Vinculadas que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante somente se eximirão de suas responsabilidades pessoais se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

4.7. A divulgação de informações em operações de oferta pública de Valores Mobiliários e em operação de alienação de controle acionário da Companhia deverá observar o disposto nos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 358/02.

**21.2.- Descrição política de divulgação de fato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

Os Atos ou Fatos Relevantes não deverão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

5.2. Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes referida no item anterior escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos Valores Mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados, diretamente pelos acionistas controladores ou os administradores, ou através do Diretor de Relações com Investidores.

## VI. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO

6.1. As Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo sobre as Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.2. As Pessoas Vinculadas deverão fazer com que pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem o disposto no item 6.1.

**21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

**21. Política de divulgação****21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

São responsáveis pela divulgação das informações da companhia e pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações o Diretor de Relações com Investidores (de acordo com a política de divulgação aprovada em 17/07/2002 pelo Conselho de Administração da Companhia) e o Diretor Presidente (de acordo com os poderes estatutários fixados no art. 16, § 5º do Estatuto Social da Companhia)

## **21.4 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **21. Política de divulgação**

##### **21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a política de divulgação de informações**

Não há outras informações relevantes sobre a política de divulgação de informações da Companhia.

## **22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **22. Negócios extraordinários**

##### **22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

No ano de 2009 a Companhia vendeu um terreno de sua propriedade, no Bairro de Botafogo – RJ, onde se localizava uma filial, pelo valor de 10,5 MR\$, por meio de um leilão eletrônico, cujo sinal de 10% do valor foi depositado em uma conta bancária em favor da CEG. Contudo, o registro contábil da operação não pôde ser efetuado, devido a uma ação judicial que questionou a venda do terreno (pendente de decisão definitiva em 2009). Em 2010, foi realizado um acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior, possibilitando finalmente o registro contábil da operação de venda do mencionado terreno.

Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em um processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Entre 2011 e 2014 não houve a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.



## **22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **22. Negócios extraordinários**

##### **22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Em 2010 e 2011, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Em 2012, em busca de maior eficiência e melhoria do desempenho das atividades e do resultado, a Companhia implantou uma nova estrutura organizacional, na qual as atividades operacionais passaram a ser realizadas pela unidade de Gestão de Redes e pela unidade de Operações, que também concentrou a gestão dos serviços a clientes, mantendo-se inalterada a estrutura da unidade Comercial. O objetivo das mudanças implantadas foi criar mais sinergia e agilidade e permitir uma gestão mais eficiente, utilizando e desenvolvendo o melhor das potencialidades da Companhia e de seus recursos humanos. Além de buscar uma melhor coordenação das diferentes fases do processo de expansão e procurar garantir o cumprimento dos objetivos de negócio em termos de rentabilidade, segurança e qualidade, a estrutura desenhada possibilitou destacar a qualidade do trabalho realizado pelos recursos humanos da Companhia, levando a Companhia a um grau de excelência e reconhecimento ainda maior junto aos clientes.

Em 2013 e 2014 não houve alteração na forma de condução dos negócios do emissor.



**22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**22. Negócios extraordinários**

**22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia, com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

## **22.4 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **22. Negócios extraordinários**

##### **22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não há outras informações relevantes, tendo em vista que a Companhia não realizou negócios extraordinários nos últimos três exercícios sociais.